



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA FILOSOFIA E SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO**

MARCEL LIMA CUNHA

**CONCEPÇÃO DE PARTIDO EM MARX (1843 – 1850): A ORGANIZAÇÃO DO
PROLETARIADO COMO CLASSE NO PROCESSO DE FORMAÇÃO HUMANA**

**FORTALEZA
2017**

MARCEL LIMA CUNHA

CONCEPÇÃO DE PARTIDO EM MARX (1843 – 1850): A ORGANIZAÇÃO DO PROLETARIADO COMO CLASSE NO PROCESSO DE FORMAÇÃO HUMANA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Ceará para obtenção do título de Doutor em Educação. Linha de pesquisa: Filosofia e Sociologia da Educação – FILOS. Eixo: Marxismo, Teoria Crítica e Educação

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas

Coorientador: Prof. Dr. Frederico Jorge Ferreira Costa

**FORTALEZA
2017**

MARCEL LIMA CUNHA

CONCEPÇÃO DE PARTIDO EM MARX (1843 – 1850): A ORGANIZAÇÃO DO PROLETARIADO COMO CLASSE NO PROCESSO DE FORMAÇÃO HUMANA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará para obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Filosofia e Sociologia da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas

Coorientador: Prof. Dr. Frederico Jorge Ferreira Costa

Aprovada em: 17/ 07/ 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Frederico Jorge Ferreira Costa (Coorientador)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Hidemar Luiz Rech
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Fábio José Cavalcanti de Queiróz
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Profa. Dra. Raquel Dias Araújo
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C979c Cunha, Marcel Lima.
CONCEPÇÃO DE PARTIDO EM MARX (1843 – 1850) : A ORGANIZAÇÃO DO
PROLETARIADO COMO CLASSE NO PROCESSO DE FORMAÇÃO HUMANA / Marcel
Lima Cunha. – 2017.
119 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa
de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2017.

Orientação: Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas.

Coorientação: Prof. Dr. Frederico Jorge Ferreira Costa.

1. Partido. 2. Formação Humana. 3. Proletariado. I. Título.

CDD 370

RESUMO

O presente trabalho *intitulado* *Concepção de partido em Marx (1843 – 1850): a organização do proletariado como classe no processo de formação humana*, possui o objetivo de identificar os pressupostos que conformam uma concepção de partido para Marx e a relação dessa concepção com a formação humana. É no interior do movimento de construção da obra de Marx edificada sobre uma preocupação política e com sua prática em benefício da classe trabalhadora que supomos poder encontrar os fundamentos para uma concepção de organização da própria classe e de sua direção revolucionária, o partido. Nossa intenção é identificar os pressupostos que conformam uma concepção de partido na obra de Marx e sua relação com a formação humana, particularmente os textos que compreendem o período das revoluções de 1848. Para tal fim questionamos: Existe uma concepção de partido em Marx? É possível identificar pressupostos para uma concepção de organização e direção da classe trabalhadora na obra marxiana? Que lições ou que desenvolvimentos podem ser encontrados na obra marxiana para a organização política do proletariado? Essas foram as questões que orientaram nossa investigação. Marx encontrou na classe trabalhadora o suporte para contribuir com as elaborações políticas da própria classe e se voltou para uma necessidade que considerou primordial, estudar a prática política, desenvolvê-la tanto na sua vida militante como na sua teoria. Esse texto que apresentamos, se refere à tese de que a obra e seu próprio autor são frutos de um contexto social e histórico-político específicos, pois compreendeu que o partido é a organização da classe em movimento, o partido é a classe em ação através de suas organizações.

Palavras-chave: Partido. Formação humana. Proletariado.

ABSTRACT

The present work entitled *Conception of Party in Marx (1843 – 1850): the organization of the proletariat as a class in the process of human formation*, has the objective of identifying the presuppositions that conform a conception of party for Marx and the relation of this conception with the human formation. From within the construction movement of Marx's work built on a political concern and with his practice for the benefit of the working class that we suppose we can find the basis for a conception of class organization and its revolutionary leadership, the party. Our intention is to identify the presuppositions that form a conception of a party in Marx's work and its relation to human formation, particularly the texts that comprise the period of the revolutions of 1848. To this objective we ask: Is there a conception of a party in Marx? Is it possible to identify assumptions for a conception of working class organization and direction in Marxian work? What lessons or developments we can be find in Marxian work for the political organization of the proletariat? These questions guided our investigation. Marx found in the working class the support to contribute to the political elaborations of the class itself and turned to a necessity that he considered primordial, to study political practice, to develop it both in his militant life and in his theory. This text that we present refers to the thesis that the work and its own author are fruits of a specific social and historical-political context, since it understood that the party is the organization of the class in movement, the party is the class in action through of their organizations.

Keywords: Party. Human Formation. Proletariat.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	FORMAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA: A CONDIÇÃO HUMANA DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA HISTÓRIA.....	14
2.1	Formação e emancipação em Marx na emergência do proletariado como sujeito	18
3	O LUGAR DO SUJEITO NA HISTÓRIA E O PAPEL DA HISTÓRIA NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO	38
3.1	Conceitos fundamentais para compreensão do papel do indivíduo na história	39
3.2	A prática política como o eixo da formação de um revolucionário	45
4	ORGANIZAÇÃO DO PROLETARIADO: O PARTIDO EM GRANDE SENTIDO HISTÓRICO ..	63
4.1	Primeiras aproximações de uma concepção de partido em Marx.....	63
4.2	Elaboraões acerca da luta econômica em Miséria da Filosofia	72
4.3	Pressupostos para uma concepção de partido na análise de Marx das lutas de classes na França (1848 – 1850): a classe é o partido e o partido é a classe.....	79
3.3.1	Organização autônoma e consciente do proletariado como condição essencial para a emancipação humana	91
4.4	Concepção de partido: o movimento das classes na luta política	100
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
	REFERÊNCIAS	118

1 INTRODUÇÃO

No interior do movimento de construção da obra marxiana edificada sobre uma preocupação política e com sua prática em benefício da classe trabalhadora, podemos encontrar os fundamentos para uma concepção de organização da própria classe, o partido. Tal assertiva tem origem na percepção de que a tradição partidária da esquerda revolucionária arroga-se dos pressupostos presentes na teoria do comunismo científico de Karl Marx.

É de conhecimento dos estudiosos de Marx que o autor não dedicou especificamente algum livro, artigo ou capítulo acerca do tema, não deixando tais pressupostos sistematizados claramente, no entanto, não podemos negar que eles existem, no mínimo, na medida em que se manifestam na dinâmica dos partidos como desdobramento da teoria e prática política herdada da tradição marxista.

Nossa intenção, diante disso, é identificar os pressupostos que conformam uma concepção de partido para Marx e a relação dessa concepção com a formação humana nos textos de 1843 a 1850. Para tal fim, questionamos: Existe uma concepção de partido em Marx? É possível identificar pressupostos para uma concepção de organização da classe trabalhadora na obra marxiana? Essas foram as questões iniciais que orientaram nossa investigação.

Delimitamos como fonte de nossa pesquisa, para isso, os textos escritos durante o período considerado de juventude de Marx, que são os trabalhos do intervalo que vai do ano de 1843 a 1850. Essa delimitação foi realizada após algumas incursões investigativas na obra do autor, na qual pudemos verificar que esse período foi o mais fértil para estruturar as bases da teoria marxiana, como a concepção acerca do conhecimento, do método científico, das relações sociais, consequentemente, da organização das classes sociais no contexto de luta.

No início da nossa exposição temos o primeiro capítulo que trata da *Formação e emancipação humana: a condição humana de produção e reprodução da história*. O capítulo é constituído de uma seção que possui o objetivo de alicerçar nossa argumentação de que os pressupostos para uma concepção de partido na

obra marxiana advêm da sua análise sobre a formação humana que revela a condição de existência da humanidade de produzir e reproduzir a história.

Consciente de que Marx não escreveu um texto sequer tendo a formação humana como objeto central, é nítido para nós que ele deixou um arcabouço teórico importante para conceituar tal categoria. Apresentamos o desenvolvimento dessa categoria, formação humana, com apoio em duas subcategorias: a produção da cultura humana e o desenvolvimento do homem diante das relações históricas, sociais e culturais.

Categorias essas que nos auxiliaram a compreender que a organização do proletariado para agir em benefício da humanidade, na perspectiva da emancipação humana, está submetida ao processo de formação humana, ou seja, às condições materiais de produção e reprodução da existência.

Assim, a *Ideologia Alemã* foi o nossa obra de referência que com suporte nas obras *Para a questão judaica* (1843), *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843), *Manuscritos econômicos-filosóficos* (1844) e as *Glosas críticas marginais* (1844), nos permitiu articular em nosso texto alguns conceitos para suprir as necessidades de nossa investigação, como: a produção industrial, o surgimento da consciência e da linguagem, a divisão do trabalho e o estranhamento. Conceitos que nos permitiram chegar a percepção de que Marx trata a política como mediação para a emancipação humana.

Com base nisso e diante de nossa elaboração, afirmamos a tese que responde nossa indagação inicial: o âmago da formação humana está na auto atividade, conseqüentemente, na organização do proletariado oportunizada pelas formas de intercâmbio e rupturas sociais. Nesse processo, a prática política é parte essencial da formação humana dos indivíduos mediante sua localização histórica na luta de classes.

A tomada de consciência do proletariado acerca da sua condição e sua localização na história da luta de classe, como classe que cumpre função fundamental na produção e reprodução da existência, nesse sentido, não se configura como uma imposição externa a classe, vinda de uma casta de intelectuais, mas é uma consequência da dinâmica da própria luta de classes e do movimento da história que constitui a formação humana.

O segundo capítulo, intitulado *O lugar do sujeito na história e o papel da história na formação do indivíduo*, explicita nossa análise sobre Karl Marx como indivíduo que, sendo sujeito de sua própria história, foi também um indivíduo constituído pelas contradições da luta de classes em seu tempo, além de ter sido um agente influenciador de eventos históricos importantes.

Ainda com nossa atenção direcionada à formação humana como uma categoria presente na obra marxiana, também observamos o processo de formação do próprio autor, considerando algumas das múltiplas determinantes de sua existência que possibilitaram ser o grande teórico e político revolucionário que foi e que o oportunizou deixar como legado para a humanidade uma obra teórica e política de tamanha relevância.

Para tal empreitada, introduzimos o capítulo com a seção 2.1, *Conceitos fundamentais para compreensão do papel do indivíduo na história*, identificando e discutindo conceitos que fundamentam nossa argumentação do capítulo, como a afirmação da importância do indivíduo na teoria de Marx e os pressupostos dessa teoria; o conceito de indivíduo como ser social que é formado pelas contradições da luta de classes; e o papel do indivíduo na história.

Nos referenciamos em autores do marxismo que se dedicaram ao debate sobre o papel do indivíduo na história e a função da história na determinação da individualidade, como Vigotski (1930 e 1999), Plekhanov (1977), Arcary (2002), Chagas (2012) e Duarte (2013).

Nossa seção 2.2, *A prática política como o eixo da formação de um revolucionário*, apresenta como Karl Marx assumia uma postura militante e se comprometia com o proletariado. Cotejamos na biografia de Marx alguns elementos que apontam para esse caminho, a saber, sua formação inicial, seu engajamento com o proletariado e com os grupos intelectuais mais importantes da Prússia, sua ruptura com a teoria hegeliana acompanhada de sua preocupação com o desenvolvimento de uma teoria/método que tivesse o movimento da realidade como seu foco.

Na referida seção nossa tese afirma que os pressupostos sobre uma concepção de partido, como tantos outros conceitos da obra marxiana, foram possíveis de serem desenvolvidos pela condição gerada na atuação de seu autor no

mundo prático, como o enfrentamento das questões políticas de sua época, ou seja, defendemos que a obra teórica de nosso autor é fruto de sua prática política articulada com seus esforços de abstração para compreensão da realidade.

O nosso terceiro capítulo trata da *Organização do proletariado: o partido em grande sentido histórico*. Nele, apresentamos o corolário de todo o acúmulo teórico argumentativo dos capítulos anteriores que é a concepção de partido que encontramos em Marx.

Na primeira seção do capítulo, *Primeiras aproximações de uma concepção de partido em Marx*, nos fundamentamos na biografia escrita por Franz Mehring (2013); no trabalho sobre a *Teoria da revolução no jovem Marx*, de Michael Löwy (2012); e nos textos *Manifesto comunista* e *A ideologia alemã* de Marx e Engels (2005, 2007), onde encontramos alguns dos pressupostos que configuram a concepção marxiana de partido.

Nesse momento da exposição apontamos a derrubada da burguesia para supressão do antigo modelo social de opressão como pressuposto essencial que fundamenta todos os demais: o caráter internacional do partido; a propaganda pública e a democracia interna como características elementares para conceber um partido comunista.

A segunda seção do capítulo três se debruça especificamente sobre as elaborações de Marx em *Miséria da filosofia*. O texto foi dedicado a uma crítica à Proudhon e trabalha os aspectos econômicos da luta de classes. Compreendemos que nesse texto, assim como em *A ideologia alemã*, Marx estabeleceu os pressupostos da teoria e método materialista da história como seu objeto, o materialismo histórico-dialético. Como disse o próprio autor: “Os pontos decisivos da nossa concepção foram expostos pela primeira vez, cientificamente, embora só em forma polêmica, na obra *Miséria da Filosofia*, etc., publicada por mim em 1847 e dirigida contra Proudhon” (MARX, 1961, p. 303).

É uma obra crucial para a compreensão do nosso objeto de estudo, pois tem a qualidade do método fundado por Marx, o materialismo histórico-dialético, que são consequências do envolvimento do teórico e da teoria com a realidade social e histórica, ou seja, a obra e o seu elaborador precisaram atuar na realidade, fazer uso da prática política para elaborar seu método científico, estudo e atuação na realidade.

Identificamos nesse texto duas características fundamentais para perceber a concepção marxiana de partido: a) é apreendido da realidade de luta do proletariado que, no contexto da obra analisada, formou as coalizões por necessidades advindas das relações econômicas do mundo do trabalho; b) conseqüentemente, é um conceito que se mantém, o partido, mesmo considerando que existam organizações partidárias em sentido estrito formando coalizões maiores que eles próprios. A base de sustentação é o conceito de partido em grande sentido histórico que se desenvolve na própria luta de classes de diversas formas em seu movimento.

A penúltima seção do terceiro capítulo denominada de *Pressupostos para uma concepção de partido na análise de Marx das lutas de classes na França (1848 – 1850): a classe é o partido e o partido é a classe*, refere-se ao período de 1848 à 1850.

A seção traz a abordagem histórica e política que Marx desenvolveu quando se defrontou com os processos políticos e históricos de 1848 a 1850 na França, apoiado nos conceitos presentes no texto de 1847, *Miséria da Filosofia*, que afirma o partido como uma organização que se estrutura a partir da realidade de luta do proletariado e que se mantém seja na forma de partido em sentido estrito ou em grande sentido histórico a depender da dinâmica da luta de classes determina seu movimento e suas possibilidades de organização.

Nessa seção expomos os pressupostos da concepção de partido que foram se explicitando no decorrer da análise e no calor dos acontecimentos da revolução de 1848 na França. Para isso, seguimos a lógica que identificamos do autor: a) a revolução de 1848 na França possui o mérito de colocar o proletariado pela primeira vez como classe-partido em confronto com a burguesia; b) a contrarrevolução que derrotou o proletariado em levante cumpriu um papel fundamental para a conquista do terreno para sua própria emancipação social; c) a necessidade de organização autônoma e consciente do proletariado se elevou ao patamar de condição essencial para a emancipação da sociedade e o fim da luta de classes, a emancipação humana.

A seção 3.4, última seção do capítulo três, *Concepção de partido: o movimento das classes na luta política*, consoma a nossa tese sobre a concepção

de partido de Karl Marx. Argumentamos, pois, acerca da concepção de partido em grande sentido histórico como projeto de partido do proletariado, o partido-classe, como o movimento da classe para si consciente do seu papel estratégico.

No desenvolver da exposição, demonstramos que essa concepção não se opõe e não nega o modelo de partido em sentido estrito, ao contrário, Marx afirmou o partido em sentido estrito em alguns momentos da sua vida, como na Liga dos Comunistas e na Associação Internacional dos Trabalhadores, a Primeira Internacional. Nesse sentido, nossa tese ratifica a coerência materialista histórica-dialética do nosso autor.

A hipótese inicial que nos conduziu na investigação foi que 1) o interesse pela prática política, 2) seu conseqüente engajamento no jornal, no movimento dos intelectuais hegelianos, sobretudo 4) seu contato com o operariado, possuiu um peso importante na construção de sua obra.

O seu desenvolvimento na prática política, assim sendo, é um elemento crucial para a explicação do rompimento com os intelectuais hegelianos e a construção de uma Internacional Comunista que oportunizaram sua aproximação com o proletariado e a densidade que é possível conhecer de sua obra. Mais que isso, oportunizou a construção da própria obra marxiana como uma filosofia da *práxis*, diferente de toda filosofia anterior, pautada numa preocupação radical com a prática, com a realidade em movimento.

Além disso, e por causa disso, Marx se voltou para uma necessidade que considerou primordial, estudar a prática política, desenvolvê-la tanto na sua vida militante como na sua teoria. Isso conectado com seu envolvimento com o movimento operário alemão e francês, por exemplo, aliado aos grupos intelectuais e sua militância nos periódicos que contribuiu e até dirigiu.

Nosso texto, desse modo, se refere à tese de que a obra e seu próprio autor são frutos de um contexto social e histórico-político específicos. Compreensão que nos levou a investigar os desenvolvimentos que podem auxiliar na identificação dos possíveis pressupostos para uma concepção de partido em Marx. Nossa tese é que esses pressupostos são desdobramentos das necessidades práticas da luta política encampada por Marx que se traduzem conceitualmente nas suas elaborações teóricas.

Considerações acerca da justificativa e do critério metodológico:

É inegável a importância que a obra de Karl Marx possui para as mais diversas áreas do conhecimento. Ao examinar as prateleiras das mais diversas bibliotecas acadêmicas, é facilmente observável que a referida obra transita em tantas áreas como economia, sociologia, política, educação, filosofia etc. Independentemente da sua classificação em relação à área do conhecimento é uma teoria que permanece atual para a análise da realidade, pois ainda hoje é foco das atenções no ambiente acadêmico para esse intento, seja com o esforço de utilizar o materialismo histórico-dialético como método de análise da realidade, seja pela necessidade de refutá-lo como teoria que propõe a superação do atual modelo societário.

Também podemos demarcar a importância da teoria marxiana quando percebemos que ela se manifesta como uma prática cotidiana na dinâmica das relações sociais, especialmente no contexto das suas organizações político-sociais, que organizam a sociedade numa relação dinâmica e conflituosa expressa na luta de classes. Se trata de uma teoria que compõe o acervo de instrumentos para a luta da classe trabalhadora, sendo um dos principais instrumentos e um sustentáculo para que essa luta seja eficaz além de coerente com os interesses da maioria da humanidade que vive hoje sob a exploração da classe proprietária.

Para que essa teoria possa se consolidar, no entanto, como a base de sustentação da classe trabalhadora, como a arma da crítica para fazer a crítica das armas, é necessário que ela seja não só uma boa teoria para a classe, mas que seja a teoria da classe, desenvolvida por ela. Ao adentrarmos na teoria marxiana precisamos, nesse sentido, atentar não somente para suas categorias de análise, para o seu arcabouço filosófico ou para uma organização lógico-formal, mas perceber que essa mesma teoria se desenvolve a partir da sua relação com a classe a quem ela fundamenta.

Isso é expresso desde os esforços do seu próprio autor no processo de elaboração e desenvolvimento teórico até a conformação dessa teoria como um sistema aberto, que só é possível fazer sentido e se colocar como fundamento da sua classe a partir do momento que considera a dinâmica social na qual está sendo

aplicada. É uma teoria da prática, mais que isso, a teoria marxiana não é somente uma teoria ou uma filosofia, mas como disse seu próprio autor, é uma teoria da *práxis* e se constitui como método.

Sendo um método comprometido com um setor social, uma classe, deve ser dialético no intento de possibilitar o alcance de respostas práticas para as mais diversas necessidades históricas, tomando como a principal delas, a própria luta de classes e a vitória da classe trabalhadora no projeto estratégico de derrubada do capitalismo para a edificação de uma sociedade sem classes sociais.

Compreendemos, isto posto, que não pode ser um sistema teórico ou filosófico que não se desdobre em proposições práticas para o desenvolvimento da luta de classes. Para a coerência com o seu propósito de ser um instrumento da luta e seu fundamento, deve desenvolver essas proposições com base na análise das questões impostas por essa luta. De posse de tais critérios metodológicos perceptíveis na obra de Karl Marx, sustentando-nos no materialismo histórico-dialético, que organizamos os momentos de investigação e exposição de nossa tese.

Recordamos de alguns dos principais conceitos do marxismo, como classes sociais, alienação, exploração, emancipação humana, emancipação política, revolução social, revolução política etc., que são exemplos de elaborações da obra marxiana fruto de dados identificados na realidade, que podemos atestar em *A luta de classes na França*, por exemplo. Movimento da realidade que tinham a premência de desenvolvimento conceitual para suprir carências da luta de classes em contextos específicos, mas que também são conceitos que possuem características de categorias para a análise dos mais diversos contextos e necessidades da luta de classes considerando seu movimento.

2 FORMAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA: A CONDIÇÃO HUMANA DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA HISTÓRIA

Nossa intenção neste capítulo é elencar os elementos necessários para a construção de uma síntese que busca atender o processo investigativo do objeto da tese em questão.

Neste segmento do texto, diante disso, nos deteremos a apontar o conceito de formação humana com as diretrizes efetivadas na teoria desenvolvida por Marx.

Aqui, pudemos demarcar as contribuições da teoria marxiana para a conceituação de formação humana numa perspectiva histórica, cultural e social elaborada sob a égide de um sistema capitalista que move-se na contramão de todos os processos de construção histórica e cultural do se tornar homem.

Cotejamos as subcategorias de composição da categoria central deste capítulo, formação humana, que são a produção da cultura humana e o desenvolvimento do homem diante das relações históricas, sociais e culturais.

Nossa análise segue orientada pelo método marxiano que

[...] descreveu o movimento que vai do empírico ao concreto pela mediação do abstrato, concluindo que o concreto, sendo unidade da variedade, síntese de múltiplas determinações, é, para o pensamento, um resultado, o ponto de chegada e não o ponto de partida, acrescentando, porém: “apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e, portanto, igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação” (MARX, 1973, p. 229).

Aqui está expressa a base teórico-filosófica e o método no qual subsidiaram nossas elaborações. Com isso, demarcamos a análise laboriosa acerca da formação humana.

Ao nos propormos investigar a concepção de organização política do proletariado como elemento do processo de formação humana, temos a tarefa de identificar na obra marxiana a compreensão do autor sobre tal tema. Delimitamos, para tanto, uma questão que nos conduziu neste capítulo: como a prática política se constitui como processo de formação?

Para responder tal indagação tivemos que executar uma delimitação prévia das obras que poderia responder o problema ora posto. Identificamos, pois, em

nossas leituras da obra marxiana, que o período de desenvolvimento da teoria que pode nos auxiliar a responder nosso questionamento é o momento em que o próprio autor necessitou construir o alicerce para sua obra e para a prática política do proletariado.

É o período em que Marx levanta as bases teóricas do materialismo histórico-dialético ao mesmo tempo que, nitidamente, aprofunda cada vez mais seu engajamento político para contribuir com o avanço da luta do proletariado.

Compreendemos, assim, que *A Ideologia alemã* (1845-1846) foi um marco importante desse período em termos de densidade e maturidade teórico-filosófica, pois é um texto que tem como seu antecedente *Para a questão judaica* (1843), a *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843), os *Manuscritos econômicos-filosóficos* (1844) e as *Glosas críticas marginais* (1844), conhecidas assim apesar de possuir um título bem maior que esse, a saber, *Glosas críticas marginais ao artigo: o rei da Prússia e a reforma social de um prussiano*.

É partindo desse pressuposto que compreendemos os textos marxianos acima mencionados, como suporte teórico na busca de responder nossa indagação, tendo *A Ideologia alemã* como a obra central para o desenvolvimento deste capítulo¹. Consideramos ainda que essa obra é, não somente um fruto das elaborações anteriores, mas também a elaboração que possibilitou um salto qualitativo no engajamento político de Marx, no seu propósito de organizar o setor mais consciente do proletariado.

Isso é nítido logo em 1847, quando Marx filiou-se a Liga dos Justos que, por sua influência, rapidamente foi transformada em Liga dos Comunistas. No congresso de 1847 a Liga assumiu características de um partido comunista que tinha claramente o objetivo estratégico de derrubar a burguesia e constituir o proletariado de poder para operar uma revolução mundial. Nesse processo, Marx foi uma figura central na reestruturação dos estatutos herdados da Liga dos Justos. Não por acaso,

¹ O texto “Miséria da filosofia” ocupa um lugar importante nessa trajetória, pois esse trabalho foi escrito no inverno de 1846-1847, às vésperas da adesão de Marx e Engels à Liga dos Justos, e, portanto, antes da elaboração do Manifesto Comunista. É um dos textos que Marx assinala que o movimento social não exclui o movimento político. Optamos, no entanto, por nos concentrar em *A ideologia Alemã* considerando esse último como fruto dos textos que o antecedem. Utilizamos, todavia, o *Miséria da Filosofia* em nosso terceiro capítulo quando tratamos das elaborações econômicas de Marx acerca do sujeito coletivo como formador da classe.

foi encomendado à Marx e Engels a tarefa de escrever um manifesto que teria a função de propaganda e síntese do programa do partido dos comunistas. Encontramos, com isso, o Marx do *Manifesto do Partido Comunista* de 1848, um escrito político.

O manifesto foi uma tarefa deliberada aos moldes partidários. Um fato bem emblemático acerca disso foi a Liga dos Justos chamando a atenção de Marx, cobrando-o, pois ele estava demorando demais a produzir o manifesto que o fora encomendado. Marx estava comprometido com o partido, com o manifesto do partido comunista.

A Liga dos Comunistas foi, assim, uma elaboração política que se desenvolveu na prática até se consolidar anos depois como a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), que funcionava por boa parte da Europa onde haviam associações, partidos de trabalhadores em que Marx se dedicava, inclusive, na sua direção.

Marx começou a escrever *O capital* três anos após a fundação da Internacional Comunista, em 1867, obra de difícil leitura por conta da sua densidade e do seu volume. Para se ter uma noção disso, os *Grundrisse* são rascunhos d'*O Capital*, uma obra de quase oitocentas páginas. A maturidade e disciplina necessárias para produzir uma obra dessa envergadura nos chama a atenção. Ainda em 1871, nosso autor escreveu *A guerra civil na França*, na oportunidade do evento histórico conhecido por Comuna de Paris. Ele escreveu esse discurso direcionado aos trabalhadores a partir do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. Nesse mesmo período, Marx estava escrevendo *O capital*.

Essa contextualização é inescusável para compreender o tema da formação humana n'*A Ideologia Alemã*, uma vez que situa a importância que Karl Marx imprimia à luta política mediante seu cotidiano de produção teórica. Nosso último exemplo citado, *A guerra civil na França*, revela a importância que Marx dava aos acontecimentos históricos para subsidiar as formulações teóricas. Não só defendia, mas ele próprio tentava ser um sujeito que estava comprometido com a classe trabalhadora.

Esse era o principal comprometimento, era o fundamento que movia Marx para desenvolver sua teoria. Como consequência, seria contraditório se ele não enfrentasse a política de maneira real, de maneira histórica como ele mesmo propunha em seus escritos.

O Marx d'*A Ideologia Alemã* - de 1845 a 1846 - encontrava-se, desse modo, num momento que configuraria o quadro geral de sua vida e sua obra. Tempo em que estava dando o combate ao que chamava de Filosofia Especulativa, a Hegel e aos jovens hegelianos. Ele tinha um confronto mais direto com os jovens hegelianos e mais profundo com a teoria de Hegel que renderia o alicerce teórico das suas elaborações prático-políticas.

Nossa exposição conceitual neste capítulo se alicerçou especificamente na apropriação de Marx dos conceitos feuerbachianos de libertação real e mundo sensível. Foi à luz desses conceitos que trabalhamos a máxima marxiana que afirma as relações sociais e o próprio surgimento do homem como produção histórica.

Tomando *A Ideologia Alemã* como obra central e com o suporte nas obras *Para a questão judaica* (1843), *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843), *Manuscritos econômicos-filosóficos* (1844) e as *Glosas críticas marginais* (1844), articulamos em nosso texto alguns conceitos para suprir as necessidades de nossa investigação, como: a produção industrial, o surgimento da consciência e da linguagem, a divisão do trabalho e o estranhamento.

O cotejamento desses conceitos nos conduziu ao ponto alto da seção, quando identificamos que Marx trata a política como mediação para a emancipação humana. Apresentamos também os conceitos de emancipação política e emancipação humana trabalhados por Marx, quando o autor identificava os limites da política e da formação humana no capitalismo e apresentava a revolução social como alternativa para a emancipação da humanidade.

Com suporte nisso e diante de nossa elaboração neste capítulo, podemos reafirmar a nossa tese que responde nossa indagação inicial desta seção. A tese é que o âmago da formação humana está na auto atividade, conseqüentemente, na organização do proletariado oportunizada pelas formas de intercâmbio e rupturas sociais. A prática política, pois, se constitui como o processo de formação humana dos indivíduos mediante sua localização histórica na luta de classes.

A formação humana se dá, portanto, no contexto da luta de classes e a organização política consciente do proletariado é o *locus* privilegiado para o desenvolvimento dessa formação que só pode atingir sua plenitude com a emancipação humana.

A prática política é, pois, uma necessidade permanente da classe que precisa e tem as condições para sua própria emancipação, por conseguinte, sua auto atividade necessita ser consciente e organizada para promover a revolução social.

Marx sempre foi o filósofo e teórico político. O oposto da ideia que é muito disseminada empiricamente no mundo acadêmico: que não se deve “misturar” teoria com política, já que mesmo Marx teve que se dedicar a teoria porque não havia possibilidade de fazer as duas coisas, produzir teoria e fazer política.

Ao contrário disso, Marx tinha uma atuação política fortemente vinculada ao trabalho nos jornais desde 1842 em paralelo à sua produção teórica. Basta visualizar na cronologia dos textos que mencionamos anteriormente, obras que vão de 1843 a 1848. Foi ainda no ano de 1846 que Marx organizou junto com Engels, em Bruxelas, o Comitê de Correspondência da Liga dos Justos, que foi a primeira organização política criada por ele e que tem o signo de demarcar o início de suas atividades políticas de forma mais sistemática.

2.1 Formação e emancipação em Marx na emergência do proletariado como sujeito

Para compreender a formação humana, foi essencial para Marx se apropriar da categoria libertação real na obra de Feuerbach. Nosso autor se confrontava com Feuerbach quando discutia essa categoria. Ele reivindica a “libertação real, no mundo real e pelo emprego de meios reais”, como um ato histórico (MARX e ENGELS, 2007, p. 29). Assim a libertação fora compreendida como um ato histórico. Essa era a base da crítica à metafísica e à filosofia especulativa.

Ao discutir essa categoria com Feuerbach, Marx também considerou a categoria mundo sensível na obra daquele hegeliano. Ele não nega a categoria

trabalhada em Feuerbach, mas compreende que ela não é algo dado imediatamente e presente por toda eternidade, sempre igual a si mesma, mas um produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, ou seja, ele não nega enquanto fato empírico, fenômeno aparente e manifestação real. Seria um equívoco considerar o que é aparente, o fenômeno aparente, como uma mentira, como a não realidade. Marx, coerentemente, considerou que a aparência é parte do fenômeno e que é o nosso primeiro contato, que poderá nos levar à essência do mesmo.

Esse é um movimento que Marx se dedica para trabalhar a categoria mundo sensível. É a categoria que ele se apropria, mantendo seus conceitos, mas superando-a pela crítica, no sentido de afirmar que o problema da categoria, o problema da análise feuerbachiana sobre o mundo sensível, seria permanecer no âmbito da aparência e compreender esse mundo da aparência, o mundo sensível, como aquele que determinaria e conduziria as práticas reais, o mundo real. Marx reivindica, por isso, a libertação real, no mundo real, por meios reais, em suma, ele reivindica o processo histórico.

Perseguindo o tema da formação humana, encontramos com isso, a ênfase dada por Marx à produção. Ele analisa os indivíduos como dependentes das condições materiais, de sua própria posição nessas condições. É nela que se exterioriza a vida. Marx afirma em sua obra, que o primeiro ato histórico do ser humano não é o ato de pensar, mas o de começar a produzir os meios de vida, a manutenção da existência, o primeiro ato histórico é manter-se vivo, é manter o ser vivo, não um indivíduo, mas a humanidade. Evidente que passa pelo indivíduo, então a ênfase na produção não é só uma ênfase econômica na produção industrial do seu tempo, é uma ênfase na produção e reprodução da vida (MARX e ENGELS, 2007).

Marx em *A ideologia alemã* se dedica na tentativa de explicar a própria existência humana, como o homem se diferencia de outras espécies, por exemplo. Ele coloca a atividade humana como o centro desse salto, a produção, para Marx, não é meramente a produção industrial que nós temos hoje ou que tivemos no tempo de Marx. A produção industrial é um fenômeno do mundo sensível que se revela como a atividade humana atual, atividade humana, das pessoas, dos seres humanos, independente ainda das classes.

É essa atividade humana, independente da maneira em que ela está organizada, que chamamos aqui de produção, a produção da existência, a produção da vida, é o que seria para Marx o que determina a própria existência. Dessa maneira, o homem na sua atuação frente ao mundo, à natureza, age em atividade propriamente humana, porque consciente, transformando-a. Nesse processo ele está ligado a determinada força produtiva, uma fase de produção da vida, em suma, está situado no que Marx chama de modo de cooperação.

Logo, se nós refletirmos sobre o capitalismo para conhecer nossa atualidade, podemos afirmar que nossa existência está baseada em um modo de cooperação para a produção. Podemos discernir que a produção é coletiva, o trabalho é coletivo para se produzir, mas a contradição essencial do capitalismo é que a apropriação do fruto do trabalho é uma apropriação privada e acumulativa.

Marx está trabalhando as conexões das diversas necessidades humanas, que é o que fundamenta o ato histórico. A formação humana, em consequência, é um processo histórico. O primeiro ato histórico é se manter vivo, mas após o primeiro ato histórico as necessidades humanas continuam sendo geradas e precisam serem supridas no processo de formação do sujeito, do homem enquanto gênero, assim como dele enquanto indivíduo. Essa relação é tão antiga quanto os próprios humanos.

Todas as ações expressas pelo homem passam pela compreensão da natureza humana, assim, torna-se fundamental a apreensão do real concreto e das diferenças deste com os demais seres vivos. Sabe-se que os animais se adaptam à realidade natural para que sua existência seja garantida, contudo, ao homem essa relação não é apenas dirigida devido a necessidade de sobrevivência, mas envolve um complexo consciente (MARX, 1973; MARX e ENGELS, 2007).

Ao longo do percurso histórico do homem, o seu desenvolvimento era norteado por duas leis, o que ficou conhecido pela dupla determinação das leis sob a formação histórica do homem, as quais são: a lei biológica que adaptava os órgãos e anatomia do homem as condições e as necessidades de produção; e a lei sócio histórica que orientava todo desenvolvimento da produção e os fenômenos que essa engendra (MARX e ENGELS, 2007; MARX, 2004).

A etapa essencial que constitui o homem moderno, a espécie *Homo Sapiens* é o momento substancial para o homem se libertar inteiramente de sua dependência inicial, das mudanças biológicas que se transmite por hereditariedade.

O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem que ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 2004, p. 84).

Em suma, o homem uma vez constituído ainda pode sofrer qualquer ação das leis de variação e da hereditariedade, mas tais modificações biológicas hereditárias não determinam o desenvolvimento sócio histórico do homem e da humanidade.

Para Marx e Engels (2007), no decurso do desenvolvimento do homem, as leis elementares e os fatores essenciais que dirigiram todo o processo de evolução biológica se tornaram uma porção reduzida e retrocederam ao segundo plano com relação as complexas leis sociais que regem o desenvolvimento humano.

O desenvolvimento do gênero humano, conseqüentemente, encontra-se no caráter próprio à sua atividade vital. Assim, diferente do homem, o animal “[...] é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela” (MARX, 2004, p. 84).

Isso se deu porque o homem ao lutar pela sobrevivência extraia da natureza os meios necessários para atendimento desta atividade vital de forma ativa e intencional. A atividade vital é para o homem a sua auto atividade que foi se constituindo para suprir suas próprias carências e se desenvolveu como trabalho propriamente humano instaurado a partir do momento em que seu ele passou a antecipar mentalmente a finalidade da ação. É a primazia da atividade consciente que permite as ações humanas serem organizadas, quando necessárias, separadamente, contudo não se distanciando do objetivo final comum (MARX e ENGELS, 2007).

Articula-se, planeja e organiza as ideias e ações com o objetivo de atender as necessidades através da produção dos meios que compõem a atividade humana. Ao fazer isso, por sua auto atividade, ele age sobre a natureza, transformando-a, criando um mundo humano, o mundo da cultura.

Os elementos discutidos até aqui permitem a compreensão de que a partir do momento que o homem se liberta inteiramente do despotismo da hereditariedade, a construção e apropriação da cultura não se transmite de modo algum através da hereditariedade biológica, mas a partir das gerações precedentes.

Assim, Marx assevera:

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, **enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela**; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; [no animal,] o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, **enquanto o homem se defronta livre[mente] com o seu produto** (MARX, 2004, p. 85 – grifos nossos).

Dessa forma, quando nasce se depara com uma imensidade de riquezas construídas ao longo dos séculos por inumeráveis gerações de homens, que são os únicos seres, em nosso planeta, criadores. Isso porque as gerações findam-se e sucedem-se, todavia tudo que foi criado passam as gerações seguintes que, através do desenvolvimento da humanidade, multiplicam e aperfeiçoam pelo trabalho e pela luta. Marx a partir dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, desenvolve esse aspecto na sua elaboração sobre as forças essenciais do homem.

Primeiro que forneceu uma análise teórica da natureza social do homem, Marx afirma que todas as relações humanas com o mundo, todo contato dos sentidos humanos e seus órgãos individuais são órgãos sociais no seu comportamento objetivo. Olfato, visão, audição, tato, pensamento, sentimento, vontade, atividade etc., são a relação de apropriação da realidade humana pelos indivíduos em sua auto atividade (MARX, 2004).

Ainda ancorado nos Manuscritos de 1844, podemos identificar a correlação do indivíduo enquanto um ser genérico, isto é, um representante do gênero humano com relação a atividade vital, a qual é definida por Marx como aquela que assegura a vida de uma espécie.

Assim, a formação humana deve ser compreendida na dinâmica a vida do indivíduo enquanto ser social e o seu processo histórico de objetivação como gênero humano (MARX, 2004).

As construções e aquisições advindas das relações humanas são criação objetiva da atividade humana, entretanto, também no decurso do processo social, as aquisições do desenvolvimento histórico do homem podem separar-se daqueles que as criaram. Tal separação assume a forma da alienação econômica dos meios e produtos do trabalho ante aqueles que o produziram. É um estranhamento engendrado pelas leis objetivas do desenvolvimento social que se manifesta na divisão social do trabalho.

Marx coloca o problema “totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX e ENGELS 2007, p. 94). Essa é uma frase célebre, que assevera que a própria consciência, o surgimento dela, é o surgimento da própria humanidade, enquanto tal, e que essa consciência não é anterior à sociedade, aos sujeitos.

Nosso teórico ainda se debruça sobre a questão da linguagem, afirmando que ela surge praticamente ao mesmo tempo que a consciência. Evidencia que não se consegue definir o momento específico em que cada uma surge, pois são fenômenos diferentes, distintos em qualidade, mas que surgem praticamente ao mesmo tempo.

Para ele a linguagem é a manifestação da contaminação do espírito pela matéria. Nesse sentido, assim como a consciência, a linguagem se revela como fruto da objetivação do ser na realidade, sendo a manifestação prática da consciência ou seja:

[...] é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo [...] nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com os outros homens (MARX e ENGELS 2007, p. 34-35).

Marx segue fundamentando sua tese sobre a história e a formação humana que nasce das carências, das necessidades. Trata-se, pois, do processo de

formação que posteriormente os psicólogos soviéticos² iriam aprofundar com a psicologia histórico-cultural, dedicando-se ao surgimento da consciência e da linguagem, na esteira de Marx, considerando que a consciência e a linguagem colocam em curso a própria cultura humana e suas diferenças, inclusive.

Seguindo essa linha de raciocínio, Marx alcança o tema da divisão do trabalho considerado surgiu originalmente de forma natural como formação de uma consciência ainda tribal no processo de desenvolvimento da humanidade, consequência de exposições naturais, como a força corporal e suas diferenças entre os indivíduos, por exemplo. Mesmo a divisão sexual do trabalho, na procriação, desde o ato sexual para a reprodução da humanidade, até determinados trabalhos vinculados às características naturais dos indivíduos, como a gravidez, por exemplo, são encarados pelo autor como um primeiro momento da história na sua forma autóctone.

Se os sujeitos necessitam da linguagem para materializar a consciência no intercâmbio com os outros, para que eles se consolidem como gênero, então a consciência tribal se desenvolveu como um primeiro momento da divisão do trabalho identificada por Marx.

Isso nos leva a pensar com Marx que o primeiro momento da divisão do trabalho foi uma divisão natural, mas que a real divisão do trabalho só surgiu a partir da divisão do trabalho material e espiritual, garantindo que as atividades materiais e espirituais, como a fruição e o trabalho, a produção e o consumo, caibam a indivíduos diferentes, que se desenvolveria como classes distintas.

A partir do momento em que essa divisão se tornou uma divisão social, distinguindo as atividades humanas como capacidades cativas à determinados sujeitos e a outros não, aconteceu o que Marx chamou de “a real divisão de trabalho”. Nesse processo a consciência se emancipa do mundo gerando a teologia, a filosofia, a moral, as teorias puras etc. Esse é um ponto nodal que subsidia a crítica que ele estava desenvolvendo à filosofia especulativa de Hegel e dos jovens hegelianos.

² Sobre os psicólogos soviéticos e a psicologia histórico cultural, conferir a obra clássica de Marta Shuare: SHUARE, Marta. La psicología soviética tal como la veo. Moscú: Progreso, 1990.

Conseqüentemente, com a divisão social do trabalho a atividade material e intelectual, o prazer e o trabalho, a produção e o consumo se separam e passam a pertencer a homens diferentes. O resultado da atividade do homem, em seu caráter concreto, se apaga para tomar uma vida de mercadoria com caráter totalmente impessoal. A produção advinda do trabalho alienado assume a conformação de objeto, estranho e hostil ao seu produtor (MARX, 2004).

Em consonância ao exposto, salientamos que estas relações produzem uma estratificação da cultura, já que não apenas os meios de produção material, como também, a difusão da cultura intelectual, se concentram nas mãos de uma classe dominante.

Mas mesmo que essa teoria, essa teologia, essa filosofia, essa moral etc. entrem em contradição com as relações sociais existentes, isto só pode se dar porque as relações sociais existentes estão em contradição com as forças de produção existentes (MARX e ENGELS 2007, p. 36).

Outro elemento significativo a esta tese é que tal concentração, divisão social e estratificação da cultura não se produzem apenas no interior de alguns seletos países, sobretudo, essa desigualdade manifesta-se ainda mais duramente ao nível de escala mundial.

Na sociedade de classes, então, para a maioria das pessoas as aquisições que são produzidas por estas só são possíveis a apropriação dentro de limites miseráveis, já que um pequeno número de pessoas usufrui esta produção humana.

Deste modo, a perpetuação desta feita é consequência do processo de alienação que intervém na esfera econômica e intelectual e só com a destruição das relações sociais que determinam o engendramento do processo através da exploração do homem pelo homem é que podemos pôr fim e restituir todos os homens a sua natureza humana.

Fica evidente a preocupação de Marx em inverter a relação que se tem com a consciência, o conceito e a história, a materialidade. A obra prima de Karl Marx, a construção do método, o materialismo histórico-dialético, tem como alicerce, exatamente a reflexão e análise do processo de formação humana vinculado à

história. Ao emancipar-se do mundo, a consciência toma um corpo ideológico que contribui com a manutenção da divisão real do trabalho.

A consciência se desenvolve estruturando-se sobre as bases materiais da divisão do trabalho e, posteriormente, da divisão social de classes. Esse evento histórico nos permite identificar a relação daquilo que Marx considera como consciência emancipada do mundo (filosofia, teorias puras, moral, teologia etc.) e a consciência da própria condição humana diante da divisão do trabalho e da constituição das classes. Essa última, compreendemos como o fundamento para a política que também se materializa como todo ato histórico, pela força da busca do suprimento das necessidades humanas.

Ao desenvolver a crítica à filosofia especulativa, o Marx de *A ideologia alemã* estava recorrendo aos *Manuscritos de Paris*, abordando a alienação, o processo de objetivação do ser no mundo pela via material, isto é, a via do suprimentos das necessidades em que o homem se objetiva historicamente.

Tomando a divisão do trabalho e das classes como dados da realidade para sua análise, Marx demonstra o momento negativo da alienação nesse contexto, momento em que a partir das diferentes formas de produção que se deram na história o ser humano não se reconhece sua própria produção, estranha a si mesmo e a humanidade, estranha no sentido de não dominar, de não a conhecer (MARX, 2010a).

É a expressão classe trabalhadora que produz, mas não tem o domínio dos meios de produção do acesso aos produtos de sua produção. Produção essa que, em essência, é uma produção para a realização da sua própria existência, a alienação, mas que o proletariado não consegue compreender na sua amplitude. Consegue apenas perceber sua mediação, sua aparência, o salário, o dinheiro. Salário, para melhor dizer, como a mediação mais importante onde o sujeito busca efetivação da sua própria existência.

Salário é uma consequência imediata do trabalho estranhado, e o trabalho estranhado é a causa imediata da propriedade privada. [...] Da relação do trabalho estranhado com a propriedade privada depreende-se, além do mais, que a emancipação da sociedade da propriedade privada etc., da servidão, se manifesta na forma *política da emancipação dos trabalhadores*, não como se dissesse respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a emancipação humana universal (MARX, 2010a, p. 88. Grifos do autor).

Doravante, nosso autor indica que a realidade se efetiva nas contradições que, conseqüentemente, trazem outras possibilidades de existência:

Mas mesmo que essa teoria, essa teologia, essa filosofia, essa moral etc. entrem em contradição com as relações sociais existentes, isto só pode se dar porque as relações sociais existentes estão em contradição com as forças de produção existentes (MARX e ENGELS 2007, p. 36).

A consciência se autonomiza, mas isso é movimento, é dialética. Na verdade, a consciência, que é própria da cultura humana, ganha autonomia como fenômeno social, enquanto ainda se mantém cativa dos seres humanos, pois a realidade só se efetiva por conta dessas contradições entre relações sociais, como manifestações históricas e não naturais. Questões como a força corporal, ou a divisão sexual natural do trabalho, aqui já foram superadas, podemos dizer, totalmente superadas. Para a produção e a reprodução da existência não é mais necessário considerar a diferença de força corporal entre dois indivíduos, sejam do mesmo sexo ou de sexos distintos (MARX e ENGELS, 2007, MARX, 2010b).

O capitalismo cumpriu a função de desenvolver a produção tecnológica, os instrumentos e as ferramentas, massivamente, inclusive, para uma produção que contempla mais do que as necessidades planetárias. Essa contradição entre as relações sociais estabelecidas no processo histórico e as forças de produção, por conseguinte, é efetivada pela alienação que Marx pontua nos Manuscritos. E essa consciência que se autonomiza, tem uma materialidade histórica importante e que é organismo de poder, o Estado, que, por sua vez, é o poder estranho que organiza, gerencia e administra a sociedade. A sociedade que estranha a sua própria produção, que estranha o seu próprio produto e a si mesmo, que estranha ao outro e ao seu gênero (MARX, 2010a).

É justamente na contradição entre os interesses particulares e os interesses coletivos, que o Estado assume materialidade com forma autônoma, separados dos interesses gerais e singulares. Como uma comunidade ilusória, mas sustentada numa base real, o Estado é uma expressão da divisão do trabalho e da luta de classes.

Daí se segue que todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito de voto etc. etc.,

não são mais do que formas ilusórias – em geral, a forma ilusória da comunidade – nas quais são travadas as lutas reais entre as diferenças de classes [...], e, além disso, segue-se que toda classe que almeje a dominação, ainda que sua dominação como é o caso do proletariado, exija a superação de toda forma antiga de sociedade e a superação da dominação em geral, deve primeiramente conquistar o poder político, para apresentar seu interesse como o interesse geral, o que ela no primeiro instante se vê obrigada a fazer. É justamente porque os buscam *apenas* seu interesse particular, que para eles não guarda conexão com seu interesse coletivo, que este último é imposto a eles como um interesse que lhe é “estranho” e que deles “independe”, por sua vez, como um interesse “geral” especial, peculiar; ou, então, os próprios indivíduos têm de mover-se em meio a essa discordância, como na democracia. Por outro lado, a luta prática desses interesses particulares, que se contrapõem constantemente e *de modo real* aos interesses coletivos ou ilusoriamente coletivos, também torna necessário a ingerência e a contenção *práticas* por meio do ilusório interesse “geral” como Estado (MARX e ENGELS, 2007, p. 37).

Estabelecida a luta entre as diferentes classes, a disputa pelo poder político não é o fim em si mesmo, mas uma mediação. A política nesse sentido é uma mediação na luta de classes na qual o proletariado deve tomar o poder para superar toda forma antiga da sociedade e, sobretudo, superar toda forma de dominação.

Mais uma vez, Marx, de maneira muito evidente, recorre a seus escritos anteriores à *A ideologia alemã*, para pontuar a luta de classes dessa maneira, como a disputa pelo poder político sendo apenas uma mediação, uma tática para chegar ao objetivo estratégico que é a emancipação humana. Ele reivindica seus escritos em *Para a questão judaica* quando confrontou Bruno Bauer acerca do tema da emancipação religiosa (MARX, 2009).

No referido texto, o autor faz uma delimitação muito clara acerca da emancipação política como mediação imprescindível na luta pela vitória do projeto estratégico de derrubada da classe dominante pelo proletariado para pôr fim a sociabilidade baseada na exploração de uma classe sobre as outras. Assim, a emancipação política não é refutada em absoluto por Marx, mas é localizada na sua relação com a emancipação humana que é essencial, necessária e urgente.

A emancipação política é só uma mediação e Marx defende que o fim dessa mediação, enquanto mediação, seria a superação da própria forma antiga de sociedade baseada na divisão entre classes sociais dominantes e dominadas, essa seria a emancipação humana. A emancipação política estaria no plano da tática, enquanto a emancipação humana seria o objetivo estratégico (MARX, 2009).

Não há outra maneira do homem se desenvolver como ser genérico salvo pela dialética entre a apropriação da atividade humana, a qual é objetivada no mundo da cultura, e a objetivação da individualidade já por meio da atividade vital, isto é, a auto atividade.

A superação das relações sociais de produção que tornam a auto atividade uma atividade estranhada, deve ser superada também na apropriação dos objetos sociais já existentes na cultura que deveriam, longe da égide do capitalismo, formar o indivíduo como um ser humano. Seria abolida, assim, a contradição entre a individualidade e a condição de ser genérico, efetivando a emancipação humana.

Nas *Glosas críticas*, Marx criticava Arnold Ruge afirmando que ele estava propondo apenas uma continuidade, uma reforma, propondo certos elementos de emancipação política. Identificamos, pois, a categoria emancipação política coerente com a tese explícita em *Para a questão judaica*, ou seja, a tese de que a emancipação política é uma mediação necessária para alcançar a emancipação humana e que a defesa unicamente da emancipação política não passa de reformismo e não se propõe a resolver o problema da exploração de uma classe por outra.

Ao contrapor a tese de Bauer que defendia a emancipação política como a solução para o problema da liberdade religiosa na sociedade prussiana, Marx certifica que a resolução dos problemas sociais, os males sociais, não é uma questão vinculada a vontade política e que a permanência desses males não se justificam por um atraso do Estado que não teria feito seu papel. Nosso autor chega à conclusão que a pobreza e a miséria são males próprios do Estado burguês que é fundado na propriedade privada dos meios de produção.

Se o Estado está fundado na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho e na geração de lucro para a burguesia, o pauperismo é uma consequência indispensável, não importa o quanto desenvolvido é determinado país, o pauperismo é um problema que não é possível evitar com nenhuma vontade política do Estado burguês.

Nas *Glosas críticas*, Marx afirma que

O Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade. Quando o

Estado admite a existência de problemas sociais, procura-os ou em leis da natureza, que nenhuma força humana pode comandar, ou na vida privada, que é independente dele, ou na ineficiência da administração, que depende dele (MARX, 1844, p. 7).

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. [...] esta escravidão da sociedade civil é o fundamento natural onde se apoia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo (MARX, 1844, p. 8).

Marx ironiza dizendo que o suicídio é uma lei antinatural e diz que o Estado não vai suicidar. A manutenção do próprio Estado depende do pauperismo, não é à toa que é recorrente nos dias atuais, em pleno século XXI, afirmativas feitas por candidatos aos cargos de poder estatal assumindo que o desemprego é um mal necessário, ao mesmo tempo que é necessário contê-lo, mesmo se a alternativa for, por exemplo, níveis de salário mais baixos para que a economia possa avançar. Mas a pergunta central é: para quem os níveis salariais devem ser mais baixos e para quem a economia avança?

Essa é a contradição em que o Estado está colocado e condicionado diante do processo de produção e reprodução da existência humana. E esse é o limite central para a política, a educação e a formação humana a partir do gerenciamento e da administração da sociedade civil pelo Estado, um limite imposto por conta da própria característica do Estado com seu interesse na luta de classes.

Como a política burguesa não é capaz de suprimir o pauperismo, a função do Estado passa a ser disciplinar esse pauperismo. E Marx diz “objeto de uma administração ramificada e bastante extensa, uma administração, no entanto, que não tem mais a tarefa de eliminá-lo, mas, ao contrário, de discipliná-lo” (MARX, 1844, p. 6).

Aquilo que no começo derivava de uma falta de assistência, agora se faz derivar de um excesso da mesma. Finalmente, a miséria é considerada como culpa dos pobres e, desse modo, neles punida. Com base nisso, justifica-se a repressão estatal para manutenção da ordem. Com a ineficiência do Estado em relação ao pauperismo – ineficiência para a classe trabalhadora, pois para sua classe o Estado é eficiente – foi necessária a existência de programas de assistência social e,

posteriormente, a burguesia no controle do Estado defendeu a necessidade de retirar essa assistência, pelo menos em alguma medida.

Sendo conquistas dos trabalhadores a partir de lutas sociais, da luta de classes, os programas assistenciais do Estado ainda sim são processos rudimentares em vistas a emancipação política que precisam de continuidade para promover uma ruptura no sentido da emancipação humana. Pois Marx argumenta que a emancipação humana seria abolição das condições atuais de existência e a imposição pelo proletariado de algo no lugar. Para esse propósito o Estado é impotente.

Com essa caracterização acerca do Estado, Marx demonstra que quanto mais poderoso é o Estado, quanto mais político é um país, – no sentido de intervir com assistência para amenizar os males advindos do pauperismo – tanto menos estará disposto a procurar na essência do atual ordenamento da sociedade, no qual o Estado é a expressão ativa, autoconsciente e oficial, o fundamento dos males sociais para superá-los (MARX, 1844).

Nesse sentido, Marx aborda em suas glosas a categoria intelecto político, que é político justamente quando pensa dentro dos limites da política, que para Marx é apenas uma mediação. Para ele o princípio da política é a vontade, que quanto mais unilateral ela seja, quanto mais perfeito seja o intelecto político de um agrupamento social, mais crê na onipotência da vontade e, por isso, é cego frente aos limites da política, conseqüentemente, é incapaz de descobrir as fontes dos males sociais. O intelecto político, nesse sentido, é caracterizado por Marx como um ciclo vicioso de impotência do Estado para a classe trabalhadora (MARX, 1844).

A defesa de Marx é a revolução social como saída para a classe trabalhadora que precisa romper e transformar sua própria realidade. No entanto, Marx é coerente com a dialética pressuposta em seu método de análise da realidade e assume que uma revolução precisa de uma alma política. Nosso teórico considera a política como uma mediação, mas uma mediação necessária para a classe trabalhadora, negando o intelecto político naturalizado pelo Estado, pois uma revolução social precisa de uma alma política, já que ela

se situa do ponto de vista da totalidade porque - mesmo que aconteça apenas em um distrito industrial - ela é um protesto do homem contra a vida desumanizada, porque parte do ponto de vista do indivíduo singular real,

porque a comunidade, contra cuja separação o indivíduo reage, **é a verdadeira comunidade do homem, é a essência humana**. Ao contrário, a alma política de uma revolução consiste na tendência das classes politicamente privadas de influência a superar o seu isolamento do Estado e do poder. O seu ponto de vista é aquele do Estado, de uma totalidade abstrata, que subsiste apenas através da separação da vida real, que é impensável sem o antagonismo organizado entre a ideia geral e a existência individual do homem. Por isso, uma revolução com alma política organiza também, de acordo com a natureza limitada e discorde dessa alma, um círculo dirigente na sociedade às custas da sociedade (MARX, 1844, p. 13 – grifo nosso).

É nesse sentido que Marx afirma uma essência humana histórica, portanto, mutável, e ao mesmo tempo sem essência, no sentido de não ter uma essência posta, estável, natural. Marx considera a condição natural humana como algo superado por sua condição histórica e social, pois como afirmou, a essência humana para Marx é a própria comunidade do homem (MARX, 1844).

Assim, a política tem uma positividade e uma negatividade em Marx. A negatividade é a sua incapacidade de superação das atuais formas de sociabilidade e a positividade da política seria a ruptura por meio do processo revolucionário que para Marx é um processo político da luta de classes (MARX, 1844).

A relação estabelecida entre a emancipação política como mediação necessária para a emancipação humana sugere que as organizações políticas (partidos, sindicatos, movimentos sociais etc.), que reivindicam a revolução social como seu objetivo estratégico, devem atuar servindo-se das contradições sociais entre capital e trabalho para que o proletariado possa chegar a romper com sua condição de exploração, o que só é possível por uma revolução social. Assim compreendemos a positividade da política em Marx, a utilização dos processos de emancipação política como parte do movimento de construção da emancipação humana.

Quando as lutas sociais buscam um projeto ou objetivo menor, como a luta meramente econômica, a busca por melhorias nas condições de vida sem abalar a estrutura social de exploração de classes, ou seja, sem romper com o sistema político-social, elas estão limitadas à emancipação política na perspectiva de reforma e não como mediação para se chegar a uma revolução social.

Consideramos que essa é a negatividade da política em Marx, isto é, o uso da política para a manutenção do *status quo*.

Marx aborda essa questão quando assume que mesmo no capitalismo existem certas condições ou momentos de melhorias na vida do trabalhador, mas assevera que ao mesmo tempo em que há esse tipo de melhorias há um distanciamento ainda maior entre as classes no que se refere à apropriação da produção, da cultura, enfim, da riqueza. Se em tal momento um parcela dos trabalhadores tem mais acesso à produção, significa que o acúmulo da burguesia e o domínio dela sobre essa parcela e todo o proletariado aumentou substancialmente, pois arregimenta uma parte dos trabalhadores à defender ideologicamente o sistema social de exploração como um sistema justo.

Como exemplo disso podemos citar o caso do *Welfare State* na Europa após a II Guerra Mundial, que elevou o grau de ambiguidade do Estado que teve que responder às demandas sociais com políticas educação pública, aposentadoria, pensões, seguro saúde, seguro desemprego, assistência ao idoso, políticas de transferências de renda etc., a despeito de da acumulação capitalista como sua essência, mas que contribuiu fortemente para a manutenção e o avanço do sistema capitalista em escala mundial (CORRÊA e COSTA, 2012).

Com isso Marx quer dizer que tais melhorias são pontuais e momentâneas e, por isso, chama de abismo entre a classe dominante e a classe dominada, entre os proprietários e os proletários e mesmo com essas melhorias o abismo só se alarga (MARX e ENGELS, 2007).

Objetando alguns idealistas alemães, como Max Stirner, Marx esclarece, que as gerações atuais não são o resultado dos objetivos das antecedentes, no entanto, ainda guardam resquícios das relações estabelecidas naquelas gerações precedentes, mas em outras condições totalmente distintas. Marx estava afirmando que a história não é linear, não é uma “escadinha”, não se desenvolve com uma continuidade logicamente previsível da história de tempos anteriores, de objetivos da sociedade anterior, mas que é feita de rupturas. E essas rupturas são dialéticas na medida em que continuam com as suas atividades baseadas em um pensamento (ideologia) anterior, numa prática anterior, mas rompendo com essa prática anterior

e construindo novas formas sociais. Se refere, por exemplo, à superação do feudalismo pelo capitalismo, o que seria uma forma de intercâmbio.

Para Marx (2007, p. 68) “a relação das forças produtivas com a forma de intercâmbio é a relação da forma de intercâmbio com a atividade ou atuação dos indivíduos”, ou seja, as forças produtivas são a manifestação histórica e atual da própria atividade humana se expressando de um modo específico, mesmo com suas mediações como o estranhamento etc. As formas de intercâmbio das pessoas no interior da classe trabalhadora e entre as classes se colocam como um processo em que os trabalhadores estão intercambiados, estão conectados, como diz Marx, histórico-mundialmente.

Essa é a condição histórica que coloca os trabalhadores em condições de superação da própria sociedade capitalista. Não é um querer, não é uma vontade que os trabalhadores de todo o mundo se unam. Marx já sabia no manifesto comunista de 1848 que eles já estão conectados, por exemplo, pelas fábricas, pelos aglomerados industriais (MARX e ENGELS, 2005; MARX e ENGELS, 2007).

Hoje mesmo temos uma realidade ainda concernente ao processo industrial clássico. Algumas pesquisas estudam atualmente, por exemplo, os operadores de telemarketing como um novo tipo de proletariado com condições de trabalho aparentemente distintas do trabalhador industrial, mas que estão conectados com os trabalhadores pelo próprio processo de produção, reprodução e acumulação do capital (ANTUNES e BRAGA, 2009).

Cada trabalhador, cada grupo de trabalhadores, cumpre uma função em um determinado momento de reprodução do capital, produção, circulação, consumo etc. Marx demarca essa relação afirmando que a relação das forças produtivas com a forma de intercâmbio é a relação da forma de intercâmbio com a atividade humana. O próprio ato do trabalho explorado e estranhado é o ato de atividade humana que se intercambia com os trabalhadores.

O proletariado pressupõe, portanto, a história universal como existência empírica prática. [...] só pode, portanto, existir histórico-mundialmente, assim como no comunismo; sua ação só pode se dar como existência “histórico-mundial”; existência histórico-mundial dos indivíduos, ou seja, existência dos indivíduos diretamente vinculada à história mundial (MARX e ENGELS, 2007, p. 39).

É no próprio intercâmbio entre as formas de sociabilidade na história, entre as classes e entre os indivíduos que está o âmago da formação humana, a auto atividade, já que ela é a própria ação dos indivíduos mediante as condições históricas a que eles estão submetidos, ou seja, a auto atividade é a atividade humana.

Os indivíduos que, diante da separação de suas próprias forças produtivas, são despojados de todo o conteúdo real das suas vidas, tornam-se indivíduos abstratos e têm o trabalho como a única aliança entre eles, a sua existência e as forças produtivas. É o trabalho desprovido que ainda sendo o centro das relações de exploração e da alienação, é a realização do indivíduo na história pelo que Marx chama de atividade humana.

Percebamos que o centro da formação humana, independente da educação formalizada, institucional, escolar ou não, a formação dos sujeitos, dos indivíduos, se dá no interior de suas classes e a essencialidade da formação, está na auto atividade, que pode e precisa ser uma auto atividade na superação das formas de sociabilidade atual. Essa auto atividade pode ser mais plena, mais completa quando a apropriação realizada pelo indivíduo, assim como a produção, seja coletiva.

É mister pontuar que se a formação humana se dá no interior da luta de classes, o partido, como organização do setor mais consciente do proletariado, é um *locus* privilegiado para desenvolver a auto atividade de maneira consciente na dialética entre os processos de formação, luta, revolução, emancipação.

A produção coletiva e a apropriação coletiva é a proposta de Marx. Diante dessa premência, o senhor da formação dos indivíduos é a sua auto atividade relacionada com as formas de intercâmbio e com as forças produtivas. Por isso, para Marx, forças produtivas é uma categoria central para intervenção na realidade.

Pensar uma formação humana que contribua com alguma ruptura social, com a transformação da realidade, com a possibilidade disso, é pensar nas forças produtivas, na relação intercambial entre trabalhadores com a produção, que em primeira instância é e continua sendo a produção da existência.

Com suporte nas categorias que nos detemos como nosso eixo de análise, a saber, formação humana, emancipação política e emancipação humana, podemos caracterizar que a organização consciente do proletariado deve se orientar pelo projeto estratégico de promover as rupturas indispensáveis para promover a emancipação humana.

Sem essa perspectiva essa classe fatalmente tende a perpetuar a ordem a ordem capitalista das relações sociais ao se concentrar apenas nas suas lutas por reformas sociais, por emancipação política. Ter consciência do projeto estratégico revolucionário, pois, é compreender a política e a emancipação política apenas como mediação.

Tendo a política como mediação necessária e a revolução como projeto estratégico para a emancipação política, o proletariado infalivelmente toma consciência da imprescindibilidade de organizar-se para a agir como classe revolucionária.

É necessário fazer luta política, luta política partidária, luta política sindical, em movimentos sociais, associações de moradores, grêmios estudantis, movimento estudantil universitário etc. Não há possibilidade de uma emancipação humana, um processo de ruptura social, se não for articulada com todo o movimento social e político mais amplo, pois a organização do setor da classe que é consciente do seu projeto estratégico depende também dos setores da classe que ainda não o são.

Isso porquê pudemos observar que a formação humana é o processo de objetivação de toda humanidade no mundo. O que significa dizer que a luta emancipatória constitui o processo de formação humana diante da condição social de divisão do trabalho e da estruturação social em classes de interesses antagônicos.

O que está em questão, é que todo projeto político, todo pensar conscientemente em formação humana, para que não seja especulativo, para que não caia no reprodutivismo, precisa necessariamente passar por uma reflexão sobre as formas de produção e reprodução da existência. Pois a relação entre as forças

produtivas e o indivíduo é o que constitui o adubo de sua individualidade³ (MARX e ENGELS, 2007; MARX 2010a; CHAGAS, 2012).

Assim, o pleno desenvolvimento de cada indivíduo somente será possível quando eles tiverem acesso a essas forças desde a sua concepção, planejamento, até sua execução, numa relação de totalidade, entre o desenvolvimento da vida de cada indivíduo em particular até este indivíduo enquanto gênero.

Marx reivindica a união universal do proletariado que seria a classe para si com o propósito da revolução. Abordamos a formação humana, sobre como Marx entende esse processo e como podemos pensá-lo, com o intuito de pontuar alguns indícios da importância da organização do proletariado em classe por meio de um instrumento de luta que seja próprio dessa classe, o partido.

³ A discussão que fazemos sobre individualidade é um confronto com a crítica que afirma a negação da dessa categoria em Marx, todavia, ela não é negada, e aqui nós vemos isso. Está colocado o adubo da individualidade, o pleno desenvolvimento do indivíduo está submetido ao acesso dos próprios indivíduos, à concepção, ao planejamento e à execução numa relação de totalidade, do trabalho, da atividade humana. O combate aos meios de produção monopolizados, apropriados individualmente, o combate no âmbito econômico, na verdade, é um combate para retomar ao trabalhador, ao sujeito, ao indivíduo, a sua capacidade de desenvolver as próprias potencialidades, isso só é possível, pela própria estrutura em que ele está envolvido, pela própria relação que nós estamos colocados, uma relação histórico-mundial de maneira coletiva enquanto classe (MARX e ENGELS, 2007; MARX, 2010a).

3 O LUGAR DO SUJEITO NA HISTÓRIA E O PAPEL DA HISTÓRIA NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO

Neste capítulo temos o objetivo de localizar Karl Marx como indivíduo, sujeito de sua história, agente influenciador de eventos históricos importantes, ao mesmo tempo que indivíduo constituído pelas contradições da luta de classes em seu tempo, constituído pela história.

Com a atenção voltada à formação humana como uma categoria presente na obra marxiana, também observaremos a formação humana do próprio autor, considerando algumas das múltiplas determinantes de sua existência que possibilitaram ser o grande teórico e político revolucionário que foi, que possibilitou deixar como legado para a humanidade uma obra teórica e política de tamanha envergadura.

Advogamos que os pressupostos sobre a uma concepção de partido, bem como tantos outros conceitos, somente são possíveis estar presentes na obra marxiana pela condição gerada na atuação de seu autor no mundo prático, no enfrentamento das questões políticas de sua época, ou seja, afirmamos que a obra teórica de nosso autor é fruto de sua prática política articulada com seus esforços de abstração para compreensão da realidade.

Para que fosse identificada nas elaborações do autor uma concepção de partido revolucionário do proletariado, considerando a característica de sua obra que não separa prática da teoria, se fez imprescindível a reflexão acerca do papel do indivíduo na história para compreender o papel do nosso autor frente aos acontecimentos históricos vividos e também sistematizados por ele para que pudéssemos identificar os elementos da vida e obra do autor que se traduziram na sua teoria em concepção de partido.

Além disso, também tivemos que escrutinar o tema da função da história na formação do indivíduo para cotejar o movimento das determinações históricas que influenciaram a obra do autor e sua elaboração político-conceitual, uma concepção de partido revolucionário do proletariado.

3.1 Conceitos fundamentais para compreensão do papel do indivíduo na história

Ante a compreensão exposta acima, especificamente nesta seção, nos propomos delimitar o arcabouço teórico que sustenta nossa interpretação acerca do papel cumprido pelo indivíduo Marx na história e a função que a história cumpriu ao possibilitar a formação desse indivíduo para que deixasse o legado que deixou, especialmente acerca do nosso objeto de estudo, a organização política consciente do proletariado.

Abordaremos algumas questões e conceitos importantes para tal delimitação e fundamentação, como a afirmação da importância do indivíduo na teoria de Marx e os pressupostos dessa teoria; o conceito de indivíduo como ser social que é formado pelas contradições da luta de classes; e o papel do indivíduo na história. Nos servimos de alguns autores do marxismo que discutem essas questões, como Chagas (2012), Arcary (2002), Duarte (2013) e Vigotski (1930; 1999), além da obra do próprio Marx.

Em primeiro lugar podemos assegurar que a teoria de Marx considera existência do indivíduo e, mais que isso, possui uma concepção de indivíduo que é histórico, constituído e desenvolvido socialmente (CHAGAS, 2002).

Identificamos quatro pressupostos básicos para a construção e reconstrução de uma teoria do indivíduo em Marx, são eles: 1) indivíduo natural enquanto ente singular; 2) indivíduo como resultado do desenvolvimento histórico; 3) indivíduo social; 4) indivíduo que se autoforma (CHAGAS, 2002).

Inquestionavelmente toda a teoria marxiana está ancorada no fundamento da história, na tese de que o indivíduo, a sociedade e o Estado são constructos históricos. Também é fato irrefutável que o ponto de partida da história humana é o indivíduo natural, corpóreo, como elemento da natureza (CHAGAS, 2002).

O ser natural possui como primeira tarefa manter a sua própria existência, manter-se vivo é o seu primeiro ato histórico. Para isso, precisa suprir suas primeiras necessidades que são as orgânicas, como nutrir-se, abrigar-se etc. Nesse sentido o indivíduo natural pode ser considerado como a base para a existência do indivíduo enquanto gênero humano na coletividade social (MARX e ENGELS, 2007).

Somente com o suprimento das suas carências mais básicas, o indivíduo natural, concreto, passa a se estabelecer como humano, quer dizer, torna-se o indivíduo histórico, pois produz e passa a reproduzir na coletividade a história. A superação da sua condição de dependência orgânica enquanto indivíduo natural promove o ato histórico imediatamente articulado com os demais indivíduos que formam grupos sociais, são, portanto, indivíduos históricos e sociais, humanos.

O que move esse processo é a atividade humana, o trabalho realizado pelo próprio indivíduo (MARX, 2010a), ou seja, a auto atividade é o motor do processo de constituição inicial e permanente do indivíduo na história. É nesse sentido que Chagas (2002, p. 2) afirma que “o indivíduo humano é um indivíduo ativo, dinâmico, que se autoforma”.

Podemos identificar, portanto, que há uma relação dialética, interdependente e indissociável entre indivíduo e coletividade. Sem indivíduo não poderia existir os grupos sociais e esses grupos, bem como as classes sociais, garantem a reprodução da existência em termos materiais e ideológicos.

Corroboramos pois com Duarte (2013) na compreensão de que a individualidade é produzida num processo dialético de apropriação e objetivação da, e na, realidade. Esse processo assume um patamar histórico em determina e é determinado pela ação dos indivíduos na história. Como exemplo, podemos citar a produção da linguagem e das relações sociais como determinações que produzem a individualidade e que, no primeiro ato histórico, foram produzidas/determinados pela ação dos indivíduos, o trabalho.

Após a superação da dependência orgânica, o ser, agora humano, passou a acumular sua prática social e, conseqüentemente, a relação entre apropriação e objetivação se tornou um elemento essencialmente cultural que se reproduz de acordo com os modos de produção de uma época. Sempre mediado pela ação dos sujeitos, a cultura (produção e reprodução da prática social acumulada historicamente) passa a ser o vínculo civilizatório que identifica o sujeito ao seu grupo social.

É preciso observar, entretanto, que

embora a forma concreta de existência da genericidade seja a socialidade, a apropriação de uma socialidade concreta pelo indivíduo não

necessariamente possibilita sua objetivação plena enquanto ser genérico (DUARTE, 2013, p. 111).

A objetivação em sua plenitude depende, pois, da atividade humana impetrada pelos indivíduos no ato de apropriação do gênero humano.

Essa é a questão tão bem desenvolvida nos Manuscritos de 1844 quando Marx apresentou os aspectos da alienação no processo de objetivação e apropriação da existência humana que são históricos e, por isso, são estranhados por seus próprios sujeitos na sociedade capitalista.

Vigotski (1999, p. 82), afirmou categoricamente que “a vertente individual se constrói como derivada e como secundária sobre a base social e segundo seu exato modelo”, mas o psicólogo soviético não defendia o determinismo social. Ao contrário, compreendia que a derivação do indivíduo da sua base social é parte da dialética do processo de apropriação, reprodução e produção da existência.

A consciência social e a individual são partes de um mesmo processo que, obviamente, tem um peso muito maior da consciência manifestada e reproduzida socialmente, mas que é determinada pelo seu ser social, bem como determinante dele.

A teoria marxista não nega a consciência individual, ela a compreende como sendo constituída pela consciência social mediada por um sistema de conceitos⁴ que é composto pela linguagem que permite aos sujeitos representarem o real na consciência em suas operações da atividade humana.

No seu célebre texto *A transformação socialista do homem*, Vigotski (1930), fundamentado em Marx, argumenta que a transformação do indivíduo em particular somente é possível com a transformação das condições sociais pela supressão das formas de produção e organização da vida do sistema capitalista, colocando a indústria a serviço da humanidade e não para o acúmulo de capital e a mudança nas relações entre as pessoas baseadas numa nova forma de organização social, a socialista.

⁴ Sobre o sistema de conceitos ver Vigotski, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, (2001).

Nessa formulação o psicólogo soviético deixa claro que os mesmos indivíduos que estão submetidos à consciência social conduzida pelo modo capitalista de vida são aqueles que devem agir para colocar abaixo tal sistema social e pôr outro no seu lugar. Evidencia, pois, que os indivíduos, especialmente o conjunto do proletariado não estão determinados pela consciência social de tal forma que não possam transformá-la. A consciência social desses indivíduos que deve transformar a sociedade é a consciência de classe e das suas tarefas históricas.

O indivíduo tem, conseqüentemente, um papel importante na coletividade. Há uma série de controvérsias ou polêmicas no marxismo, contudo, acerca do peso que o indivíduo tem ou pode ter na história.

Arcary (2002) enfrenta esse tema apresentando algumas dessas questões no marxismo. Tendo ciência de que essa é uma questão que permanece em aberto, interessa para nós, fundamentalmente, apreender desse debate as múltiplas determinações que podem subsidiar nossa análise sobre o papel de Marx como indivíduo que inegavelmente foi concebido pela história e que, possivelmente, é também um indivíduo que, no mínimo, influenciou os rumos da história em certos aspectos, como por exemplo, a luta de classes na Europa de sua época.

O autor recupera em Marx, a assertiva de que, em última instância, as forças motrizes do processo histórico seguem duas tendências. A primeira, é a tendência ao crescimento das forças produtivas, que é inseparável da segunda, a tendência da luta de classes operar como impulsionadora, tanto da preservação, como das mudança econômica, políticas, sociais e culturais. A primeira tendência trata, conseqüentemente, da luta da humanidade pela satisfação das suas carências que ocasiona o constante desenvolvimento das forças produtivas, enquanto a segunda é a tendência de luta pelos sujeitos divididos pelos antagonismos na apropriação do fruto do seu trabalho, como o excedente econômico. Basicamente, essa segunda tendência trata da luta de classes.

Essas forças que movem o processo histórico possuem intensidades variáveis e, portanto, não linear. As forças produtivas, por exemplo, possuem momentos de aceleração e estagnação, enquanto a luta de classes, a segunda força motriz da história elencada, possui etapas revolucionárias, reacionárias etc.

Esses fluxos e refluxos na história como as bruscas acelerações e as longas estagnações econômicas, períodos de grandes guerras, ditaduras, revoluções são processos de transição social, as crises.

As condições subjetivas das mudanças sociais são forjadas nesses momentos de crise. Nesses processos sociais turbulentos acentuam-se a importância das representações políticas em geral, o que possibilita uma maior importância do papel dos indivíduos em particular.

Em termos históricos, é incontestável o papel das representações políticas, tanto em processos de crises, como em processos sociais de manutenção do *status quo*. Essas representações estão identificadas por Arcary (2002) como sujeitos políticos coletivos, que podem ser partidos e organizações políticas em geral ou personalidades. Diante dessa constatação, o autor localiza dois extremos no marxismo no que se refere a análise da função social dos sujeitos políticos coletivos.

Por um lado, salienta-se o papel das grandes lideranças individuais, os “grandes heróis”, como determinantes dos processos de transformação social. Por outro, elaborações que compreendem a necessidade histórica como sujeito determinante. Nesse caso estamos tratando do que Arcary (2002) chama de fatalismo laico, que é a ideia de que o rumo dos acontecimentos não muda, ou não mudaria, com a perda de um líder e sua intervenção, pois aquelas condições históricas, sociais e conjunturais teriam gerado outro indivíduo que ocuparia tal lugar, ou seja, a necessidade histórica se impõe para aquele momento na determinação dos acontecimentos.

Com essa compreensão fatalista, podemos dizer que o papel do indivíduo é meramente executivo, um papel secundário, quase sem influência sobre a luta de classe e os aspectos econômicos, históricos, sociais e políticos de um período.

Para dar exemplo dessa tese, Arcary (2002) cita o clássico de Plekhanov (1977), o papel do indivíduo na história:

Mas é possível que o partido de Robespierre tivesse perdido o poder um pouco antes, de modo que agora não falaríamos da reação termidoriana, mas da floreliana, pradaliana ou mesidoriniana. Talvez alguns possam objetar que, com seu desapietado terrorismo, Robespierre acelerou em vez de demorar a queda do seu partido. Não examinaremos aqui esta hipótese; admiti-la-emos como se fosse completamente fundamentada. Em tal caso, terei de supor que a queda do partido de Robespierre não se teria produzido em termidor, mas em frutidor, vendimiário ou Brumário. Em uma palavra,

ter-se-ia produzido talvez antes ou depois. Mas em todo o caso ter-se-ia produzido infalivelmente, porque a camada do povo sobre a qual se apoiava este partido não se encontrava preparada em absoluto para se manter no poder por largo tempo. Em todo caso, não se pode falar de resultados “contrários” aos que se obtiverem graças à enérgica contribuição de Robespierre (PLEKHANOV, 1977 apud ARCARY, 2002).

A citação acima trata de uma hipótese da ausência de Robespierre ou mesmo do jacobinismo nos processos da Grande Revolução Francesa. O outro extremo em oposição ao fatalismo laico é a compreensão acerca do papel das grandes lideranças individuais na história. Fatos históricos bem conhecidos como o governo de Hitler na Alemanha, de Stalin na extinta União Soviética, de Lenin para a Revolução Russa etc., podem servir de argumentos para fundamentar a tese de que sem determinados líderes ou personalidades, determinados processos sociais não teriam se desenvolvido. Significa dizer que grandes eventos históricos estão vinculados à intervenção direta de indivíduos em particular.

Obviamente que o argumento não se resume a personalidade em si, mas a indivíduos que adquiriram tal personalidade e influência social por serem fruto de uma elaboração coletiva, melhor dizendo, são parte de um sujeito político coletivo, como os partidos políticos. Hitler teria sido fruto do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, o partido nazista, assim como Stalin seria a personificação de um setor do Partido Bolchevique que representava a burocracia estatal no interior da revolução soviética.

Podemos perceber que nos dois extremos apresentados os argumentos analíticos sobre o papel do indivíduo na história, seja no fatalismo laico ou relacionados à tese dos “grandes heróis”, a história desempenha uma função primordial como elemento basal da análise, sendo absolutamente produtora daquela personalidade e das condições de mover os rumos da sociedade.

Em busca de uma síntese, Arcary (2002, p. 41-42) considera que

a história, entendida aqui como expressão da necessidade, é sempre processo e nunca sujeito. Sem a presença dos sujeitos sociais, e dos seus respectivos sujeitos políticos, seria impossível encontrar explicações para as formas concretas que a luta de classes assumiu.

Nesse sentido, o autor compreende a história como expressão da necessidade, mas refuta o fato dela ser o sujeito desse processo que determina as

individualidades ou as coletividades, refuta nesse caso, o determinismo histórico. Por outro lado considera a presença dos sujeitos sociais, os indivíduos, e seus respectivos sujeitos políticos. Ao fazer isso o autor identifica o papel dos fatores subjetivos que são parte dos processos de mudanças sociais, a consciência de classe, por exemplo.

Para Arcary (2002),

O lugar do sujeitos políticos coletivos não pode ser apreciado indistintamente em qualquer situação política. Em uma crise revolucionária, quando as decisões dos partidos e das organizações podem ter consequências irreversíveis para todo um período histórico, a primazia dos fatores conscientes pode ser decisiva (ARCARY, 2002, p. 54).

[...] Se, ao final, na escala da época histórica, ou seja, a longuíssima duração, se abrirá ou não o caminho para que a necessidade histórica se cumpra é algo indeterminado no que diz respeito a um processo de transição (ARCARY, 2002, p. 54)

Considerando a ausência ou presença dos fatores subjetivos necessários para avançar nas transições históricas, Arcary (2002) traz um elemento de mediação entre os dois extremos apresentados anteriormente, os acidentes históricos, que são alterações *sui generis*, soluções atípicas e alterações qualitativas dos processos sociais.

Corroborando com o autor, consideramos que o amadurecimento dos fatores objetivos, dos sujeitos políticos coletivos e dos indivíduos são fundamentais para que as transições revolucionárias possam acontecer. Mas devemos ter ciência que a maturidade desses fatores se desenvolve em um processo desigual.

3.2 A prática política como o eixo da formação de um revolucionário

Esta seção possui o propósito de compreender como a prática política, influenciou o desenvolvimento teórico-filosófico de Karl Marx e instrumentalizou seu pensamento, sua teoria e sua prática para a definição da revolução social como uma necessidade histórica do proletariado.

Considerando nosso objetivo mais amplo de encontrar as bases para uma concepção de organização política da classe trabalhadora, particularmente sua

organização revolucionária, o partido, compreendemos que a prática política assume uma importância central para a nossa análise porque ela é a conexão que permite maior coerência entre a teoria marxiana e a realidade.

Para alcançar o objetivo proposto, utilizamos como material teórico de fundamentação desta seção a biografia escrita por Franz Mehring, uma das primeiras biografias de Marx. Mehring nasceu em 1846 e aos vinte e um anos, “conheceu August Bebel e Wilhelm Liebknecht em Berlim, mas não aderiu totalmente à causa operária e socialista [...]” (ARCARY, 2013, p. 9). Ele se aproximou do marxismo nos anos oitenta do século dezenove. No decurso da Primeira Guerra Mundial, o biógrafo opôs-se à guerra e rompeu com o Partido Operário Marxista (SPD), que compunha desde 1891. Nesse ato, passou a se alinhar à corrente dos internacionalistas que, na Rússia, era dirigida por Lênin e Trotsky. Mehring compôs o quadro dos fundadores da Liga Espartaquista em 1916 e também esteve entre os fundadores do Partido Comunista da Alemanha em 1919 (ARCARY, 2013).

O biógrafo foi contemporâneo de Marx e Engels, embora fosse bem mais moço que os dois, além disso, e, quem sabe esse seja o fator de maior relevância, teve acesso a materiais privilegiados, devido os seus contatos com uma das filhas do Marx.

Esse é o contexto histórico da vida de Franz Mehring que faz com que a biografia escrita por ele em 1918 seja considerada uma das mais importantes biografias de Marx e se constitua como uma referência crucial para nossa investigação.

Recorremos também aos textos marxianos de 1843, pois eles demarcam a superação da perspectiva iluminista burguesa ainda assumida por Marx, para uma perspectiva socialista, que orientou a preocupação de nosso autor fortemente para o proletariado e à revolução radical como instrumento necessário para a realização da emancipação humana.

Além das referências bibliográficas apontadas, durante todo o percurso de análise que expomos nesta seção, temos também como ponto de apoio a relação de Marx com o jornal, sua atuação política através desse instrumento, pois identificamos como algo muito presente na sua vida e que influenciou diretamente

sua obra. Boa parte da prática política de Marx se refere à sua atuação nos periódicos.

Ao superar as teorias especulativas, não seria razoável, para Marx, elaborar novos textos filosóficos com base em sua reflexão individual sobre a realidade; ele precisava, isto sim, analisar e compreender a realidade junto aqueles que davam vida à ela e tinham as condições objetivas de transformá-la, quer dizer, junto ao proletariado. Sua teoria, logo, não poderia estar desconectada da realidade, precisava ser alimentada por elementos colhidos da realidade em movimento. A prática política, com isso, é ao mesmo tempo um elemento transformador, como é parte do fenômeno investigado por Marx para elaborar uma teoria revolucionária.

O jornal, por exemplo, não era para Marx um mero meio para seu sustento, mas um instrumento de luta política que esteve muito presente em sua vida e que logo foi utilizado por ele como lugar/espço privilegiado para análises, elaboração e propaganda política da classe. Melhor explicando, o jornal foi um dos elementos centrais da prática política de Marx, para seu desenvolvimento e para a elaboração de sua concepção de organização política do proletariado, pois expressava as elaborações desenvolvidas com base nos debates e experiências com representantes operários e intelectuais. É por esse significado na vida e obra de Marx que encontramos, na sua relação com o jornal, a maior expressão da sua prática política naqueles anos.

Iniciamos o cotejamento da biografia de Karl Marx identificando 1830 como o ano que deu o título a um importante processo histórico europeu que influenciaria o mundo inteiro: as Revoluções de 1830. O contexto era a propagação do liberalismo como consequência da grande Revolução Francesa de 1789 e foi nesse turbulento contexto de revoluções políticas e sociais que Karl Marx concluiu seus estudos na escola secundária de Trier, ingressou na universidade de Bonn em 1835 e um ano depois foi para a Universidade de Berlim (MEHRING, 2013).

Marx estaria, logo após, em meio aos processos turbulentos de outro impactante evento histórico, as Revoluções de 1848. É inegável a influência que esses eventos exerceram sobre ele e isso é perceptível pelo fato de que ele vem à fama com a divulgação de um programa político nesse ano, o *Manifesto do Partido Comunista*. É importante atentar para o fato que sua formação acadêmico-política

possui a marca das Revoluções de 1830, que é um momento anterior às Revoluções de 1848, mas que é parte do mesmo processo. Karl Marx é, desse modo, um indivíduo forjado em um período de grandes transformações.

Sustentamos a tese de que diante desse contexto, a raiz de uma militância, de uma proposição política, ou mesmo de uma possível teoria da organização política do proletariado na elaboração marxiana, está na base de sua formação, na sua gênese e no seu processo. O contato com os jovens hegelianos e futuramente com Engels e o movimento operário, demarcam, muito provavelmente, a motivação de Marx para sua prática política e a constituição das bases fundamentais que iriam se constituir teórica, filosófica e politicamente como os pressupostos para uma concepção de partido.

A concepção de organização, a inevitabilidade da luta e constante elaboração política, são fatores que foram se constituindo na vida de Marx com suporte no seu contexto, que progrediu de uma luta para construir uma filosofia, uma teoria e uma práxis compromissada com o movimento burguês iluminista em algum momento⁵, para que rapidamente se compromissasse com o movimento de classe dos trabalhadores internacionalmente.

O jovem estudante prussiano estava preocupado em refletir sobre a existência e sobre a sociedade. Sua formação não dependia do currículo acadêmico, não seguia a organização proposta pela universidade, mas daquilo que ele se motivava a investigar. Como ele mesmo afirmou: “Os meus estudos profissionais eram os de jurisprudência com que, todavia, só me preoquei como disciplina secundária, ao lado da filosofia e da história” (MARX, 1961, p. 300). E ainda Mehring enfatiza:

Ele não dava muita importância para as cadeiras acadêmicas e em nove semestres concluiu apenas doze delas, na maior parte matérias obrigatórias de Direito, e ainda assim sem frequentar todas as aulas. [...] Marx estudava direito somente como uma disciplina subordinada, junto com a História e Filosofia. No que se refere a esses últimos, ele não se importava com as aulas [...]. Mesmo na universidade, Karl Marx estudava por conta própria e, dessa maneira, em um ano adquiriu um conhecimento tão poderoso que dez anos de aulas acadêmicas em pequenas porções dificilmente teriam lhe dado (MEHRING, 2013, p. 26).

⁵ Ruge certa vez declarou sobre Bauer, Köppen e Marx que sua principal característica é que todos vinham deste movimento (MEHRING, 2013, p. 35).

O encontro com a filosofia hegeliana e, posteriormente, sua superação para a fundação do materialismo histórico-dialético possuem a mesma motivação, a ânsia por intervir na realidade. Marx nunca foi alguém alheio ao seu tempo, ao seu contexto social e histórico, ele estudava a vida real, queria entender a vida e a sociedade, queria contribuir com sua transformação. É evidente que outros teóricos, mesmo os metafísicos, podiam ter essa pretensão, mas Marx teve o mérito de superar a metafísica colocando em marcha uma perspectiva materialista da filosofia e da história.

Seria incoerente para ele uma atuação meramente escolástica, pois desde seus estudos universitários iniciais, como pode ser percebido na citação acima, rompia com essa lógica. Assim como era sua dinâmica na universidade era sua vida e seu trabalho. A luta teórico-filosófica não estava separada da realidade social. Para ele a teoria nunca foi algo externo a realidade, mas o esforço para compreendê-la e transformá-la.

Marx entrou para o clube dos jovens hegelianos quando ainda não havia chegado nem aos vinte anos de idade. O jovem, entretanto, logo tornara-se o centro intelectual do grupo, assim como acontecia frequentemente.

Entre os jovens hegelianos, Karl Friedrich Köppen e Bruno Bauer eram os membros mais proeminentes do clube. O primeiro, professor de estudos modernos de uma escola secundária, escreveu um livro em 1840 sobre a ascensão de Frederico, o Grande, da Prússia em seu centenário. Se tratava de uma análise científica crítica acerca da vida e das ações do rei prussiano que era considerado um iluminista, obra que foi dedicada ao amigo Karl Marx de Trier.

O livro de Köppen também tinha como objetivo voltar a impulsionar o movimento burguês iluminista do século 18 e, de fato, Ruge certa vez declarou sobre Bauer, Köppen e Marx que sua principal característica é que todos vinham deste movimento (MEHRING, 2013, p. 35).

A história do Clube dos Hegelianos se relaciona diretamente com a prática política de sua época, contudo, essa prática política era baseada meramente na filosofia. Suas principais referências eram Köppen e Bauer, Bruno Bauer, muito mais do que Köppen, pois Bauer era o seu líder, o líder desse grupo. Bauer, porém, era muito menos confiável em relação à teoria e a política e logo Marx identificaria isso. Já Köppen, apesar de seus equívocos, tinha uma coerência maior, como

demonstrado no seu estudo histórico sobre Frederico, o grande, rei da Prússia (MEHRING, 2013).

Bauer se dedicava ao confronto com os evangelhos de Jesus e com a religião, ao ponto de questionar toda a teoria da filosofia que se refere à religião, mas na defesa do Estado. Seguindo nessa esteira, ele não questionava a estrutura estatal existente até então, defendia, inclusive, a possibilidade de o Estado errar e continuar errando por ser seu direito. Para Bruno Bauer, o Estado seria o representante da sociedade civil, seria o seu legítimo regulador, o legítimo poder constituído. Esse era o grande limite de Bauer (MEHRING, 2013).

Já Köppen demonstrava muito mais inconformismo com a ideologia hegeliana, se mostrava incomodado. Considerando seu livro publicado em 1940 sobre o rei prussiano, muito provavelmente esse incômodo se devia a sua perspectiva de análise histórica (MEHRING, 2013).

Eram essas as circunstâncias do Clube dos Hegelianos aqui representados por Köppen, Bauer e Marx. Eles tinham, nitidamente, uma militância com a base da filosofia, no campo da filosofia, mas já com germes de ruptura política. Os três representantes do Clube de Hegelianos aqui citados, na verdade, possuíam, cada um, em sua perspectiva, germes de uma ruptura política que também caracterizava o próprio grupo, o grupo dos três e o grupo maior de hegelianos. Esse grupo e seus representantes estavam envolvidos pelo mesmo nexos, o nexos do movimento burguês iluminista.

O movimento iluminista burguês do século 18 reviveu as filosofias gregas da autoconsciência: as dúvidas dos cétricos, a aversão de Epicuro em relação à religião e os sentimentos republicanos dos estoicos (MEHRING, 2013, p. 39).

Essa era a motivação de Marx para o envolvimento com o Clube, na verdade, seu envolvimento com o movimento iluminista burguês do século XVIII. Ele não procurava na teoria da autoconsciência, na filosofia da autoconsciência, algo como a divindade suprema, tampouco no distorcido espelho da religião, nem na filosofia despótica e nas suas fraseologias, como costumava chamar, mas se voltava ao olhar histórico, às raízes históricas da filosofia.

O seu incômodo com o sistema hegeliano e com a metafísica era a sustentação histórica, melhor dizendo, a falta dela. Tal incômodo era a base do que

viria a se constituir como rompimento com a teoria hegeliana para a fundação do materialismo histórico dialético, que além de inverter as bases da filosofia hegeliana, constituiria a história como alicerce da filosofia para conseguir explicar os fenômenos investigados, como a vida e a política em seu movimento. Isso se articulava com a própria militância de Karl Marx.

Essa preocupação de Marx com a base histórica e material da filosofia e a necessidade dos estudos históricos da filosofia se revelaram na escrita de sua tese de doutorado, quando o filósofo então estudou *As diferenças entre a filosofia da natureza de Epicuro e Demócrito*. A intenção de Marx era compreender o ciclo da filosofia epicurista, estoica e cética em sua relação com a filosofia da especulação grega como um todo, no entanto, isso não foi possível. Ele se dedicou, como está escrito no título da sua tese, à filosofia da natureza de Epicuro e Demócrito.

Demócrito era o filósofo que tinha chegado mais perto do materialismo, se considerarmos os filósofos naturalistas da Grécia. Já Epicuro se apoiou na concepção de natureza de Demócrito. A preocupação de Marx em estudar esses dois filósofos no momento de sua tese se articulava com a ideia de conhecer todo o ciclo da filosofia epicurista, estoica e cética, relacionada com a filosofia especulativa grega.

Naquele momento, especificamente, de elaboração da tese, se desenvolveu, destarte, um Marx que reflete sobre o materialismo. Basicamente, Marx estava elaborando e firmando as bases do seu materialismo, enquanto sua formação passava por essa tese e essa data. Ainda usando a base idealista da filosofia hegeliana,

em seu primeiro trabalho, Marx se revela como um pensador construtivo mesmo quando se questiona os detalhes de sua interpretação da filosofia Epicurista. De fato, seu pensamento independente se torna ainda mais claro porque a única objeção possível de ser feita é a de que Marx desenvolveu o princípio básico do Epicurismo além do próprio Epicuro e tirou conclusões mais claras do que este (MEHRING, 2013, p. 44).

Nessa citação podemos observar a maestria do trabalho que Marx desenvolvia, não só de sua tese, mas o trabalho teórico, filosófico e político que estava por vir. Marx estava em pleno processo de superação, não só rompimento, mas superação da filosofia idealista hegeliana.

Sua tese de doutoramento possui equívocos em relação à filosofia e suas conclusões sobre a filosofia de Epicuro e Demócrito. Mehring (2013) assinala que Marx deu maior importância a Epicuro na sua explicação sobre a relação dos átomos e do materialismo desenvolvido por ele, entretanto, Demócrito foi o pioneiro e ficou conhecido pela ciência do atomismo e Marx, ainda assim, havia assumido a explicação arbitrária do fenômeno físico do atomismo, pregada por Epicuro.

Nossa intenção não é discutir a filosofia epicurista, a filosofia de Demócrito ou ainda a interpretação de Marx sobre elas, mas identificar o processo de formação desse Marx, que se preocupava com a materialidade, com a busca da história da filosofia, com a busca da materialidade das teses filosóficas.

Ainda no mesmo ano em que Marx recebeu o título de doutor em Filosofia, 1841, todas as faculdades teológicas foram mobilizadas contra Bruno Bauer por causa da crítica aos evangelhos. Bauer, com isso, precisou se retirar e Marx perdeu a possibilidade que teria de obter um lugar na universidade de Bonn. Naquele ano houve um forte cerceamento da liberdade de imprensa. Ruge teve que submeter-se à censura e isso foi o que motivou sua mudança para Dresden onde publicou sua revista, os Anais Alemães. O tom mais ríspido de Ruge, que antes achava a Prússia livre e justa, motivou Bauer e Marx a contribuírem com a publicação.

Em fins de 1841 e início de 1842, Bauer trabalhava junto com Marx na análise da teoria hegeliana com o objetivo de provar que “os novos hegelianos, e não os velhos, tinham herdado o verdadeiro espírito do mestre” (MEHRING, 2013, p.47).

Marx havia abdicado a publicação da sua tese por entender que precisava avançar em assuntos de política. Em meio a dificuldades na sua saúde e na do sogro, ainda enviou uma “pequena contribuição” a Wingand (editor dos Anais Alemães) sobre as últimas instruções de censura. Mehring (2013) qualifica o referido artigo como a representação do início da carreira política de Marx.

É importante sublinharmos o que mostramos anteriormente, que Marx estava se desenvolvendo enquanto indivíduo mediante um contexto histórico que o formava. Em movimento dialético, Marx está produzindo teoria, filosofia, em vistas à uma construção mais densa do materialismo, enquanto sente ser cada vez mais

primordial envolver-se, junto à sua produção teórico-filosófica, na política e com atuação prática.

É consequente que isso se traduza não só em elaborações imediatas no campo dos embates políticos, mas em aquelas que estarão fincadas como concepções políticas no interior de toda sua produção intelectual.

Sustentados nessa análise ressaltamos a imprescindibilidade de compreender alguns movimentos da vida de Marx que podem explicar e nos levar a algumas pistas sobre as concepções de organização política impressas em sua obra.

O início de sua carreira política apontada por Mehring (2013) nos faz perceber embriões desse processo em pleno desenvolvimento. Nos permite, ainda, observar a experiência de Marx influenciando-o para o desenvolvimento de conceitos trabalhados por ele posteriormente com a categoria emancipação política. Ora, uma luta contra os desmandos do rei prussiano sobre a questão da imprensa em 1842 nos remete às suas considerações nas *Glosas críticas* sobre o referido conceito em 1844.

Evidente que a contribuição de Marx foi censurada. Ruge, o responsável pela revista editada por Wingand, passou a publicar na Suíça com o *Anedota Filosófica* e Marx continuava entusiasmado com essa intervenção política. Era nítido, até mesmo para Arnold Ruge, que Marx estava com sua atenção dedicada mais à intervenção política do que para a trilha filosófica do *Anedota*. Por isso mesmo continuou suas atividades agora contribuindo para a *Gazeta Renana* (MEHRING, 2013).

A *Gazeta Renana* já possuía um cunho mais político, pois a burguesia se esforçava em tirar o peso do Partido Católico desse jornal. Era um jornal que monopolizava comprando a sua concorrência.

Mesmo sem a intenção de criar grandes problemas ao regime prussiano, pois seus negócios iam bem, os novos donos do jornal entregaram a tarefa editorial para os jovens hegelianos próximos ao círculo de Marx, além de serem familiarizados com o socialismo francês. Eles possuíam o mérito de serem os intelectos mais capacitados para os propósitos do jornal.

A necessidade de impor um contraponto às tendências católicas fez com que os acionistas assumissem o caráter desse jornal quase mais perigoso.

Isto não era certamente devido à falta de contribuição de Marx, cujos artigos encaravam os assuntos do dia de tal maneira prática, que faziam mais para reconciliar os acionistas com os jovens hegelianos que as contribuições de Bruno Bauer e Marx Stirner. De outra forma seria impossível entender como, em outubro de 1842, poucos meses depois de ter enviado seu primeiro artigo, Marx tornou-se editor do jornal.

Pela primeira vez Marx tinha uma oportunidade de mostrar sua habilidade incomparável de ver as coisas como são e de fazer condições petrificadas adquirirem vida e começarem a dançar (MEHRING 2013, p. 50).

Marx percebia a importância e influência do jornal no contexto político prussiano e se movimentava para utilizá-lo como instrumento de elaboração política para e pela classe trabalhadora. O jornal estava se tornando o “lugar” em que Marx elaborava e/ou disputava o programa político da classe trabalhadora. Ainda em 1842, quando assumiu a tarefa editorial do *Gazeta Renana*, Marx se propôs a elaborar cinco artigos dedicados à Dieta Renana. Dentre eles se destacam dois para nossa análise: um longo trabalho sobre a liberdade de imprensa e um artigo sobre os procedimentos da Dieta em relação à lei contra o furto de madeira nas florestas.

O trabalho sobre a liberdade de imprensa demarca bem as posições que Marx desenvolvia naquele momento sobre liberdade, especialmente acerca de seu enfrentamento com a concepção liberal de livre comércio⁶. Assim, atacava o poder autocrático e a burguesia prussiana:

É livre uma imprensa que se degrada ao livre comércio? Um escritor certamente deve ganhar dinheiro para poder viver e escrever, mas ele não deve existir e escrever para ganhar dinheiro [...] A primeira liberdade de imprensa deve ser sua emancipação do comércio. Um escritor que degrada a imprensa a um mero meio de vida material merece, como punição de sua escravidão interna, a escravidão externa chamada censura, a menos que sua própria existência já seja sua punição (MEHRING 2013, p. 53).

As elaborações de nosso autor, contudo, não se fundamentava ainda em estudos de economia, mas em sua compreensão sobre justiça, uma clara herança de sua formação como filósofo. Isso ficou evidente em seu artigo crítico à Dieta Renana sobre os procedimentos em relação à lei contra o furto de madeira nas florestas, que, na verdade, tratava sobre a questão da propriedade da terra. Nessa

⁶ Em 1842, Marx ainda tratava o tema da liberdade com os limites de uma concepção iluminista. Ele só avançou para uma crítica mais radical ao tema após a sua *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* de 1843. Por esse motivo, o enfrentamento ao poder autocrático ainda possuía maior importância.

questão, Marx concordava com a burguesia Renana a favor da completa liberdade para a divisão da propriedade da terra. Mas era necessário aderir ao socialismo para tratar de tal problema.

Se Marx queria tratar deste problema, então deveria primeiro aderir ao socialismo.

[...] Quando seu terceiro trabalho foi publicado na *Gazeta Renana* ele já era seu editor e já se encontrava perante o mistério do socialismo antes mesmo que tivesse condições de decifrá-lo (MEHRING, 2013, p. 56).

Em sua entrada na arena política já se localizava claramente apoiado na classe trabalhadora, conduzindo o jornal como instrumento que se defrontava com o poder constituído do monarca, mas não se rendendo aos apelos da burguesia, classe que sequer questionava o regime quando seus negócios estavam garantidos.

Em meio ao processo de rompimento com seus velhos companheiros de Berlim, conhecidos como os homens livres, Marx precisou justificar a recusa de alguns artigos dos jovens hegelianos e, para isso, expôs os princípios que adotara para balizar a linha editorial do jornal, o *Gazeta Renana*.

São princípios claramente vinculados com o que ele desenvolvia como concepção filosófica sustentada no materialismo, como: tratamento detalhado das condições materiais contemporâneo com conhecimento prático maior dos objetos tratados; crítica da religião considerando as condições políticas com fins de educar o público leitor; trabalhar o conteúdo de forma mais familiar para as pessoas.

Estava claro para Marx o papel que deveria ser cumprido pelo jornal, a função de um jornal político. Em ataque aos berlinenses ele afirma: São incapazes de perceber que para salvar um jornal político devemos estar preparados para abandonar alguns fanfarrões berlinenses que não se interessam por nada, a não ser suas intrigas pessoais.

O rompimento de Marx com os jovens hegelianos se traduzia tanto na filosofia como na sua prática política. Marx obtinha sucesso em sua empreitada, pois desde que assumira a tarefa editorial, o jornal crescia em número de assinantes, o que incomodava o governo que tentava tornar insustentável a vida do jornal.

O governador, Von Schaper, certa vez relatou a Berlim que o número de assinantes só chegava a 885, mas logo após Marx assumir a editoria em 15 de outubro, o governador teve que reconhecer o sucesso do jornal com seu rápido

crescimento tendo subido de 885 para 1.820 o número de assinantes em 10 de novembro. Von Schapr ainda afirmou que o jornal estava se tornando cada vez mais insolente e hostil (MEHRING, 2013).

Por uma série de incômodos gerados ao monarca prussiano, no entanto, o jornal foi fechado no dia 21 de janeiro de 1843. Mas em respeito aos acionistas, o jornal obteve permissão para continuar funcionando até o final do trimestre. Nesse período a censura foi reforçada pelo que Marx chamou de censura dupla, pois o material para publicação passava por dois censores com níveis hierárquicos distintos e se eles encontrassem algo que julgassem anti-prussiano ou não cristão, o jornal não era publicado.

O periódico já havia alcançado o respeito da população da Renânia e com a notícia do seu fechamento o número de assinantes subiu para 3.200 em paralelo a várias petições com milhares de assinaturas solicitando a Berlim que evitasse o fim da publicação (MEHRING, 2013).

Mehring (2013, p. 64) cita Marx em carta à Ruge:

Eu não fiquei surpreso. Você sabe o que eu achava da instrução da censura desde o início. O que aconteceu agora é nada mais que a consequência lógica. Eu vejo o fechamento da *Gazeta renana* como um indicativo do progresso da consciência política.

Marx atesta, com isso, os avanços possíveis a partir de uma publicação periódica que tivesse um compromisso com a crítica ao modelo despótico de poder que estava constituído na Prússia.

Na mesma carta, Marx mencionou uma coleção de dois volumes que recebeu contendo a contribuição que fora seu primeiro trabalho político. A coleção ganhara o nome de *Anedota sobre a novíssima filosofia e publicística alemã*, publicada em 1843.

Da velha guarda dos jovens hegelianos, a referida publicação tinha Ludwig Feuerbach em seu centro. O texto de Feuerbach enterrava de vez a filosofia de Hegel considerando-a como uma espécie de espírito morto da teologia. O texto que se intitulava *Teses preliminares para a reforma da filosofia* chamou a atenção de Marx.

Quando as *Teses* surgiram, todavia, Marx já havia percebido, desde a *Gazeta Renana*, que a filosofia hegeliana não possuía os elementos necessários para resolver problemas materiais. Ele estava dedicado à luta política, convencido de que a filosofia não fazia sentido se separada da materialidade que se manifestava na política. As *Teses* de Feuerbach cumpriram o papel de desferir o último golpe na filosofia hegeliana e, por isso, apesar de algumas críticas, o trabalho impressionou Marx, o que podemos observar em mais um trecho de uma carta à Ruge:

Os aforismos de Feuerbach não são de meu agrado em um ponto apenas, a saber, eles se preocupam muito com a natureza e muito pouco com a política. Ainda assim, uma aliança com a política é a única forma para a filosofia contemporânea poder se tornar uma realidade; mas suponho que vai acontecer no século 16, quando os entusiastas da natureza encontrarem pela frente um grupo de entusiastas do Estado (MEHRING 2013, p. 65).

No texto em questão, Feuerbach só mencionava a política uma vez e isso incomodou Marx de tal maneira que, tendo percebido que Feuerbach tinha se dedicado ao exame da obra hegeliana sobre a filosofia da natureza e religião, resolveu se voltar ao estudo da filosofia de Hegel sobre o direito e o estado (MEHRING, 2013).

Junto à Ruge, Marx decidiu pelo exílio em Paris para dar continuidade ao trabalho político com o jornal. Seria fundado os *Anais franco-alemães*, que acabou por ter somente uma publicação de um volume duplo.

Em suas correspondências com Ruge, Marx asseverava suas intenções para o jornal que também revelam seu processo de rompimento com a filosofia especulativa e a reivindicação de uma filosofia crítica que fosse baseada em uma base prática. Ele disse:

Não há nada que nos impeça de começar nossa crítica com uma crítica da política, participando da política, quer dizer, das lutas reais. Desta forma evitamos nos apresentar ao mundo de forma doutrinária e com um novo princípio, declarando: aqui está a verdade, curvem-se e adorem-na. Devemos desenvolver novos princípios para o mundo a partir dos velhos princípios. Não devemos dizer ao mundo: "Parem suas discussões, elas são bobas e ouçam-nos. Nós possuímos a verdade". Ao invés disso, devemos mostrar ao mundo porque ele luta, e esta consciência é uma coisa que devemos adquirir gostemos ou não (MEHRING, 2013, p. 74).

Podemos perceber na citação expressa acima, o percurso político e teórico que nosso autor percorria para chegar a uma maturidade teórica que é

perceptível na introdução que foi escrita somente após a maturação da análise do texto hegeliano. Tal reflexão que aponta para a compreensão da política como elemento da realidade que deve subsidiar a teoria e a filosofia, se manifesta no desenvolvimento de sua própria obra (MARX 2010b).

Nos *Anais franco-alemães*, Karl Marx publicou duas contribuições: *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução* e uma nota sobre *A questão judaica* de Bruno Bauer. A primeira aborda pela primeira vez, nos escritos do nosso autor, o conceito de proletariado e a segunda um perfil da sociedade socialista. As duas contribuições se articulam entre si apesar de tratarem de temas distintos, pois se comprometem com a libertação da exploração de uma classe por outra já colocando como horizonte o socialismo.

O texto *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução* assume, conseqüentemente, um papel fundamental na obra marxiana, pois nitidamente é uma consequência da análise da *Filosofia do Direito* de Hegel em que Marx se dedicou ao tema do Estado e do direito com seu reconhecido rigor. É alicerçado nessa análise rigorosa do texto hegeliano que nosso autor, ao compreender que o Estado não era a base da sociedade civil, mas que esta última é a base do Estado, identifica a revolução radical como uma necessidade histórica, sendo na *Introdução*, escrita por Marx após sua análise da *Filosofia do direito de Hegel*, que ele mencionou pela primeira vez o conceito de proletariado enquanto classe com o potencial de ser o protagonista de uma revolução radical (MARX, 2010b).

Ele indaga sobre a emancipação alemã e depois responde:

Onde se encontra, então, a possibilidade *positiva* de emancipação alemã? Eis a nossa resposta: na formação de uma classe com *grilhões radicais*, de uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua um caráter universal mediante seus sofrimentos universais e que não reivindique nenhum *direito particular* porque contra ela não se comete uma *injustiça particular*, mas a *injustiça por excelência*, que já não possa exigir um título *histórico*, mas apenas o título *humano*, que não pode se emancipar sem se emancipar todas essas esferas – uma esfera que é, numa palavra, a *perda total* da humanidade e que, portanto, só pode ganhar a si mesma por um *rebanho total* do homem. Tal dissolução da sociedade, como um estamento particular, é o *proletariado* (MARX, 2010b, p. 156 – *itálicos* do autor).

O contexto da crítica à filosofia do direito de Hegel é a reflexão acerca dos problemas sociais da Alemanha em nível prático. Discutir a Alemanha, para Marx,

era discutir a relação entre teoria/filosofia com a prática, a prática política. Isso constitui um dos principais momentos de definição da teoria marxiana como teoria revolucionária.

Os textos de 1843 revelam a preocupação do autor em discutir, mesmo em obras com objetos diferentes, as categorias emancipação política e emancipação humana, a revolução parcial ou reforma e a revolução radical. Desvendando as categorias hegelianas (Estado, sociedade civil, monarquia constitucional), mostra as contradições da tese de Hegel com a realidade histórica e começa a identificar os elementos constitutivos da realidade alemã a partir da relação entre as classes sociais. A defesa da revolução radical aparece, assim, como um requisito para que seja possível a emancipação humana, enquanto a emancipação política estaria localizada como rupturas parciais relevantes para que a consciência da classe revolucionária avance para impor uma revolução radical (MARX, 2009; MARX, 2010b).

Marx aponta a importância da crítica como denúncia e com isso coloca imperioso incutir coragem no povo, ensinar o povo a se aterrorizar diante de si mesmo, ou seja, nosso autor claramente incita a revolta popular já nos *Manuscritos de Kreuznach* como uma consequência histórica.

Ele estava debatendo o regime alemão de sua época – 1843 – entendendo como um anacronismo. Com base nisso considera que a luta contra esse *ancien régime* é a luta contra o *status quo* alemão e por consequência é a luta contra o passado das nações modernas, sendo o defeito oculto do Estado moderno.

Ao analisar a condição social da Alemanha em relação à França e os desdobramentos do revolucionamento acontecido naquele país, Marx identificou que seu país se mantinha numa situação característica da situação anterior da França e que somente na filosofia conseguia propor elementos de emancipação religiosa ou política, mas não partia das condições materiais.

Foi nesse enfrentamento político-conceitual que nosso autor instrumentalizou seu pensamento e sua teoria, que se encontrava em desenvolvimento, com os conceitos de emancipação parcial ou política e emancipação universal ou humana. Ficava evidente em seus manuscritos uma transição que apontava para a necessidade do proletariado se identificar enquanto

classe em meio a sociedade civil e tornar-se sujeito de sua própria emancipação e uma transição do seu próprio desenvolvimento teórico.

Percebemos isso ao identificarmos como o autor se coloca em relação ao conceito de democracia em seus escritos em um momento anterior à redação de sua introdução. Ao analisar o conceito hegeliano de soberania popular referente à monarquia e ao conceito de democracia ele afirmava:

Ao contrário da monarquia, a democracia pode ser explicada a partir de si mesma. Na democracia nenhum momento recebe uma significação diferente daquela que lhe cabe. Cada momento é, realmente, apenas momento do dêmos inteiro. Na monarquia, uma parte determina o caráter do todo. A constituição inteira tem de se modificar segundo seu ponto fixo. A democracia é o gênero da constituição. A monarquia é uma espécie e, definitivamente, uma má espécie. A democracia é conteúdo e forma. A monarquia *deve* ser apenas forma, mas ela falsifica o conteúdo (MARX, 2010b, p. 49).

Na monarquia o todo, o povo, é subsumido a um de seus modos de existência, a constituição política; na democracia, a *constituição mesma* aparece somente como *uma* determinação e, de fato, como autodeterminação do povo. Na monarquia temos o povo da constituição, na democracia a constituição do povo. [...] O homem não existe em razão da lei, mas a lei existe em razão do homem, é a *existência humana*, enquanto nas outras formas de Estado o homem é a *existência legal* (MARX, 2010b, p. 50).

Observamos um forte apreço de Marx à democracia ainda em sua conformação liberal do conceito e a adoção da categoria povo como sociedade civil, não considerando a constituição desta última por classes sociais antagônicas. Apesar disso, a radicalidade de sua análise do texto hegeliano levou o autor a advogar em sua *Introdução* ser indispensável uma intervenção prática que respondesse as demandas materiais da sociedade civil, particularmente do proletariado: “Uma revolução radical só pode ser a revolução das necessidades reais” (MARX 2010b, p. 153).

A percepção de que a intervenção prática era fundamental para suprir as demandas materiais se desenvolve, é importante lembrar, em meio ao aprofundamento teórico que Marx vivencia propiciado também por sua prática política, a contribuição aos *Anais franco-alemães*. Nas suas palavras: “Em 1842-43, sendo redator da Gazeta Renana vi-me pela primeira vez no difícil transe de ter que opinar sobre os chamados interesses materiais” (MARX, 1961, p. 300).

Nitidamente o jornal cumpria uma função importante no desenvolvimento da teoria marxiana, pois além de propagar a teoria em desenvolvimento, colocava no campo da prática política essa mesma teoria que se dedicava à compreensão da realidade. O jornal, nesse caso, aproximava seu público à teoria e aproximava as elaborações teóricas com a realidade vivida pela sociedade civil na sua relação com o Estado, o despotismo e a exploração de classes.

O jornal foi utilizado por Marx para trabalhar conceitos como emancipação política, emancipação humana, socialismo, proletariado, luta de classes, revolução radical etc., tomando como objeto a realidade de seu contexto, a sociedade prussiana. O eixo de análise era a luta de classes e a possibilidade de uma das classes tomar a dianteira no processo de ruptura política e social que promovesse a emancipação humana.

A preocupação com o nível prático-político do proletariado deveria ser o condutor do jornal que, por isso, tentava se constituir como um ponto de apoio da classe trabalhadora e, conseqüentemente, um instrumento de formação e elaboração política dessa classe.

Com o desenvolvimento de sua teoria e a preocupação em traduzi-la na prática política através do jornal, Marx estabeleceu um fundamento para a organização consciente do proletariado em torno de uma plataforma política comum que tivesse a teoria como cabeça e o proletariado como seu coração (MARX, 2010b).

Nos *Anais franco-alemães*, Marx ainda está semeando no campo filosófico, mas nos sulcos feitos pelo seu arado crítico, os primeiros brotos da concepção materialista da história começaram a germinar, e sob o sol quente da civilização francesa eles rapidamente viraram flores (MEHRING, 2013, p. 85).

Marx sempre negou ter descoberto a teoria da luta de classes. O que ele reivindica como sua contribuição foi ter fornecido a prova de que a existência das classes estava atada às lutas históricas definitivas no desenvolvimento da produção, que a luta de classes necessariamente levava à ditadura do proletariado e que tal ditadura era apenas um período transicional que levaria à completa abolição das classes e ao estabelecimento de uma sociedade sem classes (MEHRING, 2013, p. 87).

Durante sua estada na França, Marx se dedicou ao estudo da luta de classes, em particular os economistas burgueses, a filosofia do materialismo e o socialismo. Socialistas como Leroux, saint-simonistas, o setor fourierista liderado por

Considerant, socialistas cristãos e pequeno-burgueses socialistas foram o foco dos estudos de Marx naquele momento, que percebeu que tinham em comum a perspectiva das transformações sociais pela reforma.

A concepção reformista dos socialistas estudados por Marx se devia ao que Mehring (2013) chamou de desapontamentos da grande revolução francesa e que por isso os socialistas desdenhavam do caminho político que tinha resultado nesses desapontamentos.

Em Paris, conseqüentemente, era imperioso para Marx desenvolver o tema do socialismo e do comunismo para além daquilo que os franceses conseguiram desenvolver, pois era necessária uma luta política para que a revolução radical e a emancipação humana estivessem em pauta.

A grande crítica de Marx aos “socialistas vulgares” era a que dizia ser “insuficiente clamar uma ideia para que ela se tornasse realidade. Era a realidade que deveria se tornar ideia” (MEHRING, 2013, p. 89). Essa condição se colocava em marcha na França, pois o movimento da classe trabalhadora se aproximava do socialismo desde a insurreição de 1839.

Alguns elementos constituíam essa aproximação, como: a) a existência do Partido Democrático Socialista, que apesar de seus líderes não serem convictos da necessidade de derrubada da sociedade burguesa, tinha o mérito de propor um caminho político, com reformas políticas para a conquista do poder político pelos trabalhadores. Reivindicavam, para isso, o sufrágio universal, que tinha eco nas massas proletárias. b) A bandeira do comunismo proletário levantada por Cabet conseguia reunir massas ainda maiores em torno dela. Ao contrário do Partido Democrático Socialista, Cabet professava o comunismo abertamente. E por último, c) o surgimento de representantes do próprio proletariado na produção de teoria para sua classe, como Leroux e Proudhon.

Todos esses elementos que apontavam para a aproximação do movimento da classe trabalhadora com o socialismo estavam recheados de contradições entre si. Diante desse contexto, Marx se preocupou em estudar o proletariado.

4 ORGANIZAÇÃO DO PROLETARIADO: O PARTIDO EM GRANDE SENTIDO HISTÓRICO

4.1 Primeiras aproximações de uma concepção de partido em Marx

Como produto de nossa investigação que se desenvolveu buscando identificar os pressupostos de uma concepção de partido revolucionário do proletariado na obra de Karl Marx, apresentamos nesta seção alguns pressupostos que representam as primeiras aproximações para uma concepção de partido revolucionário do proletariado.

Com suporte em alguns textos marxianos do período abordado, como a obra teórico-filosófica *A ideologia alemã* (MARX e ENGELS, 2007) e os textos programáticos *Manifesto comunista* (MARX e ENGELS, 2005), a *Mensagem da direção central à Liga dos Comunistas* de Marx e Engels (1850) e com apoio em pesquisas importantes acerca do tema como a biografia escrita por Franz Mehring (2013) e o trabalho sobre a *Teoria da revolução no jovem Marx*, de Michael Löwy (2012), encontramos alguns dos pressupostos que configuram a concepção marxiana de partido.

Detectamos nos textos de Marx e Engels (1850; 2005; 2007) que a derrubada da burguesia para supressão do antigo modelo social de opressão é o pressuposto essencial que fundamenta todos os demais que são: o caráter internacional do partido; a propaganda pública e a democracia interna como características elementares para conceber um partido comunista. Dessa forma, identificamos quatro pressupostos, sendo que o primeiro é o fundamento dos demais.

É no Comitê de Correspondência Comunista e em seus desdobramentos para a Liga dos Comunistas, como o *Manifesto do partido comunista* e a *Mensagem da direção central à Liga dos Comunistas* de 1850, que encontramos os fundamentos que Marx estava elaborando, junto ao movimento da vanguarda do proletariado para estruturar uma organização de ação e direção dessa classe (MARX e ENGELS, 2005; 1850).

O Comitê e a Liga eram organizações que mostrava, principalmente a preocupação de Marx, mas também de seus colaboradores, em conseguir elaborar para a ação política e para o desenvolvimento da teoria do proletariado fundamentado na própria classe trabalhadora. Essas organizações políticas, em vista disso, deveriam ser estruturadas com base na própria classe em movimento. Marx buscava compreender e agir sobre a realidade sabendo que sozinho não poderia fazê-lo (MARX e ENGELS, 2005; 1850).

Marx e Engels tiveram sua atividade política, sistemática e organizada, iniciada somente no ano de 1846. Ela iniciou logo após a redação das *Teses sobre Feuerbach* e do essencial de *A ideologia alemã*, o que denota que os autores buscavam conquistar o proletariado para as suas convicções alicerçadas em uma perspectiva científica, precisamente a teoria materialista da história que deveria ser a base científica da ação do proletariado (MARX e ENGELS, 2007; LÖWY, 2012).

Era crucial para eles que se formasse uma vanguarda livre do socialismo utópico, verdadeiro, artesanal etc., para construir um partido revolucionário e científico na Alemanha, parte de um projeto internacional de partido (MARX e ENGELS, 2005).

O Comitê de Correspondência Comunista foi a primeira organização política criada por Marx e Engels. A atuação de Marx na Liga dos Comunistas, bem como sua liderança no Comitê revela sua concepção de partido naquele momento que ele desenvolveu com base em seu conhecimento acerca das organizações operárias existentes, das sociedades secretas francesas e do movimento de massas inglês, particularmente o Cartismo⁷. Ele, no entanto, não caiu no erro de reproduzir meramente uma soma das características dessas organizações, mas fez um esforço teórico e prático para superar esses modelos.

O caráter de “comitê de correspondência” do primeiro “partido marxista” se deve a um conjunto de condições objetivas:

- O caráter internacional do projeto: estabelecer contato entre os comunistas europeus;
- A dispersão dos comunistas alemães (intelectuais ou artesãos), objeto imediato do trabalho ideológico e organizacional de Marx e Engels;

⁷ O cartismo foi como um movimento social inglês iniciado na década de 1830. Criado na luta pela inclusão política do operariado, representada pela associação Geral dos Operários de Londres (London Working Men's Association), teve como base principal a carta, *Carta do Povo*, escrita por William Lovett e Feargus O'Connor. O movimento abrigava diversas organizações da classe operária no seu interior.

- O simples fato de que Bruxelas estava afastada dos grandes centros do movimento operário e comunista. Os objetivos essenciais do comitê eram, de um lado apressar a formação de um partido comunista organizado em escala internacional na Alemanha e, de outro, atrair a vanguarda comunista e operária para as novas concepções de Marx, por meio de um combate teórico intransigente contra o “socialismo verdadeiro”, o socialismo utópico etc. (LOWY, 2012, p. 160).

A constituição do Comitê foi subsidiada por um forte combate ideológico contra a influência, no movimento operário, das diversas tendências do comunismo alemão que não se fundamentavam numa perspectiva materialista da história como o comunismo utópico, socialismo verdadeiro e as tendências artesanais e neocristãs (MARX e ENGELS, 2007; 2005).

A obsessão de Marx e Engels era agir de maneira crítico-prática, como indicavam as *Teses sobre Feuerbach*, que gerasse a formulação de uma organização internacional revolucionária e científica própria do proletariado para que a luta dessa classe fosse mais consciente e precisa. Esse era seu propósito quando ingressou na Liga dos Justos.

Com a entrada de Marx, a Liga dos Justos se tornou a Liga dos Comunistas, sendo estruturada com fundamentos de um partido comunista. Podemos verificar isso pela alteração dos seus estatutos. Se anteriormente os estatutos da Liga dos Justos defendiam a realização dos princípios próprios dos Direitos do Homem e do Cidadão, nos estatutos de 1847 a Liga dos Comunistas passou a afirmar a necessidade da **derrubada da burguesia pela supressão do antigo modelo social** fundado na luta de classes e que o proletariado passasse ao poder para possibilitar a fundação de uma nova forma social (LÖWY, 2012; MEHRING, 2013).

Para que esse intento fosse realizável, os estatutos de 1847⁸ advogaram que a Liga deveria possuir um **caráter internacional** tanto organizacionalmente, quanto ideológica e politicamente, pois a organização política do proletariado deveria ser estruturada com base nas características fundamentais do próprio proletariado. Isso contrapôs os estatutos de 1838 da Liga dos Justos que afirmava que a Liga deveria ser composta especificamente de homens pertencentes aos costumes alemães (LÖWY, 2012).

⁸ Os estatutos da Liga dos Justos (1838) e da Liga dos Comunistas (1847) foram acessados na íntegra por Michael Lowy no texto *Dokumente zur Geschichte des Bundes* de Gerhard Winker.

Era evidente para Marx, portanto, desde sua elaboração sobre a Ideologia Alemã, especialmente as *Teses sobre Feuerbach*, que uma das principais características do proletariado moderno é a sua condição histórico-mundial, sua ligação internacional objetiva proporcionada pelas próprias características do processo produtivo do capitalismo, o que Marx chamou de intercâmbio mundial (MARX e ENGELS 2007).

O internacionalismo da Liga visava superar a contradição entre os limites nacionalistas do comunismo alemão e o caráter essencialmente internacional da luta do proletariado. A Liga, para isso, não só alterou seus estatutos, mas adquiriu uma nova postura prática com a ausência de cláusulas restritivas à nacionalidade, a dispersão dos emigrados comunistas alemães na Europa, o caráter internacional do seu Manifesto e a mudança da sua principal palavra de ordem que antes era *Todos os homens são irmãos* para *Proletários de todos os países, uni-vos*. A Liga transformava-se, portanto, ideologicamente (MARX e ENGELS, 2005).

Nos referidos estatutos da Liga dos Comunistas, também foram extirpados os seus traços de grupo conspirativo, como rituais místicos para a admissão na organização, o segredo exagerado, a destituição de um rol de poderes discricionários do Comitê Central, como o direito de impor regras arbitrariamente sem a consulta na base da organização. A nova perspectiva era orientada pela **propaganda pública** por meio de manifestos e pela democracia interna.

A organização partidária, assim, definiu como sua prioridade de atuação a organização das associações culturais dos trabalhadores alemães que possibilitaria a propaganda pública e a captação de novos integrantes para o partido. As associações culturais procediam da mesma maneira em todos os lugares em que estavam: reservavam um dia da semana para os debates acerca de variados temas de suas necessidades políticas e laborais e outro dia na mesma semana para intercâmbio social utilizando-se das manifestações culturais que tinha a sua disposição, como canto, poesia etc. Foram fundadas, além disso, salas de aulas e bibliotecas organizadas, onde isso era possível, para garantir o acesso à formação teórica dos trabalhadores nos princípios fundamentais do comunismo (MARX e ENGELS, 1850; MEHRING, 2013).

Essa prioridade que orientava a Liga indica sua perspectiva de atuação: a ação para o movimento dos trabalhadores, para fora do partido e não um funcionamento conspirativo centrado na atuação para seu próprio interior. O partido atuava para fora, pois queria massificar o comunismo no proletariado (MARX e ENGELS, 1850; 2005).

Um bom exemplo disso foi a fundação da Associação dos Trabalhadores Alemães, ainda em agosto de 1847, que logo chegou a um tamanho maior que a Liga que possuía sessenta e cinco militantes orgânicos dispersos em cidades ou países diferentes (LÖWY, 2012; MEHRING, 2013).

O sentido do partido, conseqüentemente, deveria ser a atuação desse setor organizado sobre o movimento dos trabalhadores tanto para captar e aumentar o tamanho e o peso do partido, quanto para influenciar e dirigir o movimento de massa para o avanço das transformações sociais necessárias para a elaboração de um novo modelo social, o comunismo (MARX e ENGELS, 1850; 2005).

A prioridade de atuação da Liga era uma ação com vistas a superação de uma contradição importante dos modelos partidários até então, aquela entre as sociedades revolucionárias conspiratórias e as organizações de propaganda pacífica. A peleja em torno desse dilema deveria corresponder não somente ao plano ideológico, mas também da organização.

A Liga precisava superar, em síntese, a divisão característica da Alemanha entre partidos filosóficos por um lado e seitas artesanais por outro. O partido comunista necessitava ser naquele momento histórico uma agremiação que reunisse internacionalmente, na mesma organização, a vanguarda comunista dos setores da intelectualidade e da classe operária⁹. Um novo tipo de partido se colocava em marcha, um partido marxista, pois correspondia à teoria marxista (MARX e ENGELS, 2005).

Um dos aspectos centrais para o novo modelo organizativo era a **democracia interna**. Particularmente sobre esse aspecto, a novidade que é inserida

⁹ Não significa que no interior da classe operária não existam setores intelectuais. Na composição do partido deveria conter, por conseguinte, intelectuais do proletariado em geral e do operariado, além dos trabalhadores não considerados intelectuais, mas que é parte da vanguarda comunista.

na Liga dos Comunistas é a existência de um congresso proporcionalmente eleito constituído como máximo poder legislativo da Liga (MARX e ENGELS, 1850).

Esse congresso tinha a incumbência de se reunir anualmente para proceder com as suas deliberações. O congresso era responsável, em última instância, inclusive, pelas sanções disciplinares e pela publicação de um manifesto em nome do partido. Era função ordinária do Comitê Central a organização periódica desse congresso.

Esse elemento se constitui como novidade, pois nos estatutos anteriores as deliberações legislativas ficavam a cargo das comunas locais por orientação do Comitê Central, sem haver uma discussão entre elas, ou seja, o que acontecia era que as deliberações eram sempre reflexo das posições da maioria dessas comunas que fruto de suas realidades locais sem considerar as distintas realidades (LÖWY, 2012). O congresso, com sua característica de proporcionalidade de representação direta das comunas, oportunizava considerar não só cada realidade, mas a deliberação também sobre as condições e necessidades da minoria.

Além do congresso, a organização da Liga permitia o desenvolvimento da democracia interna, pois seus organismos eram formados por pequenos núcleos de três a dez militantes com o objetivo de discutir e formular política, cotidianamente, para alcançar o objetivo estratégico de derrubar a burguesia e estabelecer um governo do proletariado em vistas à elaboração de uma nova sociedade sem propriedade privada dos meios de produção e sem classes. “A Liga se organizou em grupos de não menos de três e não mais de dez membros, em círculos, círculos de líderes, a autoridade central e o congresso” (MEHRING, 2013, p. 149).

A lógica desses círculos era que a política deveria ser discutida e elaborada desde a base até a direção e da direção à base retornando à direção para que toda a Liga aplicasse uma política elaborada, de fato, coletivamente estruturada com base na caracterização da realidade considerando seus elementos gerais e particulares (MARX e ENGELS, 1850).

Nitidamente tratava-se de uma organização que valorizava a democracia em seu interior com o propósito de garantir que os diversos posicionamentos advindos das diferentes realidades específicas que constituíam os sujeitos da Liga tivessem expressão, isto é, garantia uma boa discussão na sua base por conta de

sua estrutura de pequenos organismos, oportunizando a apuração de mais elementos para a elaboração da política por meio dos seus organismos de direção como o Comitê Central e o Congresso.

O *Manifesto do Partido Comunista* é um exemplo desse modelo dinâmico de organização partidária, que se expressou nesse momento de reestruturação da Liga em seu congresso de 1847, pois se tratava de uma tarefa de síntese das elaborações programáticas realizadas no congresso que deveria tomar a forma panfletária para ser propagandeada.

É preciso, pois, compreender que o referido Manifesto não foi uma elaboração individual de Marx e Engels, mesmo sabendo do peso da influência de suas ideias para a Liga, mas que foi fruto de um debate concretizado no congresso que gerou tal tarefa. O Manifesto era, portanto, uma política que deveria ser disseminada para os trabalhadores de forma unívoca pelos componentes partidários, quer dizer, após a ampla discussão e elaboração era a hora de aplicar de forma centralizada a política deliberada.

A Liga possuía uma composição de sessenta e cinco comunistas provindos do proletariado, contendo uma vanguarda operária de artesãos tradicionais

Provavelmente porque essa camada social possuía um nível cultural e uma tradição de organização e de luta superiores aos dos operários de fábrica dos quais grande parte era de origem camponesa, recém-emigrada para a cidade. Além disso, o artesão proletário sofrera um verdadeiro processo de “degradação social”: de “aristocracia” operária que era o artesanato tradicional, ele caiu mais baixo até do que os operários da indústria moderna por causa do desemprego e da crise dos ofícios. É evidente que o comunismo dessa camada é mais o de Weitling do que o de Marx, e os grupos que se converteram – mais ou menos – ao marxismo eram os que viviam nas grandes cidades industriais e manufatureiras da Europa (Londres e Paris) (LÖWY, 2012, p. 177).

Dos sessenta e cinco membros, trinta e dois eram artesãos e operários. Considerando que a intenção de Marx era superar a dicotomia entre organizações operárias e organizações filosóficas, a presença de operários e artesãos como componentes de quase a metade da Liga possui muita importância, pois esse grupo estava junto aos escritores, intelectuais, servidores públicos etc., levando a cabo um projeto de sociedade que somente seria possível com a constituição do poder do proletariado.

Mesmo compreendendo que o proletariado não é composto somente por operários e artesãos, o peso desse setor social evidencia que a organização partidária construída pelos esforços de Marx e seus colaboradores estava estruturada politicamente pelos setores mais precarizados do proletariado. Essa característica da organização se fez coerente às análises científicas marxianas quando tratam do tema do proletariado enquanto movimento de classe:

[...] os proletários criados pela grande indústria colocam-se à frente desse movimento [o movimento de classe do proletariado] e arrastam consigo toda a massa, e já que os trabalhadores excluídos da grande indústria são jogados por esta última numa situação ainda pior do que a dos trabalhadores da própria grande indústria (MARX e ENGELS, 2007, p. 61).

Em suas anotações aos textos d'*A Ideologia Alemã*, é possível identificar o afincamento de Marx em estudar o proletariado enquanto classe e sua relação com a revolução necessária para o desenvolvimento da humanidade na perspectiva de abolir as classes sociais. Ao abordar o conceito *Entfremdung*, nosso teórico localiza os pressupostos práticos para a superação da realidade de estranhamento do proletariado na relação estabelecida entre o trabalho e a sua apropriação, ou seja, a superação da condição de classe social.

Anotações de Marx:

Essa “alienação” [*Entfremdung*] para usarmos um termo compreensível aos filósofos, só pode ser superada, evidentemente, sob dois pressupostos *práticos*. Para que ela se torne um poder “insuportável”, quer dizer, um poder contra o qual se faz uma revolução, é preciso que ela tenha produzido a massa da humanidade como absolutamente “sem propriedade” e, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riqueza e de cultura existente, condições que pressupõem um grande aumento da força produtiva, um alto grau de desenvolvimento – e, por outro lado, esse desenvolvimento das forças produtivas (no qual já está contida, ao mesmo tempo, a existência empírica humana, dada não no plano local, mas no plano *histórico-mundial*) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, pois sem ele apenas se generaliza a escassez e, portanto, com a *carestia*, as lutas pelos gêneros necessários recomeçariam e toda a velha imundice acabaria por se restabelecer; além disso, apenas com esse desenvolvimento universal das forças produtivas é posto um intercâmbio *universal dos homens* e, com isso, é produzido simultaneamente em todos os povos o fenômeno da massa “sem propriedade” (concorrência universal), tornando cada um deles dependente das revoluções do outro; e, finalmente, indivíduos empiricamente universais, *histórico-mundiais*, são postos no lugar dos indivíduos locais. Sem isso, 1) o comunismo poderia existir apenas como fenômeno local; 2) as próprias *forças* do intercâmbio não teriam podido se desenvolver como forças *universais* e, portanto, como forças insuportáveis; elas teriam permanecido como “circunstâncias” doméstico-supersticiosas; e 3) toda ampliação do intercâmbio superaria o comunismo local.

[...] o proletariado só pode, portanto, existir histórico-mundialmente, assim como o comunismo; sua ação só pode se dar como existência “histórico-mundial”; existência histórico-mundial dos indivíduos, ou seja, existência dos indivíduos diretamente vinculada à história mundial (MARX & ENGELS, 2007, p. 39 – grifos nossos).

O intercâmbio universal dos indivíduos, sua existência histórico-mundial como condição objetiva da classe proletária, bem como a perspectiva que o aprofundamento desse intercâmbio numa sociedade sem classes, no comunismo, é um dos grandes achados de Marx no desenvolvimento de sua teoria (MARX e ENGELS, 2007).

Na prática política, a Liga dos Comunistas e o Comitê de Correspondência Comunista expressa bem a tese de Marx, pois a estruturação dos fundamentos de um partido comunista (derrubada da burguesia pela supressão do regime social capitalista; caráter internacional; atuação para propaganda pública; democracia interna) acontecem alicerçados nos fundamentos da própria existência do proletariado enquanto classe e do seu projeto estratégico, a revolução (MARX e ENGELS, 2005).

Esse movimento de elaboração e estruturação da Liga constituía as bases de uma tentativa de Marx em resolver a contradição entre a organização nacional e internacional do proletariado por um lado e superar a dicotomia entre o modelo de organização conspirativa ou de propaganda pacífica. A Liga dos comunistas, portanto, foi uma primeira tentativa prática que preparou o caminho para o que se consolidou doze anos depois como a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), a Internacional.

Advogamos a tese de que parte dos pressupostos para uma concepção marxiana de partido do proletariado, é a concepção de organização que se constitui por seu setor mais consciente do antagonismo e da luta entre as classes e que possa ser o instrumento de ação revolucionária da classe.

Na prática, os comunistas constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, do curso e dos fins gerais do movimento proletário.

O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: **constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa**, conquista do poder político pelo proletariado (MARX e ENGELS 2005, p. 51 – grifos nossos).

Da mesma forma, compreendemos que em sua obra a elaboração exposta por nós nesta seção representa uma primeira aproximação de sua concepção de partido que não se resumiria em uma único molde, mas uma concepção de organização do proletariado que considera sua dinâmica nas lutas políticas e na história.

O Partido Comunista que Marx apresenta no Manifesto é um partido em sentido estrito que responde às demandas conjunturais, mas podemos perceber que em 1847, um ano antes do lançamento do Manifesto, o texto *Miséria da filosofia*, já trazia elementos teóricos de uma concepção mais ampla de partido, o partido em grande sentido histórico.

Os textos de 1847-1848 somente são compreensíveis se percebidos como elaboração advinda de fundamentos teórico-filosóficos mais amplos dispostos na teoria da revolução nas *Teses sobre Feuerbach*.

A transição do foco de Marx na sua produção teórica, saindo da sua preocupação fulcral com a crítica à filosofia especulativa em *A Ideologia Alemã* (1845-1846) e passando a priorizar os temas econômicos e históricos em *Miséria da Filosofia* e no *Manifesto do Partido Comunista* (1847-1848), não são, para nós, um movimento que representa uma cisão na obra do autor, mas momentos de uma teoria que demonstra a imbricação dialética do contingente e o universal que vai se desenvolvendo no calor da luta política e com o interesse em dar suporte científico à luta do proletariado.

A concepção de partido revolucionário que apresentamos nessa primeira aproximação é, conseqüentemente, um momento da teoria e da política que desenvolveu e aplicou Marx. Na seções posteriores demonstraremos os outros pressupostos que completam a concepção marxiana de partido revolucionário proletário.

4.2 Elaboraões acerca da luta econômica em Miséria da Filosofia

Em *Miséria da Filosofia* Marx assevera que a formação das “greves, coalizões e *trade-unions* caminha simultaneamente às lutas políticas dos trabalhadores, que hoje constituem **um grande partido político**, sob a denominação de “*cartistas*” e que “os primeiros ensaios dos trabalhadores para se *associarem* entre si sempre se verificaram sob a forma de coalizões (MARX, 2009, p. 189).

Esse é o conceito de partido presente no texto crítico à Proudhon que identifica duas características essenciais do partido revolucionário: a) é apreendido da realidade de luta do proletariado que, por sua vez, formou as coalizões por necessidades advindas das relações econômicas do mundo do trabalho; b) conseqüentemente, é um conceito que é universal mesmo considerando que existam organizações partidárias em sentido estrito, pois a base de sustentação do **conceito de partido em grande sentido histórico** é a própria luta de classes que se desenvolve e se desdobra de diversas formas em seu movimento.

As lutas políticas dos trabalhadores, evidentemente, são impulsionadas por premências (MARX e ENGELS, 2007). Em conseqüência disso, existe uma tendência histórica, sob a sociedade capitalista industrializada, dessas lutas produzirem as organizações políticas do proletariado, desde organizações institucionalizadas e permanentes, como organizações acaudilhadas apenas por processos conjunturais específicos como é o caso das greves. É por isso mesmo que Marx afirma que as coalizões, greves e *trade unions* caminham junto às lutas políticas dos trabalhadores.

No debate com Proudhon, Marx demonstra que essa tendência é anterior ao modelo de partido político em sentido estrito e ao mesmo tempo é o motivador de sua gênese. As coalizões e as greves são seus antecessores criadores. As *trade-unions*, os clubes operários, as greves motivadas por demandas específicas de dado momento da luta de classes revelam a ação da classe trabalhadora em torno de um programa próprio que contrapõe o modo de vida da burguesia. Não são ações organizadas por um setor militante da classe que possui uma visão metafísica sobre a necessidade dos trabalhadores lutarem por sua emancipação e pela emancipação humana, ao contrário, são ações geradas pelos processos de exploração, no sentido econômico do termo, da burguesia sobre o proletariado (MARX, 2009).

A discussão de Marx e Proudhon sobre as greves e as coalizões se refere diretamente aos aspectos econômicos da luta de classes. A questão colocada por Proudhon é que as greves e coalizões organizadas pelo proletariado em busca de aumento de salário possuem consequências econômicas desfavoráveis aos trabalhadores por aumentarem os preços dos produtos e gerar escassez. Sua lógica era que, por exemplo, a duplicação dos salários atribuiria aos trabalhadores maior parcela do seu produto o que poderia gerar uma perturbação na economia se esse aumento salarial ocorre somente em uma parcela das indústrias. Para Proudhon, essa perturbação seria a escassez (MARX, 2009).

Marx nega cabalmente as elaborações proudhonianas. Primeiro negando o encarecimento geral já que o aumento do salário vem acompanhado do aumento dos produtos, ou seja, o preço em nada foi alterado. Em seguida, após explicar que a dinâmica da exploração do trabalho não se resume apenas ao preço final dos produtos, salários e valor investido nos custos de produção, demonstra que as greves cumpriram um papel importante para o próprio desenvolvimento da indústria e da exploração do trabalho, pois deram lugar à criação de máquinas novas. Era um efeito que se voltava contra os trabalhadores e potencializava as possibilidades de produção e exploração do trabalho, conseqüentemente, as greves impulsionaram contraditoriamente o desenvolvimento da indústria (MARX, 2009).

Em suma, as coalizões e greves foram decorridas de necessidades econômicas emergenciais dos trabalhadores que resultaram na reorganização da indústria e das relações de trabalho. Esse fenômeno não deve ser considerado como algo propositalmente deliberado por uma das classes, mas sim como o próprio movimento da luta entre as classes e suas repercussões econômicas e sociais. É incontestável que o proletariado não se propunha a gerar um efeito contra ele próprio ao fazer greves, como foi o caso da modernização e criação de novas máquinas no século XVIII, bem como a burguesia não estava disposta naquele momento a investir tanto em novas tecnologias quando as relações de exploração lhe garantiam baixo custo e alta lucratividade (MARX, 2009).

Marx observa esse movimento organizado dos trabalhadores no cartismo na Inglaterra, identifica esse mesmo conceito se aplicando na França nos processos revolucionários de 1848 e compreende que quanto “mais a indústria moderna e a concorrência se desenvolvem, mais existem elementos que provocam e favorecem

as coalizões e tão logo elas se tornam um fato econômico, assumindo dia a dia mais consistência (MARX, 2009, p. 187).

O salário é um interesse comum dos trabalhadores contra os patrões por ser um valor padronizado que recebe por uma produção que aumenta cotidianamente em progressão geométrica na medida em que o patrão consegue extrair mais produtividade do trabalho seja pelo aumento da jornada de trabalho, seja pelo aumento da velocidade da produção com implementação de equipamentos, mais pressão para aproveitamento mais veloz de cada minuto trabalhado etc (MARX, 2009).

A coalizão é consequência da resistência à essas condições impostas pelo salário, melhor dizendo, pela relação de exploração do trabalho. Ela cumpre a função de eliminar a concorrência ou a divisão entre proletários e promover uma concorrência geral ao capitalista (MARX, 2009).

Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção do salário, à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem em um mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para elas mais importante que a manutenção do salário. Isso é tão verdadeiro que os economistas ingleses assombram-se ao ver que os operários sacrificam boa parte do salário em defesa das associações que, aos olhos desses economistas, só existem em defesa do salário. Nessa luta – verdadeira guerra civil –, reúnem-se e se desenvolvem todos os elementos necessários a uma batalha futura. Uma vez chegada a esse ponto, a associação adquire um caráter político (MARX, 2009, p. 190 – grifos nossos).

Ao elucidar as condições que originam a resistência no cerne da luta de classes, Marx evidencia a dinâmica das classes ao agir univocamente em torno de um elemento mobilizador. No caso dos capitalistas, reúnem suas frações concentradas em reprimir o proletariado.

Coerente com seu método, Marx identificou inicialmente esse movimento das frações de classe e da formação de coalizões desde a formação da burguesia no confronto com a feudalidade. À vista disso, podemos inferir que o processo de formação de coalizões no interior do proletariado no contexto analisado por Marx na *Miséria da Filosofia (1847)* e em *As Lutas de Classes na França – de 1848 a 1850 (1850)* é a confirmação de uma tendência histórica própria da sociedade na sua conformação moderna, sustentada essencialmente na luta entre as classes.

Com a organização de coalizões no interior da classe trabalhadora para o enfrentamento com a burguesia, a classe dos proletários compreendeu por meio da ação que “manutenção da associação torna-se para elas mais importante que a manutenção do salário”, nesse contexto, do que a própria luta por melhorias salariais (MARX, 2009, p. 190).

Expondo a surpresa dos capitalistas ao perceberem que os trabalhadores passaram a dar mais importância às associações que os seus salários, Marx indica que as formas de movimento da classe são suas necessidade prioritárias diante das suas condições de existência, além de serem fruto de elaboração da própria classe (MARX, 2009).

O conceito de organização política das classes é verificado na realidade histórica que as constituem e manifestado no decorrer do desenvolvimento da luta de classes e do sistema social capitalista. A validade e a universalidade desse pressuposto de organização política que se constitui pelas diversas formas de ação no interior das classes, que por sua vez, se desdobra na ação comum e mais geral da classe como um todo, está submetida propriamente a existência do antagonismo entre as classes.

Os pressupostos da concepção de partido político para Marx se evidenciam nesse processo histórico, bem como se apresentam no interior da classe trabalhadora, no cartismo, como a forma mais desenvolvida do período em questão.

O cartismo, por conseguinte, é um protótipo que Marx observou e considerou para suas elaborações, não por ser um evento que sucede pela primeira vez e impressiona Karl Marx, mas, contrariamente, porque é uma experiência bem desenvolvida daquilo que nosso autor já vem observando na dinâmica da realidade da luta de classes desde a fundação da ordem burguesa.

Como é próprio do movimento da realidade, a concepção de partido em desenvolvimento no texto *Miséria da Filosofia (1847)* possui a complexidade da dialética entre a dinâmica das organizações políticas em sentido estrito e a da classe como um todo, as ações das massas de trabalhadores que não estão necessariamente organizados de forma institucionalizada. As organizações políticas em sentido estrito são, pois, consequências das ações da classe como um todo,

bem como a movimentação de toda a classe pode também ser influenciada pelas ações das organizações em seu interior.

Essa é a dialética que relaciona as organizações políticas em sentido estrito e o partido-classe ou classe-partido que é o partido em seu grande sentido histórico do termo. É nessa acepção que Marx afirma que a associação adquire um caráter político.

Trata-se da tomada de consciência das massas de trabalhadores da sua condição de classe explorada, a consciência de que é classe. Nas palavras de Marx:

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. **Essa massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma.** Os interesses que defende se tornam os interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política (MARX, 2009, p. 190 – grifos nossos).

As frações da burguesia como os representantes do capital industrial, financeiro e comercial exigem dos trabalhadores uma produção coletiva, mas diante da divisão do trabalho instaurada pelo capitalismo, ou seja, uma produção coletiva, mas estranhada pelo trabalhador que gera a divisão deles. A luta do proletariado contra o capital por melhores condições de existência, entretanto, proporciona uma educação social e política que leva à eliminação dessa concorrência ou divisão entre os próprios trabalhadores.

Os trabalhadores instituem-se nesse processo como classe em si e concebem as condições materiais para a tomada de consciência de sua própria natureza, tornando se classe para si (MARX, 2005; 2009).

A concepção de organização dos trabalhadores em partido político está pressuposta na tomada de consciência da classe de sua condição e localização na luta entre as classes. Tornar-se classe para si é avançar para compreender e agir em prol dos interesses comuns, é tornar-se partido em grande sentido histórico do termo (MARX, 2009).

Essa conceituação que aparece no debate com Proudhon em 1847, toma a forma de programa partidário em 1848 no Manifesto Comunista, momento em Marx e Engels tentam deixar isso ainda mais claro para os lutadores proletários.

Com o desenvolvimento industrial, no entanto, **o proletariado não cresce unicamente em número; concentra-se em massas cada vez maiores, fortalece-se e toma consciência disso.** Os vários interesses e as condições de existência dos proletários se igualam, à medida que a máquina aniquila todas as distinções de trabalho, reduzindo todos os salários a um único nível igualmente baixo. A concorrência crescente dos burgueses e as conseqüentes crises comerciais tornam os salários ainda mais instáveis. O aprimoramento contínuo e o rápido desenvolvimento das máquinas tornam a condição de vida do trabalhador cada vez mais precária; **os conflitos individuais entre o trabalhador e o burguês assumem cada vez mais o caráter de conflito entre suas classes. A partir daí os trabalhadores começam a formar uniões (sindicatos) contra os burgueses; atuam em conjunto na defesa dos salários; fundam associações permanentes** que os preparam para esses choques eventuais. Aqui e ali a luta se transforma em motim.

Os trabalhadores triunfam ocasionalmente, mas por pouco tempo. **O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a reunião cada vez mais ampla dos trabalhadores.** Essa união é facilitada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação criados pela indústria moderna, possibilitando o contato dos operários de localidades diferentes. Era esse contato que estava faltando para centralizar as várias lutas locais, todas do mesmo caráter em uma luta de classes de âmbito nacional. E a união que os habitantes das cidades da Idade Média levavam séculos para alcançar, com seus caminhos miseráveis, os modernos proletários realizam em poucos anos, graças as vias férreas.

Essa organização dos proletários em classe e, portanto, em partido político é incessantemente abalada pela competição entre os próprios trabalhadores. Mas sempre se ergue mais forte, mais firme, mais poderosa (MARX, 2003, p. 33-34).

A classe como partido é uma tese desenvolvida por Marx com sustentação na formação da classe burguesa, do proletariado, a revolução burguesa e a conseqüente conformação dos trabalhadores em classe que precisa lutar contra o modo de vida burguês (MARX, 2008).

A organização do proletariado em classe e a sua tomada de consciência da sua condição objetiva e da sua tarefa histórica, não é apenas um primeiro momento de configuração da classe e sua ação política, mas é o movimento tendencial que permanece enquanto a luta contra o capital for presente como necessidade para a emancipação humana.

É possível questionarmos se, com o aprofundamento e as transformações das relações sociais, especialmente as relações de trabalho e de luta entre as classes, a classe dos trabalhadores não teria deixado para trás essa consciência por não ser uníssona nas suas ações de massas.

A resposta é trabalhada por Marx ainda no período revolucionário de 1848 na Europa, pois tanto na Alemanha como na França os trabalhadores não estavam simplesmente organizados em um partido político, mas em diversos tipos de

organizações como sindicatos, clubes, partidos e movimentos sociais. Ainda muitos trabalhadores não estavam sequer em alguma organização política (MARX, 2005; 2008; 2009).

Na sua análise sobre as lutas de classes na França e no Manifesto Comunista, entretanto, assume o conceito de classe como partido considerando todas essas manifestações dos trabalhadores. A observação do movimento das classes com os olhos atentos às suas organizações e suas lideranças não abandonam esse conceito, mas o aplica na análise da dinâmica interna das classes sociais (MARX, 2005; 2008).

Como consequência das elaborações presentes no texto de 1847, *Miséria da filosofia*, a ideia exposta no Manifesto em 1848 de que a maior vitória do proletariado é a reunião mais ampla dos trabalhadores, a permanência de suas associações para a luta e sua conclusão de que a organização do proletariado em classe é o partido político, é o que conduz o autor nos anos seguintes às elaborações analíticas conjunturais, bem como, às suas proposições programáticas na sua prática política junto a classe trabalhadora.

4.3 Pressupostos para uma concepção de partido na análise de Marx das lutas de classes na França (1848 – 1850): a classe é o partido e o partido é a classe.

Marx enfrentou os processos políticos e históricos de 1848 a 1850 tendo apoio nos conceitos e lições presentes no texto de 1847, *Miséria da Filosofia*, que afirma o conceito de partido como apreendido da realidade de luta do proletariado e que se mantém seja na forma de partido em sentido estrito ou em grande sentido histórico a depender da luta de classes que impulsiona seu movimento e suas possibilidades de organização. Além disso, na oportunidade no debate com Proudhon, tomou como referência o movimento do proletariado em suas organizações como as *trade unions*, os clubes operários, as greves e o cartismo.

O texto *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, que se tornou um clássico do marxismo, é uma coleção de artigos de Marx publicada na *Revista Nova*

*Gazeta Renana*¹⁰ em 1850 que, posteriormente, em 1895, 12 anos após o falecimento de Karl Marx, foi organizada por Friedrich Engels na forma de livro.

Os eventos ocorridos na França no período que o livro se dedica possui, em si, grande importância histórica por ser uma parte do processo de derrubada das monarquias europeias. Some-se a isto, o referido período demarca também o primeiro grande enfrentamento direto e violento entre proletariado e burguesia, conseqüentemente, é a primeira vez que a ordem burguesa, seu modo de vida e seu modelo de sociedade foram postos em questão pelo proletariado.

Essa importância é ressaltada por Marx logo no início do texto ao afirmar que “os parágrafos mais importantes dos anais da revolução de 1848 a 1849 têm como título: Derrota da revolução! (MARX, 2008, p. 63)”. Esse é, justamente, o capítulo/artigo que versa sobre fevereiro a junho de 1848, quando o proletariado se sublevou conscientemente contra a burguesia. O saldo mais importante desse episódio, para Marx, não foi a derrota, mas

por ter criado uma poderosa e coesa contra-revolução, por ter criado um adversário na luta contra o qual o partido da subversão (*Umsturzpartei*) amadureceu, só então se tornando um partido verdadeiramente revolucionário (MARX, 2008, p. 63).

Nessa seção nos dedicaremos a apresentar os pressupostos da concepção de partido para Marx que foram se constituindo no decorrer da análise e no calor dos acontecimentos da revolução de 1848 na França. Seguiremos a mesma linha de raciocínio que identificamos do autor: a) a revolução de 1848 na França possui o mérito de colocar o proletariado pela primeira vez como classe-partido em confronto com a burguesia; b) a contrarrevolução que derrotou a proletariado em levante cumpriu um papel fundamental para a conquista do terreno para sua própria emancipação social; c) a necessidade de organização autônoma e consciente do proletariado se eleva ao patamar de condição essencial para a emancipação da sociedade e o fim da luta de classes, a emancipação humana.

O proletariado francês já vinha acumulando experiências insurrecionais ao lado da burguesia desde a Grande Revolução. Nas Jornadas de Julho de 1830¹¹

¹⁰ Revista NGR é diferente do jornal NGR. A revista veio depois. Deixar isso claro nessa nota dizendo o ano de cada uma das publicações.

ele foi a força que deu sustentação à conquista da burguesia para adentrar ao governo francês, chamado por Marx de monarquia burguesa, assim como em 1848, nas Jornadas de fevereiro, na derrubada da monarquia que estava estabelecida desde 1830 e que era dirigida pelo capital financeiro.

Tratamos aqui exatamente sobre este aspecto: a experiência do proletariado lhe garantia condições para enfrentar a burguesia, mas ao mesmo tempo, os desdobramentos conjunturais ainda não haviam se desenvolvido para a luta franca entre essas duas classes. Ao contrário disso, a classe trabalhadora seguia sendo uma importante base de sustentação para a burguesia frente às forças monárquicas.

Ainda como uma monarquia, o governo francês teve que se revestir de instituições republicanas, após as Jornadas de julho, até ser destituído da sua forma monárquica pelas Jornadas de fevereiro. O caráter dessas jornadas nos deixa evidente que os trabalhadores dando suporte a burguesia tinham sido a força fundamental em todas as revoluções. Ao passo que estavam junto a burguesia derrubando reis, os trabalhadores desenvolviam a consciência de sua importância nas relações sociais. “Os operários, [...] estavam decididos a não tolerar uma escamoteação semelhante à de julho de 1830. Estavam prontos a retomar a luta e a impor a república pela força das armas” (MARX, 2008, p. 73).

Enquanto isso, as frações internas da burguesia digladiavam-se para conquistar o domínio político. Sob o domínio da aristocracia financeira, a burguesia industrial se posicionava como oposição representada como minoria nas Câmaras. Os camponeses e a pequena burguesia estavam excluídos do poder político e, por isso, essas classes eram representadas pela oposição oficial, a burguesia industrial, ou pelos porta-vozes ideológicos que não tinham direito a voto, como médicos advogados e intelectuais.

A monarquia de julho¹² estava a mercê da alta burguesia por conta do endividamento do Estado. Em simples palavras, não havia equilíbrio entre despesas

¹¹ Nas próximas vezes que nos referirmos a esse episódio, chamaremos apenas de Jornadas de Julho.

¹² Monarquia de Julho: reinado de Luís Felipe (1830 – 1848), o duque de Orléans, conseqüente da revolução de julho, que derrubou a dinastia dos Bourbons. Sob a tutela da Monarquia Constitucional de Luís Felipe, a aristocracia burguesa era quem dominava, tendo a burguesia industrial como oposição nas Câmaras.

e receitas sem a intervenção direta da burguesia. A aristocracia financeira, evidentemente, era a maior interessada na manutenção do endividamento estatal. Periodicamente havia um novo *déficit* e o Estado recorria ao capital financeiro solicitando um novo empréstimo. O Estado era mantido, dessa forma, artificialmente à beira da falência enquanto a burguesia financeira prosperava.

Enquanto os banqueiros, especuladores e seus associados nas Câmaras e no trono enriqueciam vertiginosamente, muitos dos pequenos capitalistas decaíam. Isso foi o que marcou o fim do reinado de Luís Felipe no que se refere às relações entre as frações burguesas. A monarquia de julho era uma monarquia burguesa porque uma fração da burguesia dominava econômica e politicamente o governo, o que não significa que toda a burguesia arregimentava esse poder.

Ao contrário, a classe burguesa vivia de disputas entre as suas frações, o comércio, a indústria, a navegação, a agricultura, enfim, o que interessava a burguesia industrial estava constantemente ameaçado e o proletariado ainda não era uma preocupação para seu domínio enquanto classe. “As frações não dominantes da burguesia francesa gritavam: Corrupção! O povo gritava: Abaixo os grandes ladrões! Abaixo os assassinos!” (MARX, 2008, p. 69).

Além das dificuldades advindas da administração da monarquia sob domínio da aristocracia financeira, alguns eventos como o ápice da espoliação da Polônia com a anexação da Cracóvia pela Áustria em 1846, a guerra Suíça do Sonderbund¹³ em 1847 e, especialmente, o levante do povo de Palermo em janeiro de 1848 mantinham a memória das massas populares acerca das suas possibilidades revolucionárias. Além disso, dois outros acontecimentos econômicos de escala mundial aprofundavam o descontentamento popular. A praga que acometia as plantações de batatas, más colheitas em 1845 e 1846 seguidas da

¹³ Sonderbund: aliança separada dos sete cantões católicos da Suíça, atrasados do ponto de vista econômico; foi concluída em 1843 com o objetivo de se opor às transformações burguesas progressivas na Suíça e para defender os privilégios da Igreja e os jesuítas. A resolução da dieta suíça de julho de 1847 sobre a dissolução do Sonderbund serviu de pretexto para que este iniciasse, no começo de novembro, ações armadas contra os restantes cantões. Em 23 de novembro de 1847 o exército do Sonderbund foi derrotado pelas tropas do governo federal. Durante a guerra do Sonderbund, as potências reacionárias da Europa ocidental, que dantes faziam parte da Santa Aliança — a Áustria e a Prússia — tentaram imiscuir-se nos assuntos suíços em benefício do Sonderbund. Guizot adoptou de fato uma posição de apoio a estas potências, tomando sob a sua defesa o Sonderbund (MARX, 2008, p. 70).

carestia em 1847 que foram o estopim para alguns conflitos sangrentos no continente europeu.

Em paralelo a esses problemas que afetavam diretamente as necessidades básicas dos trabalhadores, acontecia a crise geral do comércio e da indústria na Inglaterra que em 1847 despontou com a bancarrota dos bancos provinciais e dos grandes mercadores coloniais londrinos, além do fechamento das fábricas nos distritos industriais ingleses.

A dominação exclusiva da aristocracia financeira tornou-se insustentável e as demais frações da burguesia, particularmente a burguesia industrial, se movimentou por uma reforma eleitoral que garantisse maior representatividade dos seus interesses no parlamento.

Esses elementos combinados foram o suficiente para rebentar a revolução de fevereiro com a mobilização do proletariado que sofria com a carestia e os setores não dominantes da burguesia e a pequena burguesia, como pequenos fabricantes e comerciantes que estavam em falência.

Todos esses setores, desde o proletariado até alguns setores da burguesia, que se viam ameaçados pela monarquia de julho tinham, evidentemente, um inimigo comum, o poder monárquico. A república, conseqüentemente, era uma pauta comum de uma luta conjunta da burguesia com o proletariado.

Todavia, o proletariado com sua força reivindicava reformas sociais de acordo com os seus interesses como a criação de um ministério para a organização do trabalho, trabalho para todos os cidadãos etc.

Os operários tinham feito a revolução de fevereiro juntamente com a burguesia; ao lado da burguesia, procuravam fazer valer os seus interesses, tal como tinham instalado um operário no próprio governo provisório ao lado da maioria burguesa" (MARX, 2008, p. 75).

Um governo provisório foi erguido pelas barricadas de fevereiro tendo uma maioria da classe burguesa representada em seus partidos, além da pequena

burguesia republicana e do proletariado, que tinha apenas dois representantes, Louis Blanc e Albert¹⁴.

Marx (2008, p. 72) assevera que “se é Paris [...] que domina a França, em momentos de convulsões revolucionárias, são os operários que dominam Paris” e, por isso mesmo, o governo provisório se apressou em frear a influência proletária sobre a república.

Notoriamente, assim como o proletariado domina em tempos de revolução, a classe burguesa faz uma trégua nas suas dissensões e age unitariamente para se proteger da ameaça de perder seu domínio. A tática utilizada para contestar o direito das barricadas a proclamar a república foi conchamar a maioria da população a se manifestar pelo voto.

Devemos atentar que Marx está com sua lupa voltada para a movimentação das classes, suas ações e interesses políticos mais importantes, na observação da movimentação das frações da burguesia que não hesitam em unir-se como um único corpo para atacar a monarquia ou se defender do proletariado.

Nesse momento da análise marxiana das lutas de classe na França, identificamos a percepção que nosso autor tem sobre a atuação de uma classe, que possui suas diversas frações internas com diferentes interesses políticos menores, mas que funciona como um partido político no seu sentido mais amplo, um agrupamento social organizado em torno de um programa político que disputa o poder para sua classe. É a classe como partido, o partido-classe ou classe-partido (CLAUDIN, 1985).

Mas o proletariado não estava disposto a aceitar meramente o que indicava a burguesia, pois tinha receio de que se repetisse a escamoteação de 1830 e a monarquia retomasse o poder. Estavam dispostos a impor a república pela força das armas e deram um ultimato ao Governo Provisório para que proclamassem a

¹⁴ Albert e Louis Blanc, eram operários socialistas franceses. que tiveram importante participação na Revolução Francesa de 1848. Especialmente Louis Blanc, contribuiu com suas ideias que foram postas em prática com a associação entre liberais e socialistas para de derrubar a monarquia: criação de associações profissionais de trabalhadores de um mesmo ramo de produção e das Oficinas Nacionais financiadas pelo Estado.

república sem esperar pela consulta do voto. Se isso não ocorresse de imediato as ruas seriam tomadas por milhares de trabalhadores.

O Governo Provisório imediatamente proclamou a república enquanto organizava seu governo com a presença de todas as frações burguesas no interior do círculo político. O proletariado além de ser minoritário no Governo Provisório, com somente dois representantes, não tinha o poder executivo, nem financeiro para impor e aplicar as políticas advindas de sua demanda. A principal demanda daquele momento era a organização e acesso amplo ao trabalho.

Albert e Blanc, diante desse contexto, disputavam internamente ao governo e tinham apenas pequenas conquistas quando as massas estavam mobilizadas, pois em geral o que se estabeleceu foi a república da burguesia, agora mais coesa e com poder de perpetuar seu desenvolvimento sem necessidade de acordos com a nobreza.

A burguesia tomou todas as medidas possíveis de conciliação para que a república não fosse questionada, assim, foi abolida a pena de morte por crimes políticos e nenhum dos grandes culpados da monarquia de julho teve de prestar contas, a imprensa foi aberta para que quaisquer opiniões pudessem ser veiculadas, os altos cargos do exército, administração e dos tribunais foram mantidos com raras alterações e o lema republicano era “viver e deixar viver” (MARX, 2008, p. 79).

A república, dessa forma, não encontrou nenhum inimigo nacional. Nem mesmo o proletariado, pois compreendia a república como obra sua. Um bom exemplo disso é o fato de que Louis Blanc tratava de apaziguar os conflitos salariais entre mestres e operários.

O Governo Provisório tinha que resolver o problema financeiro do Estado. Uma das medidas utilizadas afetou diretamente os pequeno-burgueses e os operários, o fechamento das cadernetas de poupança que tinham acima de 100 francos. A pequena burguesia se voltou contra a república e a aristocracia financeira e seus bancos tentava desacreditar a república generalizando a falta de crédito, recusando dinheiro aos comerciantes fabricantes etc.

Entretanto, o golpe se voltou contra si, pois os capitalistas da república levantaram o dinheiro que tinham nos bancos e as pessoas que tinham papel moeda

foram também aos bancos trocar por ouro e prata. Em um rápido movimento o governo provisório poderia levar o setor financeiro da burguesia à bancarrota. Mas em vez disso, o Estado hipotecou suas matas contraindo mais empréstimos e transformou os bancos provinciais em filiais do *Banque de France*. A república, assim, deu força a aristocracia financeira mais uma vez.

A burguesia estava notoriamente unida para perpetuação do seu poder, a sua república. Ela se reorganizou e lançou impostos que incidiram mais fortemente sobre o campesinato enquanto propagava na imprensa que esse imposto recaía preferencialmente sobre a grande propriedade fundiária e assim convencia o proletariado parisiense a se manter passivo.

Com o exército fora de Paris desde a revolução de fevereiro, a burguesia tinha ciência que não poderia se opor frontalmente ao proletariado apenas com a Guarda Nacional que, apesar de ser a sua força armada, não era suficiente para derrubar o proletariado pela violência se necessário. Além dessa percepção do tamanho da sua força material frente ao proletariado, havia também o fato de que as fileiras da Guarda Nacional tinham sido abertas para que proletários entrassem, mesmo que em pequena quantidade.

A contrarrevolução já estava em curso, mas ainda escamoteada e a saída da república para conter o perigo, que assolava a burguesia, foi colocar setores do proletariado uns contra os outros utilizando algumas táticas de divisão e de ataque direto ao proletariado pelo Governo Provisório.

No interior da própria Guarda Nacional, o Governo Provisório efetivou uma de suas táticas para dividir o proletariado quando arregimentou 24 batalhões de mil homens, com a idade entre 15 a 20 anos, como guardas móveis. Os batalhões eram, na sua maioria, compostos de homens pagos advindos do lupemproletariado de diferentes nações, que Marx (2008, p. 84-85) definiu como

Um centro de recrutamento de ladrões e criminosos de toda a espécie que vivem da escória da sociedade, gente sem ocupação definida, vagabundos, gente sem pátria e sem lar, variando segundo o grau de cultura da nação a que pertencem, não negando nunca o seu caráter de *lazzaroni* capazes, na idade juvenil em que o governo provisório os recrutava, uma idade totalmente influenciável, dos maiores heroísmos e dos sacrifícios mais exaltados como do banditismo mais repugnante e da corrupção mais abjeta. [...] Para seus chefes eram-lhes impostos, em parte, oficiais do exército permanente, em parte, eram eles próprios que elegiam jovens filhos da

burguesia que os cativavam com as suas fanfarronadas sobre a morte pela Pátria e a dedicação à república.

Outra tática divisionista utilizada foi a criação das *workhouses*, que eram as oficinas nacionais para trabalhadores industriais desempregados, em torno de 100 mil operários, em que o governo pagava um valor por dia para que eles trabalhassem em obras de aterro. Era um trabalho considerado monótono e improdutivo, contudo, a intenção do Governo Provisório era cercar-se de um exército de operários, assim como arregimentou um exército de lupemproletários.

Ao invés de ter criado um segundo exército, no entanto, a burguesia facilitou a motivação e organização para o motim. Mas para alcançar ainda algum objetivo favorável à burguesia, ela própria divulgou um boato em que acusava Louis Blanc de ser o criador das oficinas nacionais que seria uma espécie de primeira realização do socialismo que ameaçava a república.

A burguesia e a pequeno burguesia estavam contra o proletariado, esta última porque compreendia que o Estado pagava uma pensão para um trabalho fingido enquanto a classe pequeno burguesa estava numa situação insustentável. As camadas médias da sociedade francesa estavam nas mãos da burguesia enquanto as revoluções proletárias estavam acesas em grande parte do continente europeu.

A burguesia francesa se armava, se protegia e atacava o proletariado, mas ainda não o tinha enfrentado como principal adversário. No mês de março e abril de 1848 aconteceram os primeiros conflitos, ainda pequenos, entre burguesia e proletariado como expressão da grande luta de classes que estava mascarada pela república burguesa.

O primeiro fato foi o 17 de março quando o proletariado se organizava para exigir que o Governo Provisório retomasse a via revolucionária e expulsar seus membros burgueses, adiando as eleições da Assembleia Nacional Constituinte e da Guarda Nacional, mas foram obrigados a recuar porque a população defendeu o governo frente a uma manifestação da Guarda Nacional, um setor da burguesia, que hostilizava o Governo Provisório. A intenção de defender a república contra burguesia reforçou a força burguesa do governo.

O segundo conflito foi o 16 de abril, quando vários operários haviam se reunido para preparar as eleições de um setor se sua classe para ocupar as fileiras da Guarda Nacional e, enquanto isso, se espalhava um boato que eles estavam se armando para derrubar o Governo Provisório e decretar um governo comunista sob a direção de Louis Blanc, Blanqui, Cabet e Raspail.

Rapidamente cem mil homens armados ocuparam a sede do Governo Provisório para defende-lo da revolução comunista ao tempo que em toda Paris ecoava a palavra de ordem: Abaixo os comunistas!

Os operários que estavam supostamente organizados em armas para tomar o poder chegaram à sede do governo para entregar a coleta democrática e republicana que tinham realizado, perceberam que tinham sido derrotados numa luta que nem chegou a acontecer.

Esses dois episódios precederam o estabelecimento da Assembleia Nacional Constituinte que iniciou em 04 de maio do mesmo ano como resultado das eleições gerais diretas.

O sufrágio universal naquele contexto cumpriu a função de revelar as diferentes classes e suas diferenças e desencadear a luta de classes. As camadas médias da sociedade burguesa, como os camponeses e a pequena burguesia, foram fundamentais para consolidar a burguesia no topo do poder da república.

Assim se consolidava a república da burguesia, não em fevereiro, mas em 04 de maio na Constituinte que fortaleceu o poder burguês que, agora podia iniciar a luta contra o proletariado em nome da República que tinha a aparência de manifestação do povo que não questionava a ordem, mas apenas a classe no poder.

Nas palavras de Marx (2008, p. 90):

[...] a república de Fevereiro não era senão, e não podia deixar de o ser, uma república *burguesa*; como, porém, o Governo provisório, sob a pressão imediata do proletariado, fora obrigado a anunciá-la como uma *república com instituições sociais*; como o proletariado parisiense era ainda incapaz de ir além da república burguesa a não ser na *representação* e na *fantasia*; como ele agiu ao seu serviço em toda a parte em que verdadeiramente passou à ação; como as promessas que lhe haviam sido feitas se tornaram num perigo insuportável para a nova república; como todo o processo de vida do Governo provisório se resumiu a uma luta contínua contra as reivindicações do proletariado.

A Assembleia Nacional Constituinte, apoiada na mobilização popular em defesa da república e em repúdio ao proletariado, expulsou os representantes dos proletários da Comissão Executiva. A burguesia tinha a necessidade de se opor aos trabalhadores com a força das armas e isso foi acelerado no momento em que os trabalhadores erguiam-se para defender o que consideravam seu, a República de Fevereiro.

Em 15 de maio, o movimento dos trabalhadores tentou retomar de assalto as conquistas da revolução com a ocupação da Assembleia Nacional Constituinte, a sua dissolução e o decreto de um governo revolucionário, mas os manifestantes foram rapidamente dispersos pela Guarda Nacional e os dirigentes do movimento foram presos. Foi um primeiro ensaio da grande luta entre as classes que definiria posteriormente a essência da sociedade capitalista.

A Comissão Executiva imediatamente passou a deliberar sobre as oficinas nacionais promovendo seu desmonte com a redução de salários e o afastamento dos operários não parisienses para obras em outros locais para promover a dispersão da organização proletária, até que em 21 de junho houve a ordem de expulsar violentamente todos os operários solteiros das oficinas ou a incorporação desses no exército.

O terreno para a primeira grande luta encarniçada entre burguesia e proletariado havia sido cultivado com os ataques deliberados da Assembleia Nacional Constituinte deixando os trabalhadores sem outra opção que não fosse a insurreição.

Insurgiram-se em 22 de junho questionando não apenas os desmandos do Governo Provisório ou da Assembleia Nacional Constituinte, mas a própria ordem burguesa estabelecida. O levante conseguiu encurralar os aparatos armados da burguesia, a Guarda Móvel, a Guarda Nacional de Paris e a Guarda Nacional, por cinco dias, mas a insurreição foi esmagada com o saldo de morte de três mil prisioneiros proletários.

Marx faz um relato das impressões no calor dos acontecimentos em publicação na Nova Gazeta Renana:

O último resto oficial da revolução de fevereiro, a Comissão Executiva, diluiu-se como uma fantasmagoria perante a gravidade dos acontecimentos.

Os foguetes luminosos de Lamartine transformaram-se nas granadas incendiárias de Cavaignac. A *fraternité*, a fraternidade das classes opostas, em que uma explora a outra, essa *fraternité* proclamada em fevereiro, escrita em letras enormes na fachada de Paris, em cada prisão, em cada quartel — a sua expressão, a sua expressão verdadeira, autêntica, prosaica, é a *guerra civil*, a guerra civil na sua forma mais terrível, a guerra entre o trabalho e o capital. Esta fraternidade flamejava ainda diante de todas as janelas de Paris na noite de 25 de junho, quando a Paris da burguesia se iluminava e a Paris do proletariado ardia, gemia e se esvaía em sangue. Esta fraternidade só durou enquanto o interesse da burguesia esteve irmanado com o interesse do proletariado. Pedantes da velha tradição revolucionária de 1793; doutrinários socialistas, que mendigavam à burguesia para o povo e a quem se permitiu longas discursatas e comprometerem-se enquanto foi necessário embalar o leão proletário; republicanos, que exigiam toda a velha ordem burguesa, descontada a cabeça coroada; opositoristas dinásticos aos quais o destino surpreendeu com a queda de uma dinastia em vez da substituição de um ministério; legitimistas que não queriam atirar fora a libré mas somente alterar-lhe o corte — eram estes os aliados com os quais o povo fizera o seu fevereiro (...) A revolução de fevereiro foi a revolução *bela*, a revolução da simpatia universal, porque as oposições que nela eclodiram contra a realeza se encontraram uma ao lado da outra, tranquilamente adormecidas, *não desenvolvidas*, porque a luta social que constituía o seu pano de fundo apenas tinha obtido uma existência de ar, a existência da frase, da palavra. A *revolução de junho* é a revolução *feia*, a revolução repugnante, porque o ato substituiu a palavra, porque a república pôs a descoberto a cabeça do próprio monstro ao derrubar a coroa que o protegia e ocultava. *Ordem!* era o grito de guerra de Guizot. *Ordem!* grita Sébastiani, o Guizotista, quando Varsóvia ficou nas mãos dos russos. *Ordem!* grita Cavaignac, o eco brutal da Assembleia Nacional Francesa e da burguesia republicana. *Ordem!* troava a sua metralha ao despedaçar o corpo dos proletários. Nenhuma das numerosas revoluções da burguesia francesa desde 1789 fora um atentado contra a *ordem*, pois todas deixavam de pé a dominação de classe, a escravidão dos operários, a ordem *burguesa*, muito embora a forma política dessa dominação e dessa escravidão mudasse. Junho tocou nessa ordem. Ai de ti junho!" (N. Rh. Z, 29 de junho de 1848) (MARX, 2008, p. 92)

Esse é o panorama histórico em que a classe trabalhadora francesa foi levada ao primeiro plano como partido autônomo, partido-classe, pelas circunstâncias que agora estavam submetidos sob o domínio da burguesia.

O momento em questão nitidamente avançava, em todo seu processo, para a derrota do proletariado que, por sua vez, foi determinante para que a burguesia chegasse ao topo e se consolidasse como seu algoz. Todavia, aquele se constituía como o momento em que o terreno para a sua emancipação estava sendo preparado, o terreno da luta com a burguesia.

Aplicando pela primeira vez o materialismo histórico-dialético na análise conjuntural da realidade, Marx não perdeu o foco ao verificar a derrota do proletariado, ao invés disso buscou compreender os saltos qualitativos desse processo. É perceptível como, dentre os múltiplos determinantes constituintes

daquela realidade, nosso autor tomou como eixos centrais para sua análise as relações entre as classes na dinâmica social francesa e acompanhou, particularmente, a movimentação do proletariado.

A derrota de junho foi considerada por Marx como um evento de importância crucial para o proletariado, pois fortaleceu a consciência de classe como um partido que possui a necessidade de lutar contra a ordem burguesa e o seu partido, a classe burguesa.

O que nestas derrotas sucumbiu não foi a revolução. Foram os tradicionais apêndices pré-revolucionários, produtos de relações sociais que não se tinham ainda agudizado em nítidos antagonismos de classe: pessoas, ilusões, representações, projetos, de que, antes da revolução de fevereiro, o partido revolucionário não estava livre e de que só poderia ser libertado por meio de sucessivas *derrotas* e não através da *vitória de fevereiro* (MARX, 2008, p. 63).

A contrarrevolução que derrotou os trabalhadores e matou milhares deles foi também protagonista da conquista do terreno propício para a emancipação do proletariado, a saber, a luta contra a burguesia impiedosa contra a burguesia e seu modo de vida.

3.3.1 Organização autônoma e consciente do proletariado como condição essencial para a emancipação humana

O poder do estado republicano foi assumido pela fração republicano-burguesa após sua vitória de junho sob o proletariado. Essa fração havia arregimentado seus quadros políticos desde 1830, escritores, deputados, banqueiros, advogados etc., como porta vozes ideológicos que se manifestavam através do jornal dessa fração de classe, o *National*. Com a posse das principais repartições estatais como prefeituras, correios, polícia, postos altos do exército e ministérios, o agrupamento que compunha o *National* passou a gerir o Estado com seu poder executivo sob o comando do seu general, Cavaignac, o mesmo que reprimiu com sucesso o levante do proletariado nas Jornadas de Junho. Na presidência da Assembleia Constituinte, estava Marrast, o redator responsável pelo jornal republicano-burguês.

A Assembleia Nacional Constituinte, como poder estatal, foi um espaço político bastante disputado pelas classes que puseram a revolução em movimento que derrubou o regime anterior. Abrigava em seu interior a expressão das classes sociais. Cada classe era constituída de diversas organizações e interesse particulares próprios de sua configuração política e social. O proletariado, por exemplo, tinha variadas maneiras de se organizar, como os sindicatos cartistas, os clubes proletários, associações e o partido político em seu sentido estrito, enquanto a burguesia organizava seus banquetes realistas, seus partidos e seus jornais.

Além dos indivíduos que se localizavam em alguma dessas organizações da sua classe, haviam aqueles que não se encontravam organicamente localizados em nenhuma delas, mas em momentos de maior movimentação se aglutinavam junto a elas. Não necessariamente podemos afirmar que as organizações sempre dirigiam as massas de sua classe, pois em alguns momentos acontecia o inverso, as organizações eram também arregimentadas pelo movimento espontâneo dos trabalhadores, no caso do proletariado.

Podemos observar isso na avaliação de Marx sobre a derrota de junho, quando ele aborda a necessidade da massa e a vanguarda organizada estarem unidas em torno de uma mesma necessidade, revoltados contra um mesmo problema. Na sua análise, Marx coloca todo o proletariado como a vanguarda das massas que estavam localizadas entre o próprio proletariado e a burguesia.

Compreendemos com isso, que para Marx, tanto a burguesia como o proletariado eram entendidos como classe-partido, ou seja, um grande grupo de indivíduos com características comuns em relação a sua localização no contexto da exploração na produção social (economia) e das relações de poder consequentes dessa exploração (política), organizados coletivamente em torno de um mesmo programa que pretendesse responder as suas demandas essenciais contrapostas às da burguesia.

Portanto, é mais do que explicável que o proletariado de Paris procurasse fazer valer o seu interesse ao lado da burguesia, em vez de o fazer valer como o interesse revolucionário da própria sociedade, que deixasse cair a bandeira vermelha diante da tricolor. Os operários franceses não podiam dar um único passo a frente, tocar num só cabelo da ordem burguesa, enquanto o curso da revolução não tivesse revoltado a massa da nação situada entre o proletariado e a burguesia, os camponeses e os pequeno-burgueses, contra essa ordem, contra dominação do capital, e não a tivesse

obrigado a juntar-se aos proletários como seus combatentes de vanguarda. Só à custa da tremenda derrota de junho puderam os operários alcançar essa vitória (MARX, 2008, p. 77-78).

A lição que aprendemos com Marx é que devemos observar o movimento da realidade, melhor dizendo, das classes sociais, para compreendermos a concepção de organização política presentes no movimento. Ele, entretanto, não se limitava a análise de um tipo específico de organização política, seja o movimento da classe em geral, seja as suas organizações partidárias.

Como identifica Claudin (1985), a organização política das classes em Marx é tratada em sua dinâmica, sendo expressa no seu sentido amplo que é a movimentação da própria classe em torno de um programa, a classe-partido ou o partido-classe, bem como em seu sentido estrito, o partido nas mais variadas formas de organizações políticas no interior da classe constituídos por grupo de trabalhadores que possuem disposição e consciência para lutar em busca da realização do projeto estratégico da classe trabalhadora.

Observemos como Marx analisa o papel dos clubes em relação ao movimento das classes frente ao conflito entre a Constituinte e o Presidente recém eleito, Luís Bonaparte, representante da Partido da Ordem:

E os *clubes*? A partir do momento em que a Assembleia Constituinte pusera em causa na pessoa de Barrot o presidente, na do presidente a república burguesa constituída e na da república burguesa constituída a própria república burguesa em geral, todos os elementos constituintes da república de Fevereiro, **todos os partidos** que queriam derrubar a república existente e transformá-la através de um processo violento de regressão na república dos **seus interesses de classe e dos seus princípios**, cerraram necessariamente fileiras em torno dela. O que acontecera deixara outra vez de acontecer, as cristalizações do movimento revolucionário tinham-se outra vez liquefeito, a república pela qual se lutou era outra vez a república indefinida das jornadas de Fevereiro cuja definição **cada partido** reservava para si. Por instantes, os partidos voltaram a ocupar as suas velhas posições de Fevereiro sem partilharem as ilusões de Fevereiro. Os **republicanos tricolores do *National*** voltaram a apoiar-se nos **republicanos democráticos da *Reforme*** e empurraram-nos como paladinos para o primeiro plano da luta parlamentar. Os republicanos democráticos apoiaram-se de novo nos **republicanos socialistas** — em 27 de Janeiro um manifesto público anunciava a sua reconciliação e a sua união — e preparavam nos **clubes** o terreno para a insurreição. A imprensa ministerial considerava com razão os republicanos tricolores do *National* como os insurrectos de Junho ressuscitados. Para se manterem à cabeça da república burguesa punham em questão a própria república burguesa. Em 26 de Janeiro, o ministro Faucher propôs um projeto de lei sobre o direito de associação, cujo primeiro parágrafo dizia: "*São proibidos os clubes*" (MARX, 2008, p. 119 – grifos nossos).

Na sua análise conjuntural, Marx considera a atuação dos partidos e outras organizações políticas das classes que não possuem a formatação clássica ou explícita de partido, mas que são para ele o agrupamento de representação e ação política de suas classes. Os periódicos, por exemplo, eram acompanhados por Marx como órgãos partidários de classe. O *National*, jornal da burguesia republicana, um setor específico da classe burguesa que propagava sua ideologia e suas elaborações programáticas através desse instrumento, é constantemente citado na obra *As Lutas de Classes na França* como um dos objetos de análise para compreensão da atividade desse setor burguês e em alguns momentos de toda a classe.

Outro exemplo de organização partidária em sentido estrito para Marx eram os clubes proletários, pois eram organizações que tinham maior vinculação com as necessidades mais imediatas dos trabalhadores, “eram os pontos de reunião, os centros de conspiração do proletariado revolucionário” (MARX, 2008, p. 123).

Ao mesmo tempo que tentava entender cada fração de classe em particular e suas organizações, o interessa sobretudo a articulação delas em sua ação como classe social. O exame, portanto, dessas organizações, dos partidos em sentido estrito eram ainda momentos parciais de seu exame crítico da classe-partido, ou seja, o partido em grande sentido histórico. Importa conhecer a classe em suas múltiplas determinações, em sua complexidade dialética.

Não era considerável para Marx o uso de um único determinante ou parâmetro da realidade. Seria, pois, incoerente com o seu método, o materialismo histórico-dialético, generalizar o programa e as ações de um partido específico como sendo aquilo que representaria o programa e as ações de toda a classe.

O programa e as ações da classe-partido, seus interesses de classe e seus princípios, somente eram possíveis de ser identificadas quando analisadas pormenorizadamente em suas frações, nas organizações políticas como clubes, jornais, associações, partidos etc. relacionando com a movimentação das massas não organizadas da classe em determinada conjuntura.

Veamos como Marx estava atento ao movimento das classes e suas frações internas. Com os olhos na classe burguesa, ele identificava suas frações e

suas relações internas e externas à classe, especialmente como a burguesia se articulava para desferir seus ataques ao proletariado.

Se se tratava de afirmar a forma da república burguesa, ela dispunha dos votos dos republicanos democráticos; se se tratava do conteúdo, a sua própria maneira de falar já não a separava das fracções burguesas realistas, pois os interesses da burguesia, as condições materiais da sua dominação de classe e exploração de classe constituem precisamente o conteúdo da república burguesa (MARX, 2008, p. 99).

A Assembleia Nacional Constituinte, durante toda sua duração (de maio de 1848 à maio de 1849), assumiu seu carácter de classe independente das suas disputas internas. Na Assembleia eram deliberados os ataques ao proletariado como consequências imediatas da vitória burguesa em junho.

Seu primeiro ato foi a nomeação de uma Comissão de Inquérito que tinha como tarefa central destruir qualquer nível de organização de sua classe opositora, a classe trabalhadora. Não havia, para tanto, melhor tática do que nomear um antigo chefe da oposição dinástica, Odilon Barrot, como chefe dessa comissão, pois era ao mesmo tempo uma boa articulação política para manter cada vez mais distante qualquer ameaça advinda dos monarquistas, como era eficiente contra o proletariado um chefe da Comissão de Inquérito com desejo de vingança pelos atos vitoriosos do proletariado quando ainda estavam juntos a burguesia.

Com o foco nos líderes socialistas, levou Louis Blanc e Caussidière aos tribunais com um processo contra a Revolução de Fevereiro resumido da seguinte forma: “17 de março, manifestação; 16 de abril, conspiração; 15 de maio, atentado; 23 de junho, guerra civil!” (MARX, 2008, p. 100).

Enquanto Barrot tratava dos líderes, a Assembleia Nacional Constituinte cuidava da classe como um todo com ações como revogação da lei que limitava a jornada de trabalho a dez horas no máximo, o reestabelecimento das prisões por dívidas, exclusão da admissão em júris das pessoas que não soubessem ler nem escrever, limitação do direito de associação e a introdução de uma caução para o funcionamentos dos jornais.

A burguesia organizava seu governo com o sufocamento da classe que podia lhe ameaçar, o proletariado. É perceptível que a Assembleia Constituinte direcionava seus ataques especificamente às condições que poderia garantir a

organização política autônoma e consciente dos trabalhadores. Corroía-se o tempo e a energia com as altas jornadas de trabalho, limitava-se a possibilidade de se organizarem em associações, retiravam-nos de espaços de decisão como os júris com a intenção de atestar a incapacidade política do proletariado, facilitavam as prisões por motivos banais e atacavam o principal instrumento político de veiculação ideológica das classes, o jornal.

A pequena-burguesia e o campesinato também importava à Marx, pois suas características de classe intermediária a colocavam em um patamar de grande importância na luta entre burguesia e proletariado. Recordemos alguns momentos que Marx expressa isso.

Com o proletariado provisoriamente afastado do palco, com a ditadura burguesa reconhecida oficialmente, as camadas médias da sociedade burguesa, a pequena burguesia e a classe dos camponeses tiveram de se ligar cada vez mais ao proletariado na medida em que a sua situação se tornava mais insuportável e a sua oposição em relação à burguesia se tornava mais dura. Tinha agora de encontrar a razão das suas misérias na derrota daquele tal como outrora a haviam encontrado no seu ascenso (MARX, 2008, p. 94).

A pequena burguesia havia lutado com afinco na defesa da propriedade e pelo reestabelecimento do crédito. Essa classe marchou junto à burguesia contra as barricadas proletárias em junho para que liberassem as ruas e pudesse fluir o comércio. Lojistas, donos de restaurantes e cafés, merceeiros, artesãos etc., de um lado e seus devedores do outro lado da barricada.

Não haviam percebido completamente a sua condição ante a burguesia que apoiaram contra os trabalhadores. Quando as barricadas foram derrubadas, os verdadeiros donos das mercadorias e das propriedades se apressaram em cobrar seus devedores. Os pequeno-burgueses, credores dos trabalhadores, eram agora os devedores da burguesia.

Assim, eles próprios tinham feito saltar o plano recuado donde o seu partido emergira como uma força, pois a pequena burguesia só se pode afirmar revolucionariamente contra a burguesia quando o proletariado está por detrás dela. Foram despedidos (MARX, 2008, p. 98).

Os devedores pequeno-burgueses precisaram negociar alguma flexibilidade por parte da Assembleia Nacional Constituinte que operava um inquérito sobre a dívida política retroativa a fevereiro e a cobrança das dívidas sob pena dos

devedores inadimplentes serem encarcerados. Assim, foi concedida alguma flexibilidade, como prazos mais alongados para pagamento sob sentença judicial, desde que os comerciantes em dívida provassem que seus negócios iam bem antes do 24 de fevereiro, o que se nomeou de Concordatas Amigáveis.

Tal flexibilização, entretanto, produziu um efeito maior e inesperado. Mulheres e filhos dos insurgente proletários se organizaram ao milhares em torno de uma petição de anistia, ou seja, as lições de fevereiro e junho estavam latentes e a burguesia republicana não hesitou em anular as Concordatas Amigáveis e voltar à sua postura inflexível frente as outras classes.

O efeito direto e imediato disso foi a bancarrota a uma parte considerável desse pequeno-burgueses e a outra parte pôde seguir com seus negócios, mas totalmente submetidos como servos do grande capital.

Nessa conjuntura, em setembro de 1848, foram eleitos como deputados ao mesmo tempo o príncipe Luís Bonaparte, o comunista Raspail e Fould, um orleanista. A Assembleia Nacional Constituinte e a república burguesa se mantinha em risco mediante os efeitos provocados pela falência ampla na pequena burguesia, consumo limitado e paradas na produção. Mais uma vez o Estado francês precisava recorrer a empréstimos da aristocracia financeira.

A classe camponesa de 1848 na França tinha um peso social importante e estava inconformada com os impostos. O programa que mobilizava os camponeses, a derrubada dos impostos, era considerado por eles como uma conquista da Revolução de 1789 que os livrou das cargas feudais, no entanto, um dos primeiros atos da Revolução de 1848 foi a prática de um novo imposto sobre a população rural.

Os setores burgueses no governo provisório procuravam salvar o Estado de suas dívidas com a intenção de diminuir o seu déficit com os impostos arrecadados dos camponeses. Colocavam assim, a classe camponesa contrária à Assembleia Nacional Constituinte e República quando percebem que tem seu programa personificado em Luís Bonaparte, o Napoleão.

Com palavras de ordem de “Fora com os impostos, abaixo os ricos, abaixo a república, viva o Imperador” os camponeses interpretavam que a sua

revolução seria a eleição de Bonaparte como presidente por meio de sufrágio universal (MARX, 2008, p. 110).

Marx considera que o sufrágio universal cumpriu naquele momento o papel insurreição dos camponeses que era maioria entre os franceses e agiram em torno de um programa muito específico. Mesmo permeado de equívocos e ilusões acerca do futuro governo bonapartista, o campesinato atuou como um agrupamento político que tem seus próprios interesses e um programa.

Por meio do sufrágio universal, os proprietários nominais, que constituem a grande maioria dos Franceses, os *camponeses*, passaram a ser os árbitros do destino da França. Ao destronar a coroa, atrás da qual o capital se mantinha escondido, a República de Fevereiro fez que, finalmente, a dominação da burguesia se manifestasse na sua pureza (MARX, 2008, p. 74).

Esse foi o golpe de Estado dos camponeses que derrubou o governo vigente gerando como consequências a retirada do Partido do *National* (representantes dos republicanos burgueses) e a nomeação de um poder executivo ministerial realista (legitimistas e orleanistas) sob o comando de Napoleão.

Para o proletariado a vitória de Luís Bonaparte significava a destituição de Cavaignac¹⁵, o primeiro ministro derrotado, a queda da Constituinte e a força do republicanismo burguês e, conseqüentemente, a cassação da vitória burguesa de junho. Para a pequena burguesia Napoleão era a inversão das relações sociais burguesas, ou seja, a dominação dos devedores, os camponeses, sobre os credores, a burguesia e a pequena burguesia. Já a preocupação da grande burguesia era que o governo napoleônico representava o poder da monarquia em seu retorno e a queda do poder burguês que havia sido conquistado nos processos revolucionários junto ao proletariado e às custas de alguns acordos com frações realistas para garantir a governabilidade do governo provisório até então. Para a grande burguesia Napoleão significava a vitória da monarquia sobre a república.

O governo bonapartista que se iniciava, mesmo mediante a distintas interpretações das classes sociais foi um governo conduzido ao poder pelo voto

¹⁵ Louis-Eugène Cavaignac, primeiro ministro da França de 28 de junho de 1848 à 20 de dezembro de 1848. General responsável pela repressão da das Jornadas de Junho que matou 1.500 insurretos e, posteriormente, deportou 4 mil para a Argélia e condenou 12.000 deles à prisão.

coletivo dessas classes contra a república burguesa. O proletariado em maioria votou em bloco com a pequena burguesia contra a Cavaignac na esperança de levar a decisão final à Constituinte. Para que a Assembleia Nacional Constituinte tivesse o poder da decisão final, entretanto, era necessário que nenhum dos candidatos alcançasse dois milhões de votos e Napoleão obteve nada menos que seis milhões.

Na disputa eleitoral do governo francês, tanto a pequena burguesia como o proletariado lançaram seus próprios candidatos. Ledru-Rollin era o candidato pequeno-burguês e Raspail, o representante revolucionário do proletariado.

Era a primeira vez que o partido do proletariado estava autônomo em relação ao partido democrático, que representava a pequena burguesia. E para a pequena burguesia foi a última vez que se arriscava a ser autônoma em relação ao proletariado. Era evidente que a derrota não foi somente dos republicanos burgueses, mas também da pequena burguesia com sua Montagne, o partido democrático.

Nos chama atenção como Marx trata o movimento dessas classes em sua organização política. Interessado em analisar e subsidiar o proletariado em suas ações, nosso autor acompanha a movimentação das classes considerando dois aspectos que, para ele, notoriamente são os elementos determinantes para os desdobramentos políticos do período analisado.

O primeiro é o movimento da classe como um todo, a grande massa da classe, sua maioria que se move diante de aspectos da conjuntura política e a forma como ela compreende a correlação de forças que está posta naquele momento. Marx observa, nesse sentido, a classe se movendo de forma bem coesa em torno de, pelo menos, um elemento que é questão de primeira necessidade e acordo entre cada trabalhador que compõe essa classe e se manifesta na prática política de alguma maneira. Seria o que Claudin (1985) denomina que para Marx se trata do partido em grande sentido histórico.

Foi assim que o proletariado votou em bloco com a pequena burguesia contra Cavaignac em dezembro de 1848, o que é diferente de votarem simplesmente a favor de tudo o que representava Luís Bonaparte. Bem como também podemos lembrar que foi a movimentação do proletariado em um momento anterior, quando manifestou seu apoio à burguesia para derrubar o poder

monárquico na Revolução de Fevereiro de 1848, evento em que a classe dos trabalhadores se moveu com a obstinação de destituir a monarquia mesmo que fosse para entregar o poder nas mãos da burguesia.

O segundo aspecto considerado por Marx em sua análise é o movimento da “parte mais avançada das classes” (MARX, 2008, p.111). Para o autor, mais avançados são aqueles trabalhadores que estão tentando se localizar no centro das disputas políticas mais importantes por terem consciência da sua localização de classe, dos antagonismos de classe e a necessidade de lutar pela emancipação da sua classe.

Esse é o partido em seu sentido estrito, uma organização política de um setor da classe que tem consciência de, no mínimo, mais do que as suas demandas mais imediatas. Os trabalhadores organizados nesse tipo de agremiação tendem a apresentar como alternativa para a ação da classe, tanto resoluções de problemas mais imediatos, como perspectivas do ponto de vista mais estratégico que não necessariamente a classe como um todo ainda tenha consciência da necessidade, como uma insurreição ou um voto no seu próprio representante.

4.4 Concepção de partido: o movimento das classes na luta política

‘Eu, como poeta, necessito, por natureza de liberdade. O partido é uma jaula e canta melhor fora do que dentro’. Marx contesta: ‘Te faço notar, antes de tudo, que desde novembro de 1852, quando, por proposta minha, a Liga foi dissolvida, *nunca mais pertenci*, nem pertenço, a nenhuma associação, secreta ou aberta, e, por conseguinte, já fazem oito anos que **nesse sentido, totalmente efêmero da palavra, o partido deixou de existir para mim** (...). Recordas que recebi dos dirigentes da Liga comunista de Nova Iorque uma carta em que me pediam para reorganizar a antiga Liga. Demorei um ano para responder e finalmente lhes disse que desde 1852 não estou ligado a nenhuma organização e tenho o convencimento profundo de que meu trabalho teórico é muito mais benéfico para a classe operária¹⁶ que a participação em organizações cujo tempo já passou no continente (...). Se tu és *poeta*, eu sou *crítico*, e verdade seja dita, me basta com a experiência de 1850-1852. A ‘Liga’, o mesmo que a Sociedade das estações¹⁷ de Paris, que centenas de outras associações, não foi mais que um episódio na história do partido que nasce espontaneamente em toda parte do solo da sociedade moderna (...), do

¹⁶ Traduzo de Claudin (1985) do termo “obrera”.

¹⁷ A Sociedade das estações (do ano), que alude Marx nesta citação, é a organização de Blanqui e Barbes nos anos que precedem 1848 (Société des Saisons) (CLAUDIN, 1985, p. 427).

partido em grande sentido histórico do termo' (MARX apud CLAUDIN, 1985, p. 322 – grifos nossos)¹⁸.

Iniciamos esta seção com a citação de uma carta escrita por Karl Marx à Freiligrath em 1860 que denota uma suposta negação sua ao modelo de partido em sentido estrito. No trecho, podemos perceber a importância que Marx atribui ao partido em grande sentido histórico

Sendo escrita após nosso autor ter se engajado no Partido Comunista, a Liga, em anos precedentes e antes de fundar a Primeira Internacional Comunista em 1864, tal carta é no mínimo intrigante.

Nossa intenção, diante disso, é expor nossa tese sobre a concepção de partido que Marx assume de forma coerente com o seu método, o materialismo histórico-dialético. A tese que defendemos é que Marx não nega nenhuma das duas formas de partido expressas na realidade da luta de classes: o partido em sentido estrito e o partido em grande sentido histórico. Ele assume uma concepção de partido que está submetido ao projeto histórico do proletariado, a revolução socialista, conseqüentemente, sua concepção de partido está submetida ao projeto de construir o partido em grande sentido histórico, sem negar a fundamental importância do partido em sentido estrito.

Podemos identificar dois elementos importantes ao processo de constituição do proletariado em classe revolucionária e neles a base da necessidade da organização política dessa classe: a) as condições de existência do proletariado, seu processo de deterioração contínua das condições de existência provocadas pela sociedade burguesa e b) as suas formas de luta, a própria organização social burguesa (concentração urbana, homogeneização, condições de trabalho e salários, novos meios de transporte e comunicação etc.) impulsionam o proletariado a atuar em unidade com formação de coalizões, tende a centralizar as lutas, que antes eram dispersas, em lutas nacionais e internacionais, luta de classes.

As armas com que a burguesia abateu o feudalismo voltam-se agora contra ela mesma. A burguesia, porém, não forjou apenas as armas que representam sua morte; produziu também os homens que manejarão essas armas – o operariado moderno – os *proletários* (MARX e ENGELS, 2003, p. 31-32).

¹⁸ Citação encontrada no texto de Claudin e também na biografia de Marx escrita por Franz Mehring.

A burguesia produziu as armas que lhe promoverão a própria morte e os homens que a empunharão, os proletários. A constituição do proletariado em classe revolucionária concebe concepções de organização do proletariado, já que tende à centralização das lutas desfazendo a dispersão que havia em organizações locais e sem intercâmbio. No interior da classe, o setor mais mobilizado tem a prerrogativa de articular e organizar a classe em escala nacional e internacional. Esse é o fundamento material e histórico das formas de luta do proletariado baseado nas suas condições de existência no capitalismo, a classe se organizando a partir das suas condições sociais de trabalho para promover lutas nacionais e internacionais, a luta de classes em geral.

O *Manifesto Comunista* expressa a tese da revolução universal já presente n'A *Ideologia Alemã*, a saber, a revolução proletária necessita ser uma revolução universal, mas inicia-se de uma luta nacional, pois o proletariado, no seu processo de constituição como classe revolucionária, se desenvolve sobre as condições materiais que o colocam no patamar da classe que tem o poder de destruir a forma social capitalista (MARX, 2003).

A análise marxiana da movimentação das classes sociais parte de um esquema lógico percebido pelo autor na própria dinâmica da realidade, conseqüente com o materialismo histórico-dialético. Tal esquema lógico de análise é a relação dialética entre as forças produtivas e as relações de produção, relação que determina e é determinada pela luta de classes.

Essa fórmula aparece com muita clareza no texto *Contribuição a crítica da economia política* de 1859, quando aborda o tema da revolução:

Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertiam em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social (MARX, 1961, p.301).

A lógica de análise em questão é, todavia, resultado de toda a obra marxiana, pois podemos identificar, por exemplo, a base dessa formulação já bem desenvolvida na *Ideologia Alemã*, em 1845 e 1846, quando Marx tratava da relação entre as formas de intercâmbio, as relações de produção e a divisão social do

trabalho (MARX, 2007). O *Manifesto Comunista* em si era a expressão desse modelo de análise, sendo uma resposta à realidade em pleno curso, além disso os textos da década de 1850 como *O 18 brumário de Luís Bonaparte* e *As lutas de classes na França de 1848 e 1850* também são frutos da aplicação dessa fórmula na realidade prática, na análise de conjuntura.

Outro elemento crucial é que a análise marxiana da luta de classes se ancorava na sua relação com a classe trabalhadora. A sustentação nessa classe era o que possibilitava o autor conduzir sua análise.

Diante das características da revolução burguesa, Marx estruturou a tese sobre a revolução proletária. Ele afirma que no seio da velha sociedade passa a existir as condições para a nova formação social abordando a revolução burguesa, o surgimento e fortalecimento da burguesia enquanto classe. Ele percebe, no entanto, que há uma importante diferença quando se trata da revolução proletária que se refere à natureza da classe.

Enquanto a burguesia nasce e se desenvolve como uma classe exploradora no processo de ruptura e superação do modo de produção feudal, nasce também o proletariado já com características de classe explorada que permanecerão na sociedade capitalista.

De acordo com essa distinção observada por Marx, as relações de produção socialistas não podem surgir no seio da sociedade capitalista, que é o seu velho regime, já que é condição para a libertação do proletariado da dominação burguesa a supressão de todas as relações de produção burguesas. Diferente da burguesia quando estava sob a dominação da nobreza feudal que somente suprimindo algumas relações de propriedade conseguia se constituir como classe que estava em processo de transição para ser a classe dominante, se constituindo de poder ainda no velho regime, como poder econômico e político.

Outra diferença entre o movimento revolucionário burguês e o proletário é que o movimento burguês foi um movimento de minoria enquanto o proletariado é uma classe que se formou como maioria, conseqüentemente, tem o potencial de promover um movimento de maioria. Essa é uma diferença conseqüente ao conteúdo da diferença de natureza da nova classe ascendente, pois o proletariado possui a necessidade e as condições de superar radicalmente as relações de

produção da sociedade capitalista, enquanto a burguesia tinha a necessidade superar apenas algumas relações de propriedade.

Se torna latente a necessidade de organização política do proletariado frente a sua condição e tarefa social, como revela Marx ao asseverar que a emancipação do proletariado é a superação da dominação burguesa e seu modo de vida, conseqüentemente, a emancipação do proletariado é a própria emancipação humana da condição social de exploração de uma classe sobre outra. A organização do proletariado para a ação é, por conseguinte, uma necessidade histórica essencial.

Suas necessidades geram conseqüências práticas que, por sua vez, permitem a elaboração do programa estratégico da classe. A elaboração do programa da classe e das suas organizações políticas é possível ser maturado a partir da análise conjuntural da realidade e da análise de sua própria história de luta (análise da revolução burguesa), nesse sentido, é tarefa dos setores organizados da classe, como setor mobilizado e consciente das suas condições e necessidades, agir de posse dos elementos necessários a essa análise.

O proletariado enquanto classe, considerando suas propriedades internas e a diferença da sua natureza em relação a classe burguesa, deve se constituir de um poder político que só se faz possível se houver organização política da classe. Compreendemos que para haver tal organização, deve haver a ação consciente e organizada, pelo menos de setores da classe que estejam mobilizados por serem mais conscientes da sua função estratégica de constituição de um poder político ou minimamente mobilizada por carências mais imediatas de cunho econômico.

Por poder político cunhamos a compreensão de Claudin (1985, p. 29) que define como a “violência organizada de uma classe para opressão de outra”, portanto o conceito de poder político enquanto classe organizada, violência organizada, assume uma proporção de grande importância para nós, já que é um conceito que se relaciona com a dominação e a organização da violência.

Ao agir violentamente sobre outra classe, pressupomos que tal classe que protagoniza a ação dispõe de alguma organização para obter sucesso no seu feito. A composição organizativa é possibilitada pela existência e o intercâmbio entra as diversas organizações políticas no seu interior, dentre elas o partido.

Guillermo Lora (2012), em seu texto sobre a teoria do partido político, assume a definição precisa de partido revolucionário do proletariado como estritamente a organização do setor mais avançado e mais consciente das fileiras da classe trabalhadora, o partido seria a organização de uma vanguarda da classe trabalhadora que cumpre a função de impulsionar o restante da classe para se pôr em movimento.

Fernando Claudin (1985), entretanto, considera que para Marx o partido é um conceito mais dinâmico e que, conseqüentemente, se move de acordo com a dinâmica do proletariado. Com essa compreensão podemos perceber o partido do proletariado tanto como organização do setor mais consciente da classe, que pode se manifestar em diversas formas organizativas como clubes, sindicatos, associações etc., em dado momento conjuntural e histórico, como também podemos identificá-lo como a própria classe em movimento, a classe-partido ou o partido-classe.

Marx tinha uma ojeriza ao modelo partidário de organizações secretas, organizações conspiratórias¹⁹, e por isso, compreendia, em divergência com Scharper e Moll, que havia a necessidade de dissolver a Liga dos Comunistas. E assim o fez. Em 1852, dissolveu a Liga e seguiu para atuar na Nova Gazeta Renana. Nesse momento surge para nós uma questão importante: por que Marx decidiu por não construir uma organização política naquele momento? A justificativa não poderia ser pelos mesmos argumentos das organizações conspiratórias como o medo da repressão, a falta de liberdade de organização e expressão etc. Esse poderia ter sido um motivo, mas quando ele se direcionou ao jornal que falava abertamente para as massas do proletariado deixa claro que o motivo não era esse. Está nítido para nós que ele estava fazendo da Nova Gazeta Renana um instrumento do proletariado, tanto para suas elaborações internas como para a propagação de suas ideias, seu programa.

Em nossa percepção, Marx estava preocupado naquele momento com necessidade premente do proletariado se tornar classe para si. Esse é um ponto nodal da sua concepção de partido, a necessidade de o proletariado ter consciência da sua tarefa histórica estratégica. O processo de elaboração teórica e ideológica do

¹⁹ Naquele período, conspiração era um conceito específico para o modelo partidário que, diuturnamente, tentava organizar insurreições, motins, organizações paramilitares etc.

proletariado deveria ser, conseqüentemente, prioridade para os comunistas. Esse foi um dos motivos que levou Marx a tomar a decisão de romper com a Liga e se dedicar ao jornal em detrimento da possibilidade de construir qualquer organização política na forma partido em sentido estrito naquele momento (CLAUDIN, 1985).

O partido, para Marx, portanto, é a classe em movimento enquanto toma consciência da sua tarefa histórica. No seu método de negação da negação, Marx nega o partido em sentido estrito naquele momento, seja secreto ou aberto, conspiratório ou não, enquanto afirma o partido em grande sentido histórico que é a organização do proletariado em classe. É a noção de classe-partido ou de partido-classe que submete as ações tomadas por ele com base na análise da classe em movimento. Marx nega o partido para afirmar o partido, nega a negação de partido (em sentido estrito) propondo dedicar toda atenção à classe em movimento organizado nas suas mais diversas possibilidades colocadas em ação pelo proletariado.

A carta ao poeta Freiligrath²⁰ de 1860 revela claramente essa noção de partido elaborada por Marx. Na ocasião o poeta se nega a escrever para o partido porque queria liberdade e Marx lhe expõe os motivos que levaram a sua saída da Liga.

Marx havia lhe pedido para colaborar com **uma tarefa de partido**. Credo que se tratava da Liga, Freiligrath lhe responde: ‘Eu, como poeta, necessito, por natureza de liberdade. O partido é uma jaula e canta melhor fora do que dentro’. Marx contesta: ‘Te faço notar, antes de tudo, que desde novembro de 1852, quando, por proposta minha, a Liga foi dissolvida, *nunca mais pertenci*, nem pertenço, a nenhuma associação, secreta ou aberta, e, por conseguinte, já fazem oito anos que **nesse sentido, totalmente efêmero da palavra, o partido deixou de existir para mim** (...). Recordas que recebi dos dirigentes da Liga comunista de Nova Iorque uma carta em que me pediam para reorganizar a antiga Liga. Demorei um ano para responder e finalmente lhes disse que desde 1852 não estou ligado a nenhuma organização e tenho o convencimento profundo de que meu trabalho teórico é muito mais benéfico para a classe operária²¹ que a participação em organizações cujo tempo já passou no continente (...). Se tu és *poeta*, eu sou *crítico*, e verdade seja dita, me basta com a experiência de 1850-1852. A ‘Liga’, o mesmo que a Sociedade das estações²² de Paris, que centenas de outras associações, não foi mais que um episódio na história do partido que nasce espontaneamente em toda parte do solo da sociedade moderna

²⁰ A citação da referida carta pode ser encontrada em Claudin (1985) e em Mehring (2013).

²¹ Traduzo de Claudin (1985) do termo “obrera”.

²² A Sociedade das estações (do ano), que alude Marx nesta citação, é a organização de Blanqui e Barbes nos anos que precedem 1848 (Société des Saisons) (CLAUDIN, 1985, p. 427).

(...), do **partido em grande sentido histórico** do termo' (CLAUDIN, 1985, p. 322 – grifos nossos).

É importante estarmos cientes que esse mesmo Marx que abandonou o sentido efêmero da palavra partido e adotou o conceito de partido em grande sentido histórico se dedicou com vigor e conseguiu fundar em 1864 um partido internacional, a Internacional Comunista.

Assim compreendemos que Marx tem como efêmera a palavra partido porque não importa se essa organização se manifesta no seu sentido estrito, como uma organização específica contendo nome, bandeira etc., desde que esteja submetido às necessidades da classe e cumpra sua tarefa de acaudilhar os setores mais conscientes do proletariado para, por sua vez, contribuir com a elevação da consciência de classe da grande massa de proletários ainda não organizados em fileiras partidárias, sindicais etc.

Em outros termos, afirmamos que o pressuposto mais importante da concepção marxiana de partido é a própria definição de partido em grande sentido histórico “o partido que nasce espontaneamente em toda a parte da sociedade moderna”, a classe, especialmente o proletariado, é o partido revolucionário em essência (MARX, apud CLAUDIN, 1985, p. 322).

Diante da atuação e defesa de Marx do partido em sentido estrito em um momento anterior referido por ele na carta à Freiligrath, de 1850 à 1852, e a *posteriori* quando fundou a Internacional em 1864, podemos também afirmar que nosso autor não defende a extinção das organizações partidárias o interior da classe em seu sentido estrito.

Fica claro para nós que Marx estava dizendo à Freiligrath o que é mais importante e que deve ser a orientação do setor mais consciente do proletariado, a construção do partido-classe. O partido em sentido estrito é parte desse processo, por isso, Marx nega o partido em sentido estrito para afirmar o partido em sentido histórico que posteriormente iria afirmar mais uma vez o partido em sentido estrito com a Internacional, ou seja, a construção do partido-classe em grande escala.

No seu texto *A luta de classes na França* Marx delimitou muito bem tal compreensão, quando expôs o movimento do proletariado ao impor a república ao

governo provisório em fevereiro. Nesse evento o proletariado apareceu imediatamente em primeiro plano como partido independente. Essa consideração não implica assumir a ideia de partido em sentido estrito, mas das diversas organizações operárias existentes, seus atos e a totalidade das suas formas organizativas, a ação do proletariado manifestada politicamente no seu conjunto, na articulação com diversas organizações do proletariado. Para Marx, não existe apenas o partido do proletariado, mas o proletariado como partido. Essa é a noção de partido proletário que passou a se desenvolver pós-revolução de 1848 (MARX, 2008).

Marx, nesse sentido, identificou como premência das mais importantes, organizar a crítica política das classes em geral e o levantamento da política mais adequada aos interesses do proletariado, pois para ele, naquele momento, o partido político era a ação da classe, um partido-classe ou classe-partido e, conseqüentemente, um partido de classe frente as outras classes. Se refere, dessa forma ao Partido Liberal, ao Partido Democrata e ao Partido do Proletariado, no entanto, não está se dirigindo a organizações específicas, mas a um conjunto de ações impetradas pelas várias organizações dessas classes e seus vários partidos, que se condensavam na ação de cada classe (MARX, 2008).

Com isso, Marx organizou o que julgava ser sua tarefa, concentrar-se com sua equipe na Nova Gazeta Renana para produzir a crítica da política das classes em questão. O jornal, a Nova Gazeta Renana, assumia, pois, o papel de crítico político das classes sociais desde a perspectiva do proletariado. A frente do jornal, Marx e sua equipe se colocavam como “os comunistas”, ou seja, os teóricos do comunismo, subordinados ao movimento da classe, produzindo para e com a classe trabalhadora.

O modelo de orientação dessa atuação era o Cartismo, que era o exemplo concreto, uma espécie de protótipo do Partido Operário Inglês observado e considerado por Marx como modelo de classe organizada em movimento. Nesse caso, era um modelo que se expressava por um setor organizado da classe, mas dirigidos pelas demandas da classe como um todo e não o contrário.

Parte do movimento cartista estava dentro do Partido Democrata e, por isso, Marx e Engels junto a alguns comunistas da Liga, decidiram entrar para este

partido. “O proletariado como partido e os comunistas como teóricos do proletariado, a terceira noção de partido que Marx utiliza no Manifesto é a de ‘partido operário’, designando como exemplo concreto – na realidade um protótipo – o Cartismo” (CLAUDIN, 1985, p. 323). Essa foi a forma que, em 1849, eles encontraram de se vincularem ao setor mais avançado do proletariado para ser influenciado por eles e também influenciá-lo. A intenção não era fortalecer o Partido Democrata, mas tencionar aquele setor do Cartismo que estava no interior das fileiras democratas a superação das posições da burguesia liberal e da pequena-burguesia democrata.

Vejamos que nesse momento nosso autor estava envidando esforços no interior de um partido em sentido estrito (Partido Democrata), junto a companheiros que de certa maneira se configuravam como um outro partido em sentido estrito (Marx e alguns de seus companheiros comunistas da Liga) com o claro objetivo de elevar a consciência do proletariado de classe para si à classe em si, como partido em grande sentido histórico, a classe-partido.

A Nova Gazeta Renana foi impulsionada por Marx com esse propósito, no entanto, é de suma importância compreender que não se tratava de cumprir a função de esclarecimento político da classe por uma via unilateral. Marx não tinha acordo com a ideia de que os comunistas ou os teóricos e intelectuais iriam esclarecer o proletariado, mas ao contrário, toda a ação de Marx e dos comunistas eram fundamentadas na experiência do setor do proletariado que eles estavam mais próximos. As formulações teóricas eram consequentes com os dados da realidade que os comunistas conseguiam captar no interior da classe.

Isso está expresso em uma carta de 1879, que possui o caráter de documento de partido, em que Marx confirma essa visão acerca da capacidade do próprio proletariado tomar a frente da sua revolução sem que seja necessário que supostos esclarecidos de outras classes sejam os representantes ou mesmo os professores dos proletários. No referido documento, Marx aborda a fundação da Internacional reafirmando o pressuposto contido no Manifesto²³: que a emancipação dos trabalhadores deve ser sua própria obra.

²³ No prefácio à edição inglesa de 1888, Engels afirma: “Nossa ideia, desde o princípio, era que “a emancipação dos trabalhadores deve ser obra da própria classe trabalhadora” (MARX e ENGELS, 2003, p. 13).

Ao fundar-se a Internacional, formulamos, com toda a clareza, seu grito de guerra: a emancipação da classe operária deve ser obra dos próprios operários. Não podemos, por conseguinte, marchar com indivíduos que declaram abertamente que os operários são demasiado incultos para se emanciparem eles mesmos e, por isso, devem receber sua libertação de cima, através dos filantropos da grande e da pequena burguesia (MARX, 1963a, p. 282).

Assim como na Mensagem à Direção Central da Liga Comunista, Marx asseverou:

Mas a máxima contribuição para a vitória final será feita pelos próprios operários alemães, tomando consciência dos seus interesses de classe, ocupando o quanto antes uma posição independente de partido e impedindo que as frases hipócritas dos democratas pequeno-burgueses os afastem por um instante sequer da tarefa de organizar com toda independência o partido do proletariado (MARX, 1963b, p. 92).

Acontecimentos aos fins de 1848, como a ratificação do armistício com o governo conservador da Dinamarca, em setembro, que sacrificou os territórios alemães que lutaram por independência e a consequente insurreição das associações democráticas e operárias de Frankfurt; a revolta popular de Viena, em outubro, em amparo à revolução húngara e contra a intervenção militar austríaca, fato em que os insurretos foram esmagados e a representação parlamentar à esquerda se limitou a aprovar moções de apoio; e a dissolução do ministério liberal e da Câmara, que também tinha maioria liberal, pelo rei da Prússia, levaram Marx a construir uma organização independente do proletariado (BUONICORE, 1998).

Foi somente um ano após os acontecimentos revolucionários de 1848, em abril de 1849, que Marx decidiu construir um partido em sentido estrito. Nesse ano Marx estava envolto em um agrupamento de associações operárias em nível provincial e nacional criadas espontaneamente por trabalhadores mais conscientes. A ideologia ia se formando no processo de organização dos trabalhadores, diferente do modelo cartista onde não havia uma ideologia específica a se aderir. Por isso, a preocupação de Marx em intervir com a Nova Gazeta Renana no sentido de diferenciar as elaborações do próprio proletariado das ideias liberais e pequeno-burguesas. A independência política da classe era o foco da Nova Gazeta Renana deixando claro que os trabalhadores deveriam dispor de suas próprias elaborações (CLAUDIN, 1985).

O problema da independência política do partido, da classe, se desenvolve, portanto, na experiência direta da classe adquirida na luta. Daí podemos identificar a importância das elaborações dos comunistas em torno dessas experiências, pois a análise mais detida e profunda das experiências da classe tinha o potencial de fortalecer ela mesma com o melhor de sua própria elaboração.

Essa tese permanece quando Marx iniciou sua análise retrospectiva da Revolução Francesa, levantando a ideia de que o partido revolucionário não podia ser forjado se não na luta com a contrarrevolução, ou seja, afirmando que a contrarrevolução cumpriu o papel histórico de impulsionar a organização das forças do proletariado na sua luta enquanto classe-partido (MARX, 2008).

Em síntese, compreendemos que a concepção de partido em Marx está vinculada a organização do proletariado em classe na sua noção classe-partido, partido-classe. A preocupação fulcral de Marx, por isso, não era a organização de um partido, mas a organização da classe enquanto partido e, para isso, a organização do partido em sentido estrito é também fundamental, mas submetida ao seu objetivo estratégico de construção do partido-classe.

A localização de Marx e dos comunistas deveria ser, conseqüentemente, naquele lugar em que conseguissem dar respostas a crítica da política das classes que disputam com o proletariado e, obviamente, influenciar o avanço e o aprofundamento do processo de tomada de consciência do proletariado enquanto classe da sua tarefa histórica de tomada do poder.

É bem menos importante para Marx se o lugar em que a classe estaria mais organizada fosse um partido, um clube, várias associações, sindicatos ou quaisquer formas que viesse a surgir. O mais importante deve ser o avanço na organização e ação da classe trabalhadora de forma que ela tenha consciência da sua tarefa estratégica de derrubar a burguesia e toda sua forma de existência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano possui tal adjetivo, humano, por ter consciência da sua ação no mundo e, exatamente por isso, tem o potencial de transformar sua forma de existência. Não ser submetido a uma única forma de se reproduzir na terra é o principal elemento que nos dá a condição de humanos.

A atividade humana, nossa ação sobre o mundo, é o que possibilita produzirmos e reproduzirmos nossa existência, nos objetivarmos no mundo, e foi o que possibilitou existirmos pela primeira vez como humanos.

Marx assinala que nosso primeiro ato histórico foi o ato de manter-nos vivos, suprir nossas necessidades mais vitais. Toda a história da humanidade seguiu sendo concebida pela atividade humana, agora consciente, de suprir as mais diversas necessidades que se avolumaram assim como a humanidade se proliferava.

A atividade humana é, pois, uma categoria que revela o processo de formação humana que não é algo externo, vindo de outrem, mas um movimento realizado por seus beneficiários mesmos. Toda produção humana como a linguagem, consciência, cultura etc., foi e continua sendo obra daqueles que a produziram.

As relações sociais, as relações de produção e reprodução social, conseqüentemente, são o fio condutor do que chamamos de formação humana. Para compreendermos como a sociedade e os indivíduos que a constitui se formam, o que educa tais indivíduos e a sociedade, precisamos apreender o movimento de produção e reprodução social, a formação humana, que é, em última instância, fruto da auto atividade.

Nesse sentido, podemos afirmar que na realidade de antagonismo de classes sociais em que a sociedade se reproduz baseada na exploração de uma classe por outra, em um processo de desumanização daqueles que são responsáveis pela produção social, a emancipação humana é uma necessidade de superação de determinado modelo de organização social.

Se a dinâmica de produção e reprodução da existência é um procedimento coletivo, mesmo quando injusto para determinadas classes sociais, a emancipação humana somente é possível se houver alguma movimentação daqueles que tem maior interesse na emancipação da humanidade e que reúnem as condições materiais para tal empreitada.

O pleno desenvolvimento de cada indivíduo somente é possível quando eles tiverem acesso as forças que movem a sociedade desde a sua concepção, planejamento, até sua execução, isso numa relação de totalidade, entre o desenvolvimento da vida de cada indivíduo em particular até este indivíduo enquanto gênero.

Chegar a esse ponto significa destruir a atual forma de sociabilidade que alimenta desumanização, a alienação dos indivíduos particulares e deles enquanto gênero. Marx reivindica a união universal do proletariado, a classe que possui as condições objetivas de conduzir uma revolução social em vistas da emancipação humana.

A relação entre as forças produtivas e o indivíduo é o que constitui o adubo de sua individualidade. O combate aos meios de produção monopolizados, apropriados individualmente, o combate no âmbito econômico, na verdade, é um combate para retomar ao trabalhador, ao sujeito, ao indivíduo, a sua capacidade de desenvolver as próprias potencialidades, isso só é possível, pela própria estrutura em que ele está envolvido, pela própria relação que nós estamos colocados, uma relação histórico-mundial de maneira coletiva enquanto classe.

A formação humana, que abordamos como fundamento de nossa investigação sobre a concepção marxiana de partido, é o que explica a condição *sine qua non* da organização do proletariado em classe por meio de um instrumento de luta que seja próprio dessa classe e que coloque em marcha a revolução social necessária para emancipar a humanidade.

Karl Marx foi um indivíduo forjado por um contexto de revoluções e muita ebulição política que geraram consequências para o âmbito da filosofia e ciência em geral. Isso é facilmente aceito, não obstante, defendemos uma tese um tanto mais polêmica. Marx não foi somente um indivíduo produzido por seu tempo, ele foi também um importante influenciador de toda uma geração que moveu a história do proletariado europeu, deixando um legado internacional.

É possível identificar na história da sua vida, que Marx foi protagonista no plano acadêmico e político. Foi um intelectual que não apenas rompeu com uma perspectiva filosófica de grande envergadura, como também formulou uma nova teoria e método que extrapola a própria concepção de filosofia da sua época, pois para ele não era suficiente compreender a realidade era preciso transformá-la.

O impulso essencial para seu rompimento com a teoria hegeliana foi a sua compreensão de que o movimento da realidade social é propulsionado pela prática política nas relações sociais. A dialética do seu pensamento é fruto da sua própria formação, sua prática política que não era dissociada do seu movimento de elaboração teórica.

Desde que Marx percebeu o proletariado como classe revolucionária, ainda em 1843, quando mencionou o conceito pela primeira vez na sua *Introdução* posterior *A crítica da filosofia do direito de Hegel*, esteve se alimentando do movimento dessa classe para que suas elaborações teóricas fossem uma teoria da classe e não uma teoria apartada dela, advinda apenas da mente de um intelectual. Atuou, desde então, politicamente nos jornais e em organizações políticas nos moldes partidários.

O revolucionário cunhado pelas lutas do seu tempo, se dedicou a mover a história. Evidente que nossa concepção acerca do papel do indivíduo na história não assume o ponto de vista em que um indivíduo isolado é capaz de mudar os rumos da sociedade como um herói. Nossa ótica é a do indivíduo que influencia a história por conta de condições sociais particulares.

Marx não pode ser compreendido como um indivíduo isolado, mas como alguém que é parte de uma coletividade. O proletariado foi a sua base política, teórica e social. É nessa acepção que entendemos as elaborações marxianas e o próprio indivíduo Marx, como determinado e determinante da história.

É preciso enfatizar que a função de determinante não deve ser lida unilateralmente relacionada apenas ao indivíduo, mas sim ao indivíduo e sua obra, esses são determinantes da história na medida em que são determinados por ela. Podemos até inferir que o indivíduo especificamente não pode nunca ser isolado do seu contexto social e histórico.

O conceito de partido e seus pressupostos legado por Marx, nesse sentido, são uma produção social identificada na obra marxiana e no contexto que a produziu. Analisar, pois, a importância da prática política no processo de formação humana que envolveu e formou Karl Marx é relevante para discernir a composição de nosso objeto, a concepção marxiana de partido, numa obra teórica que tem um especial vínculo com o contexto político do seu autor.

Encontramos os pressupostos que são a base da concepção marxiana de partido. A derrubada da burguesia para supressão do antigo modelo social de opressão é pressuposto essencial que sustenta todos os demais: o caráter internacional do partido, a propaganda pública e a democracia interna como características elementares para conceber um partido comunista.

O pressuposto fundamental, supressão do modelo social de opressão, é a tradução do projeto estratégico do proletariado para perspectivar a emancipação humana. Os demais pressupostos, caráter internacional do partido, propaganda pública e democracia interna, são extraídos por Marx das características dos proletariado.

O internacionalismo defendido por nosso autor não é baseado em um idealismo em defesa de uma solidariedade internacional voluntarista. É, na verdade, uma característica da classe produzida pela indústria moderna. O mercado mundial próprio do capitalismo proporciona o intercâmbio mundial dos trabalhadores concretamente pela produção capitalista. A organização da classe, na análise de Marx, é possibilitada por essa condição que lhe dá mais potencial de luta.

Luta que deve ser conscientemente disseminada com a propaganda pública, que também é uma possibilidade mais concreta a partir da queda dos poderes absolutos e ascensão do liberalismo. Seria um desperdício não propagar a política revolucionária da classe trabalhadora.

Essas novas condições sociais estão todas submetidas a realidade de opressão da burguesia em relação ao proletariado, por isso, é indispensável contrapor o modelo opressor com o exercício da democracia no interior das organizações proletárias como germe de um novo tipo de relação social.

Em nossa tese, os referidos pressupostos assentam a concepção marxiana de partido, é o seu fundamento. A concepção em si é a organização consciente dos proletários sobre esse fundamentos. O que possibilita formação de partido em seu sentido estrito como foi o caso da Liga do Comunistas ou o partido em seu grande sentido histórico, o partido-classe ou classe partido.

No início da obra *As lutas de classes na França – 1848 a 1850*, o autor mesmo nos conduz a perceber que a revolução de 1848 na França possui o mérito de colocar o proletariado pela primeira vez como classe-partido em confronto com a burguesia, que a contrarrevolução que derrotou o proletariado em levante cumpriu um papel fundamental para a conquista do terreno para sua própria emancipação social e que a necessidade de organização autônoma e consciente do proletariado se elevou ao patamar de condição essencial para a emancipação da sociedade e o fim da luta de classes, a emancipação humana.

Seguindo esses indicadores que orientaram a análise de Marx sobre os processos de luta de classes na França daquele período, constatamos que o autor, coerente com a dialética do seu método e apoiado em suas elaborações precedentes, os textos de 1843 a 1848, percebeu na dinâmica das lutas francesas as classes, em última instância, como partidos na disputa pelo poder.

As frações burguesas, por exemplo, possuíam seus partidos, mas no calor da luta pelo poder agiam unissonante como uma classe-partido. Marx, sabiamente, analisava as movimentações das frações de classe, mas sempre para perceber o movimento do partido-classe.

A tarefa principal do proletariado para avançar no seu projeto histórico, observada por nosso autor, é tornar-se classe para si. A concepção de partido de Marx está submetida a essa tarefa: assentado no pressuposto de derrubar a burguesia para suprimir a sociabilidade capitalista, internacionalmente, propagando o projeto socialista do proletariado e se movendo com base na democracia interna, construir o partido em grande sentido histórico, que é a classe consciente do seu papel e mobilizada para cumpri-lo.

O partido em sentido estrito não perde sua relevância com isso, considerando as mais variadas conjunturas, realidades nacionais específicas, é natural que se formem diversos partidos e organizações políticas como clubes,

sindicatos, associações etc. ao contrário, que possui fundamental importância para impulsionar os mais diversos setores da classe para avançar na consciência de sua função histórica.

A tese que defendemos é que Marx não nega nenhuma das duas formas de partido expressas na realidade da luta de classes: o partido em sentido estrito e o partido em grande sentido histórico. Ele assume uma concepção de partido que está submetido ao projeto histórico do proletariado, a revolução socialista, conseqüentemente, sua concepção de partido está submetida ao projeto de construir o partido em grande sentido histórico, sem negar a fundamental importância do partido em sentido estrito.

Em outros termos, afirmamos que o pressuposto mais importante da concepção marxiana de partido é a própria definição de partido em grande sentido histórico, como afirmou Marx em carta a Freiligrath, “o partido que nasce espontaneamente em toda a parte da sociedade moderna”, a classe, especialmente o proletariado, é o partido revolucionário em essência (MARX, apud CLAUDIN, 1985, p. 322).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). **Infoproletários** – degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

ARCARY, Valério. Apresentação. *In*: MEHRING, Franz. **Karl Marx**: a história de sua vida. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2013.

ARCARY, Valério. Controvérsias marxistas sobre o papel do indivíduo na História. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 1, n. 15, p. 35-56, 2002. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo89artigo2.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2017.

BUONICORE, Augusto. Marx e Engels e a Revolução Alemã de 1848. **Princípios**, São Paulo, n. 54, 1998. Disponível em: <<http://www.revistaprincipios.com.br/index.php/en/colecao-principios-edicoes-1-a-1000>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. O indivíduo na teoria de Marx. **Revista Dialectus**, Fortaleza, ano 1, n.1, p. 1-16, 2012. Disponível em: <<http://www.revistadialectus.ufc.br/index.php/RevistaDialectus/article/view/40/43>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

CORRÊA, Roberto Ribeiro; COSTA, Rafael Willian Araújo da. Welfare State: trajetória e crise. *In*: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL, 15., 2012. **Anais...** Teresina: UFPI, 2012. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT20-09.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2017.

DUARTE, Newton. **A individualidade para-si**: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2013.

LORA, Guillermo. **Teoria Marxista del Partido Político**. 3. ed. La Paz: Ediciones La Comena, 2012.

LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MEHRING, Franz. **Karl Marx**: a história de sua vida. São Paulo: Sundermann, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010a.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução: Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, Karl. **Para a questão judaica**. Tradução: José Barata-Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França – de 1848 a 1850**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Edições Vitória, 1961. v. 1.

MARX, Karl. L. Glosas críticas marginais ao artigo: o rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano. **The Marxists Internet Archive**, 1844. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/08/07.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Marx e Engels a Bebel, Liebknecht, Bracke e Outros. 1879. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1963a.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas. 1850. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1963b.

PLEKAHNOV, G. **O papel do indivíduo na história**. Lisboa: Antídoto, 1977.

SHUARE, Marta. **La psicologia soviética tal como la veo**. Moscú: Progreso, 1990.

VIGOTSKI, Lev. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIGOTSKI, L.S. A Transformação socialista do homem, 1930. Trad. Nilson Dória. **Marxists Internet Archive**, 2004. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/vygotsky/index.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

VIGOTSKI, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Trad. Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.